



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª Vara do Trabalho de Marília

Maio/2024



SUMÁRIO

Apresentação	3
Diagnóstico	9
Audiências e Produtividade	13
Fase de Conhecimento	25
Fase de Execução	30
Metas CNJ	41
Arrecadação	43
Deliberações Finais	44

1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência a Desembargadora Corregedora **Rita De Cássia Penkal Bernardino De Souza**

Em 7 de Maio de 2024, Sua Excelência a Desembargadora **RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA**, Corregedora Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 7/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 22/4/2024, página 912.

A Equipe de Correição

Vlademir Nei Suato

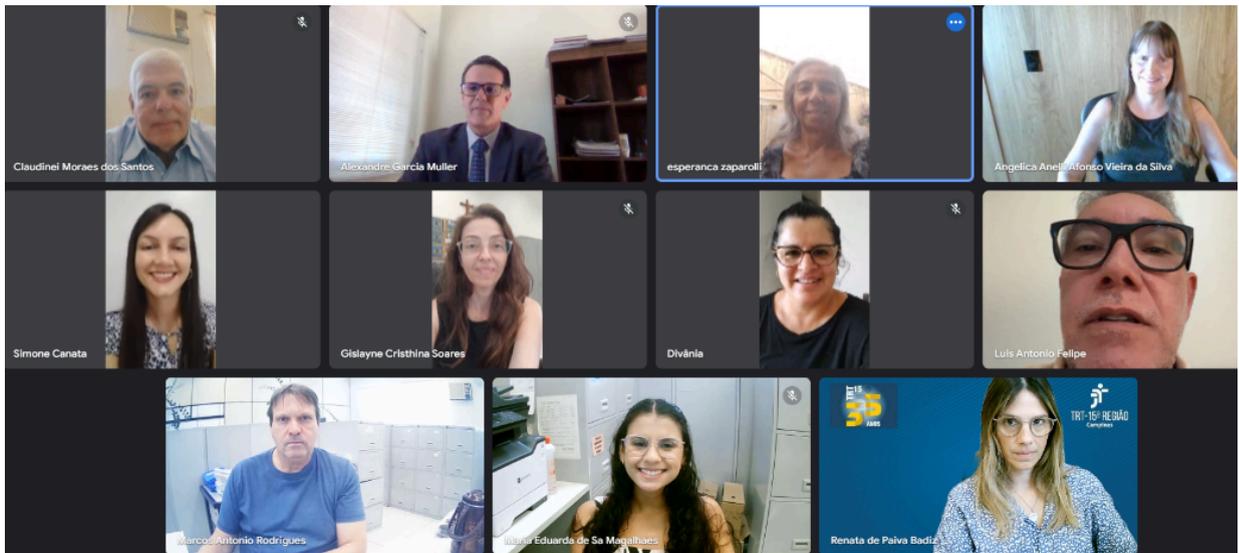
Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini
Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri
Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
Lilian Lawall Guedes
Marcos Antonio Mendes
Maria Luisa Prando dos Santos Martins
Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade.**

	
0000381-10.2021.2.00.0515	7 de Maio de 2024

	<p>Juiz Titular Alexandre Garcia Muller Juíza Substituta em auxílio fixo Daniele Comin Martins</p>
---	--

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da 1ª Vara do Trabalho de Marília: Iniciando na primeira linha da esquerda para a direita temos o Claudinei Moraes dos Santos, Dr. Alexandre Garcia Muller (Juiz Titular), Esperanca Lopes Zaparolli, Angelica Anelli Afonso Vieira da Silva, Simone Feitosa Canata, Gislayne Cristhina Soares, Divania da Costa Alvares, Luis Antonio Felipe, Marcos Antonio Rodrigues, estagiária Maria Eduarda Magalhães de Sá e Renata de Paiva Badiz, Diretora de Secretaria. Ausente na foto a Juíza Auxiliar Fixa Compartilhada, Dra. Daniele Comin Martins, por motivo de férias.

Lotação atual da Unidade:	8 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019 (com adicional):	11 servidores
⚠️ “DELTA” da Vara:	-3
Lotação atual da Unidade - OFJ:	5
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019):	4
⚠️ “DELTA” de OFJ:	+1

- A lotação adicional de um servidor prevista na Portaria GP nº 77/2019 decorre do encargo da administração do Fórum - totalizando 11 servidores.



A administração do Fórum passou a ser de responsabilidade da 1VT local desde 14/10/2022.

- A servidora Simone Feitosa Canata é assistente do Juiz Titular e a servidora Camila Carvalho de Oliveira Cavalieri é assistente da Juíza Substituta em auxílio fixo.
- Há servidores atuando em regime de teletrabalho: Claudinei Moraes dos Santos (PROAD 29138/2023), Angelica Anelli Afonso Vieira da Silva (PROAD 29137/2023), Esperança Lopes Zaporolli, regime especial Resolução CNJ 343 - Ato Reg. GP 2/2021 (PROAD 22444/2021) e Luis Antonio Felipe (PROAD 29204/2023). A servidora Simone Feitosa Canata, assistente do Juiz Titular Alexandre Garcia Muller, atua em teletrabalho, mas não possui PROAD. A servidora Camila Carvalho de Oliveira Cavalieri, atua em teletrabalho (PROAD 18189/2018).
- Os oficiais de justiça que atuam no Fórum são: Adriana Chiaramonte de Souza, Eder Aparecido de Lazari Galdiano, Henry Serra, José Raful Filho e Mara Silvana Galdiano Lopes.
- Há na Unidade, atualmente, uma estagiária: Maria Eduarda de Sá Magalhães (CIEE).
- Não há servidor PCD.
- Não há servidor que domine a língua de Libras.

VALE LEMBRAR

- Os modelos de trabalho presencial e teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, deverão observar os termos do Ato Regulamentar nº 10/2018, com alteração da Resolução Administrativa nº 3/2023.



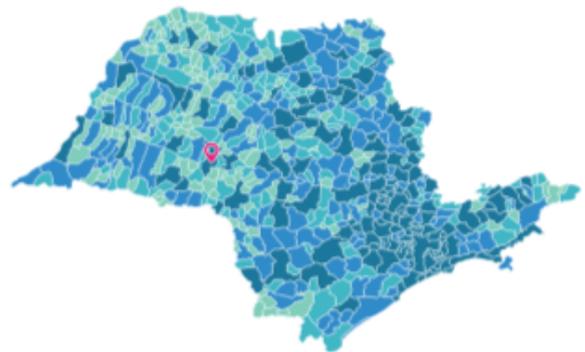
Jurisdição: Guaimbê, Lutécia, Marília, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompeia, Vera Cruz
Lei de criação nº: 6.563/78
Data de instalação: 01/04/1981

Informações da localidade:

Localizado no centro-oeste do estado de São Paulo, Marília é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022, totaliza 237.627 pessoas.



Fonte: Marília Notícia, 2024



Fonte: IBGE, 2022

#ParaTodosVerem: foto da cidade

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Marília

**Faixa de Movimentação Processual
 [1001 a 1500 processos]**

Processos distribuídos nos últimos anos

Quantidade



A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.

Em 2024, até o mês de Março, foram distribuídos 394 processos.

Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "regere", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.

CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.

2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 23 a 26/4/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 6/2022 a 2/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 4/2023 a 3/2024.



Acesse o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

	Necessidade de formalizar a atuação do regime de teletrabalho da servidora Simone Feitosa Canata.
	Registro adequado do andamento de cada audiência no sistema AUD4, para possibilitar o acompanhamento por partes e advogados, pelo assistente de secretaria no apoio à gestão da pauta.
	Necessidade de conduzir a gestão da tarefa “Triagem inicial”, com foco em redução do lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da audiência.
	Fomentar a conversão do processo para o regime do “Juízo 100% Digital”, à vista da expressiva realização de audiências na modalidade telepresencial.
	Houve aumento na Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.
	Houve elevação de processos aguardando a 1ª Audiência e elevação dos aguardando o encerramento da instrução.

✓	Aumento na quantidade de processos baixados, reduzindo os pendentes de baixa e o congestionamento na fase, em relação ao período anterior.
⚠	Necessidade de gerir a fase de execução, visando à redução do Prazo Médio e Idade Média na Execução com tendência de elevação.
⚠	Necessidade da condução da gestão para maior solução de processos, para redução das pendências de solução, de extinção e de finalização na fase de execução.
⚠	Necessidade de que a suspensão da execução ocorra com o encaminhamento dos autos para “Aguardando Final do Sobrestamento” e não, por arquivamento provisório.
✓	Elevação de processos baixados ensejou a redução da taxa de congestionamento na fase de cumprimento da sentença - fase de execução forçada.
⚠	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio SISBAJUD.
⚠	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para análise dos mandados devolvidos.
⚠	Necessidade de conduzir a gestão para redução do quantitativo de mandados pendentes de cumprimento, sobretudo quanto àqueles com o prazo excedido.
⚠	Necessidade de gerir as expedições de Requisições de Pequeno Valor - RPV, com observância do tempo de cumprimento.
⚠	Necessidade da correta utilização do Sistema GPrec.
⚠	Nota-se a necessidade de melhor gerir o prazo para análise das petições com comprovação de valores.

	Avaliar a viabilidade de encaminhamento de um maior número de processos com potencial conciliatório para o CEJUSC, da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
	Necessidade de planejamento de novas medidas visando ao cumprimento da Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos.
	Meta 2 e Meta 5 do CNJ foram cumpridas.



A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



Registre-se a indisponibilidade dos dados dos mesoindicadores e do Igest referente ao quadro “correição atual” no Relatório Correicional (página 1) em virtude do novo mapeamento nacional dos itens do e-Gestão utilizados no cálculo do Igest.

VALE LEMBRAR

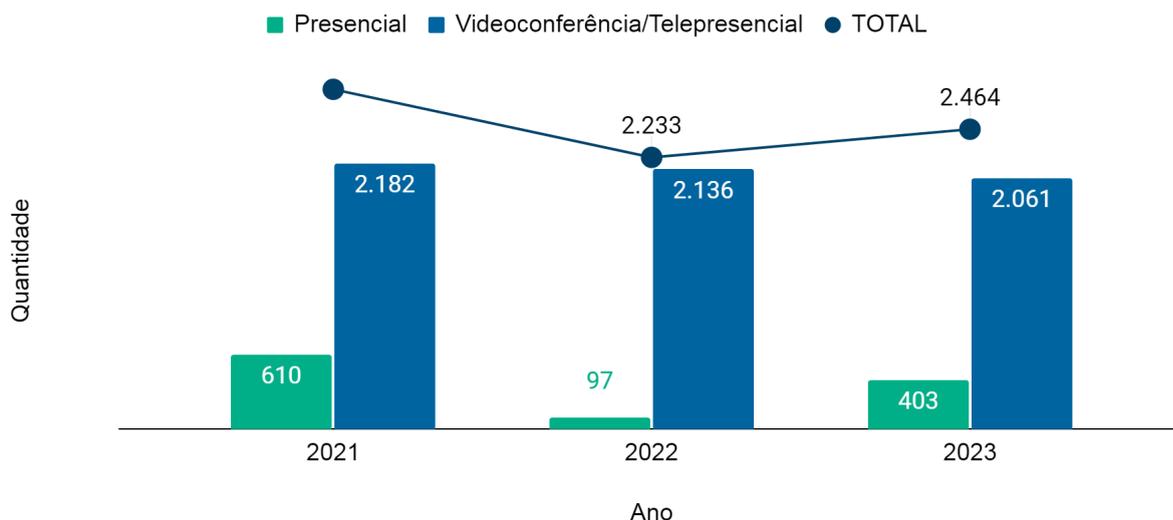
- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase execução:
 - ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
 - ➔ redistribuição;
 - ➔ arquivamento definitivo;
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.

3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe "Audiências 1º Grau"



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.



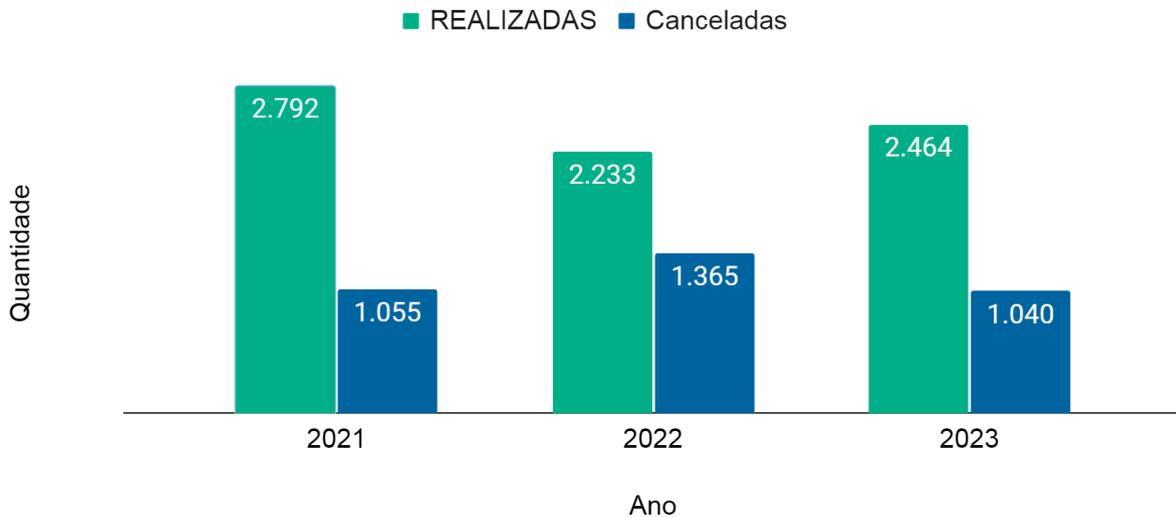
Todas as audiências são presenciais, exceto quanto aos processos do Juízo 100% digital e quando houver requerimento das partes, observados os critérios de conveniência e oportunidade.



Atualmente, estão em andamento 1.714 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 1.111 estão na fase de conhecimento.

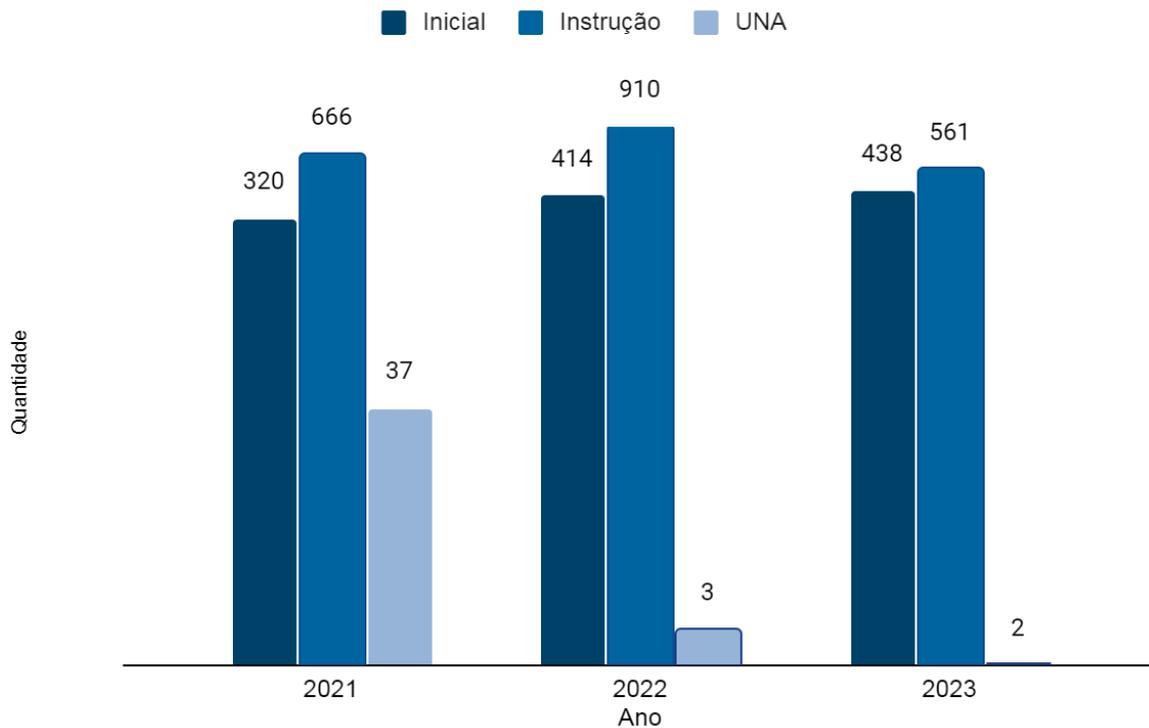
3.1.2. Audiências

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.

Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.



O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



Em decorrência da retirada da fixação de Juiz Substituto Auxiliar integral desta Unidade, tornando-se compartilhada a partir de 18/10/2023 (Portaria GP no 039/2023, de 23/8/2023), as pautas de audiências foram reorganizadas.



Havendo cancelamento, as audiências estão sendo redesignada para as seguintes datas:

- Iniciais do rito sumaríssimo: não utiliza
- Iniciais do rito ordinário: não utiliza
- Unas do rito sumaríssimo: 25/7/2024
- Unas do rito ordinário: 10/7/2024
- Instruções do rito sumaríssimo: 24/7/2024
- Instruções do rito ordinário: 17/9/2024

VALE LEMBRAR

- O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.

3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 25/04/2024 por amostragem, referente à semana de 20 a 24/05/2024.

	Sala 1		Sala 2		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	-	-		1	1
UNA (Ord/Sum)	5	25	9	28	67
INS (Ord/Sum)	4	8	5	12	29
Conciliação (CON)	-	1	-	-	1
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-	-	0
TOTAL	43		55		

SALA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1 - PRINCIPAL	-	✓	✓	✓	-
2 - AUXILIAR	-	✓	✓	✓	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.



Não são realizadas pautas de mediação na própria unidade pois o único servidor com curso de mediação está auxiliando na pauta da Juíza Auxiliar Fixo, não havendo disponibilidade de horário. Fora isso, a Unidade está com delta negativo (-3), não havendo disponibilidade de servidor para realização destas audiências.



As salas de audiências são assim utilizadas:

- “Sala 1 – Principal: Juiz Titular Alexandre Garcia Muller
- “Sala 2 – Auxiliar: Juíza Auxiliar Fixa Compartilhada Daniele Comin Martins



Na Sala 1 - Principal estão designadas 43 audiências e, na sala 2 - Auxiliar, 55 audiências.

3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 26/04/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência	Designação com regularidade até
		Pesquisa atual (dias corridos)	Pesquisa atual (Data mais distante)
SALA 1 - PRINCIPAL			
INICIAIS/Sum	139	-	-
INICIAIS/Ord	134	-	-
UNAS/Sum	-	100	06/08/2024
UNAS/Ord	-	80	16/07/2024
INSTRUÇÕES/Sum	182	94	30/07/2024
INSTRUÇÕES/Ord	210	178	24/10/2024
CONCILIAÇÃO	-	-	-

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência	Designação com regularidade até
		Pesquisa atual (dias corridos)	Pesquisa atual (Data mais distante)
SALA 2 - AUXILIAR			
INICIAIS/Sum	50	-	-
INICIAIS/Ord	50	13	09/05/2024
UNAS/Sum	-	102	08/08/2024
UNAS/Ord	-	61	27/06/2024
INSTRUÇÕES/Sum	176	7	08/05/2024
INSTRUÇÕES/Ord	182	7	08/05/2024
CONCILIAÇÃO	-	12	08/05/2024

#ParaTodosVerem: tabela comparativa entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), divididas por sala (juiz titular e juiz auxiliar) e por rito processual.



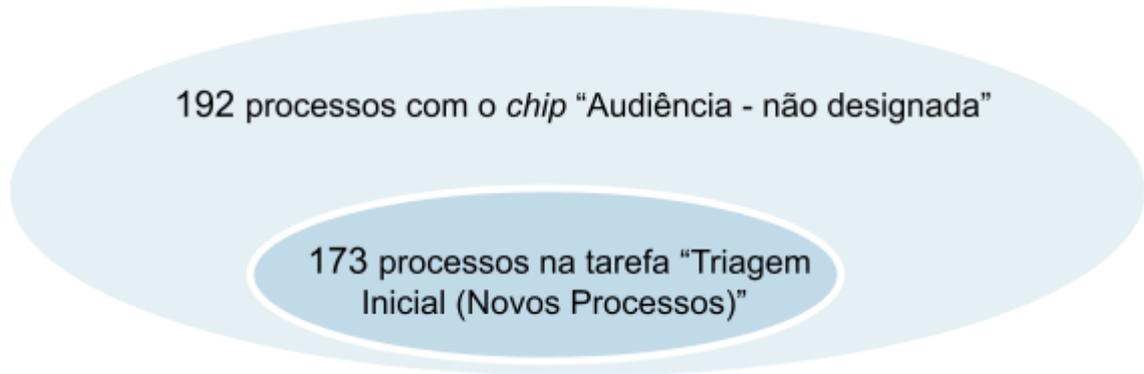
As audiências UNAs rito sumaríssimo estão com prazo SUPERIOR às audiências UNAS no rito ordinário na sala 2.



As audiências de instrução na sala 1 notadamente priorizam os processos de rito sumaríssimo.

3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 24/4/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.



Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência e, dentre eles, quantos são novos.



Os processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público são incluídos em pauta para controle do fluxo dos processos, com dispensa expressa da presença das partes.

O percentual estimado de processos com ente público como 1ª reclamada corresponde a aproximadamente 5%.



Dentre os processos com o *chip* "Audiência não designada", há alguns em que figuram entes públicos, para os quais é designado audiência, como 0011426-62.2023.5.15.0033. Outros estão sem designação ou movimentação desde a data do ajuizamento (ajuizado em 21/3/2024, processo 0010376-64.2024.5.15.0033).



Dentre os processos com o *chip* "Audiência não designada" constata-se aqueles em que houve conciliação, porém encontra-se suspenso, sem a devida homologação (0011030-22.2022.5.15.0033). No processo 0010833-67.2022.15.0033, realizada a audiência em 20/9/2023 foi dado prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo. O perito foi intimado para esclarecimentos em 6/10/2023, não atendeu, e o processo encontra-se paralizado desde então.



O processo mais antigo na “Triagem Inicial” é o 0010278-79.2024.5.15.0033 e data de 2/3/2024.

VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa “Triagem Inicial” na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.

3.1.6. Agenda do Magistrado



[Clique aqui para a agenda do Juiz Titular](#)

[Clique aqui para a agenda da Juíza Substituta em auxílio fixo](#)



O Juiz Titular informou o comparecimento em três dias da semana durante o ano de 2024 e a Juíza Substituta em auxílio fixo informou o comparecimento em quatro dias da semana.

3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
	Na ata de audiência do processo 0010845-47.2023.5.15.0033 constou a forma de participação das partes e magistrado.		Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de Marília.



Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência



Não foram localizados processos em que o Juízo tenha estipulado, após 29/11/2022, prazo para juntada de contestação sem realização de audiência.



Após 22/7/2024 será implantado o *link* único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.

A sala de espera é configurada de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo, incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem.

O secretário de audiências registra adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real .



Consulta por amostragem na pauta do dia 17/9/2024, nos processos 0011568-66.2023.5.15.0033 e 0010958-98.2023.5.15.0033, cujas audiências foram designadas em 6/3/2024 e 8/4/2024, respectivamente, corroboram a informação do *link* único, fornecido pela Unidade.

VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
- Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.

E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:

 - I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.

3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-Sincor, variáveis 90430, 90434 e 90438 - CEJUSC-JT de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.



O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



São encaminhados processos em fase de liquidação/execução. A estratégia adotada é sempre levar em consideração os processos que possuem potencial de acordo. Quanto aos critérios utilizados são: a) processo com bens penhorados, antes de ser remetido à hasta pública; b) quando há pedido de uma das partes de designação de audiência de conciliação; c) em alguns processos em que as partes já apresentaram cálculos e tem depósito recursal nos autos.



Constata-se o envio de quantidade discreta de processos ao CEJUSC para tentativa de conciliação.

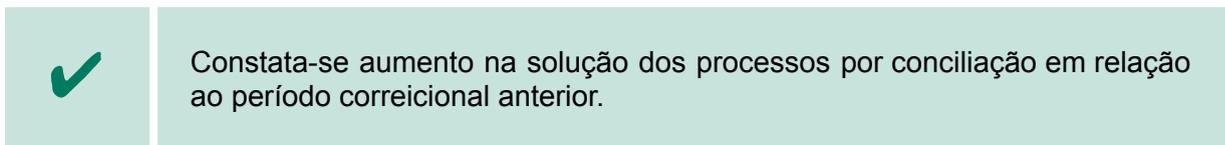
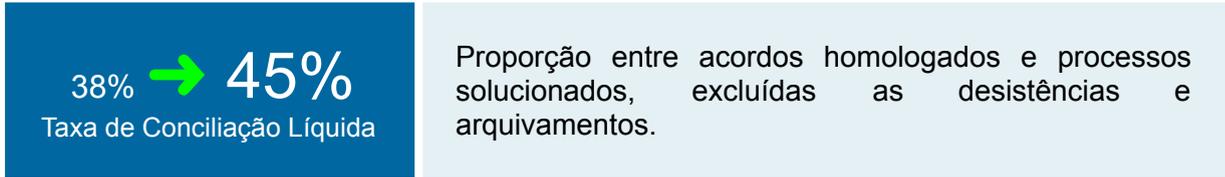
VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.

3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

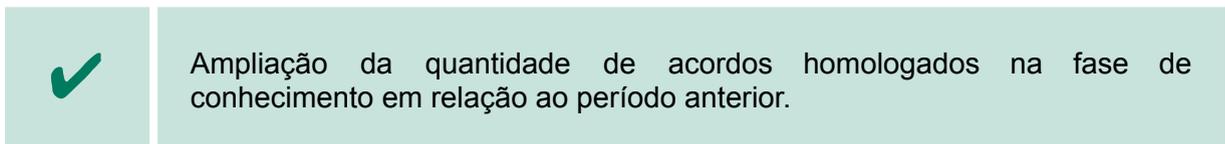
Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos



Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

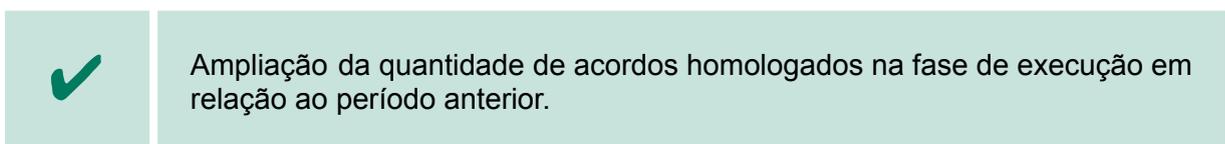
Período Correicional	6/2022 a 2/2023	4/2023 a 3/2024
Acordos Realizados	341	605
Média Mensal de Conciliação	42,63	50,42



3.2.2. Acordos em Execução

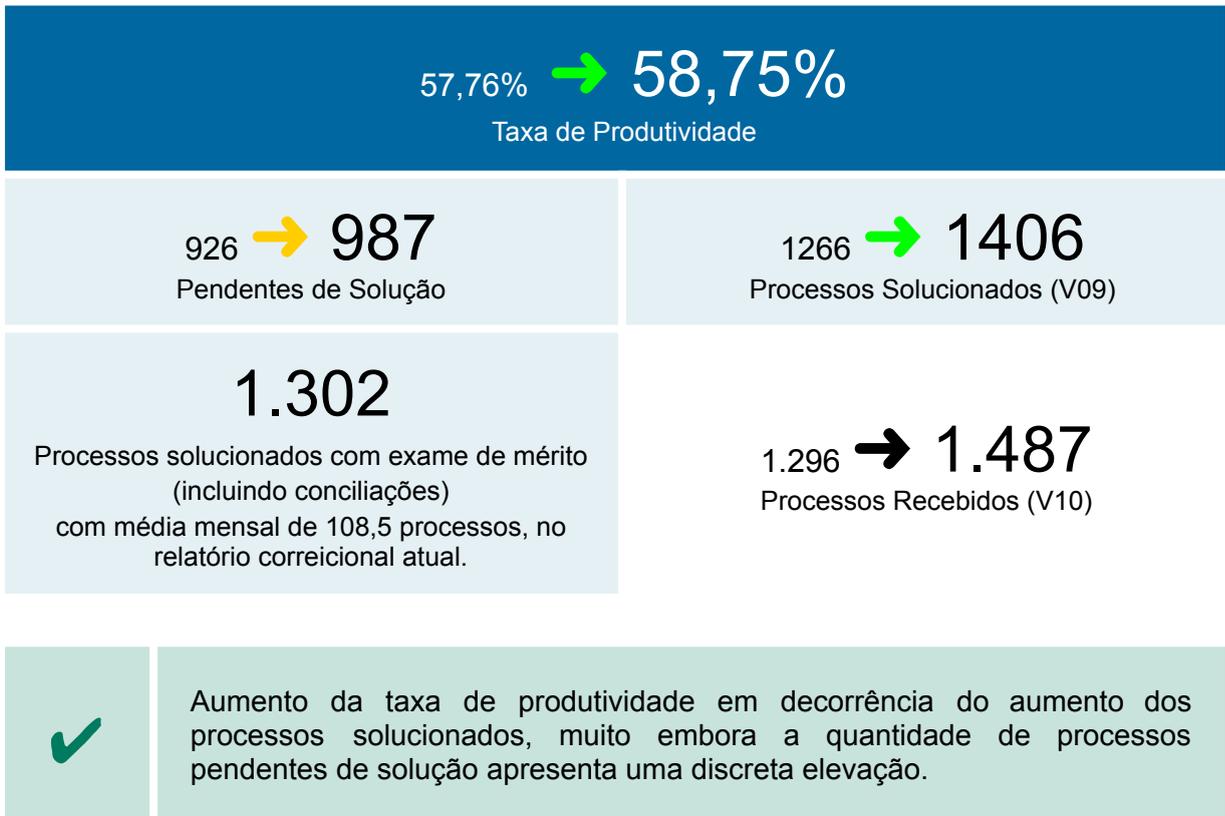
Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - variável 90378

Período Correicional	6/2022 a 2/2023	4/2023 a 3/2024
Acordos Realizados	20	40
Média Mensal de Conciliação	2,5	3,33



3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: relatório correicional, itens 4.1, 10.1 e 13.

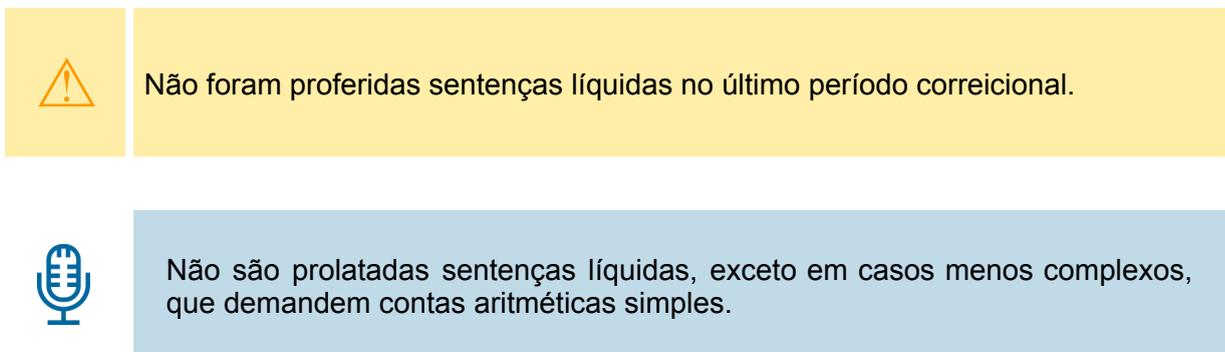


VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribuiu para a Taxa de Produtividade.

3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - variável 90055



VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.

3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Pendentes	Novos	Resolvidos	Pendentes
	(até 2/2023)	(a partir de 4/2023)		
Incidentes na liquidação / execução	61	98	95	64

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.



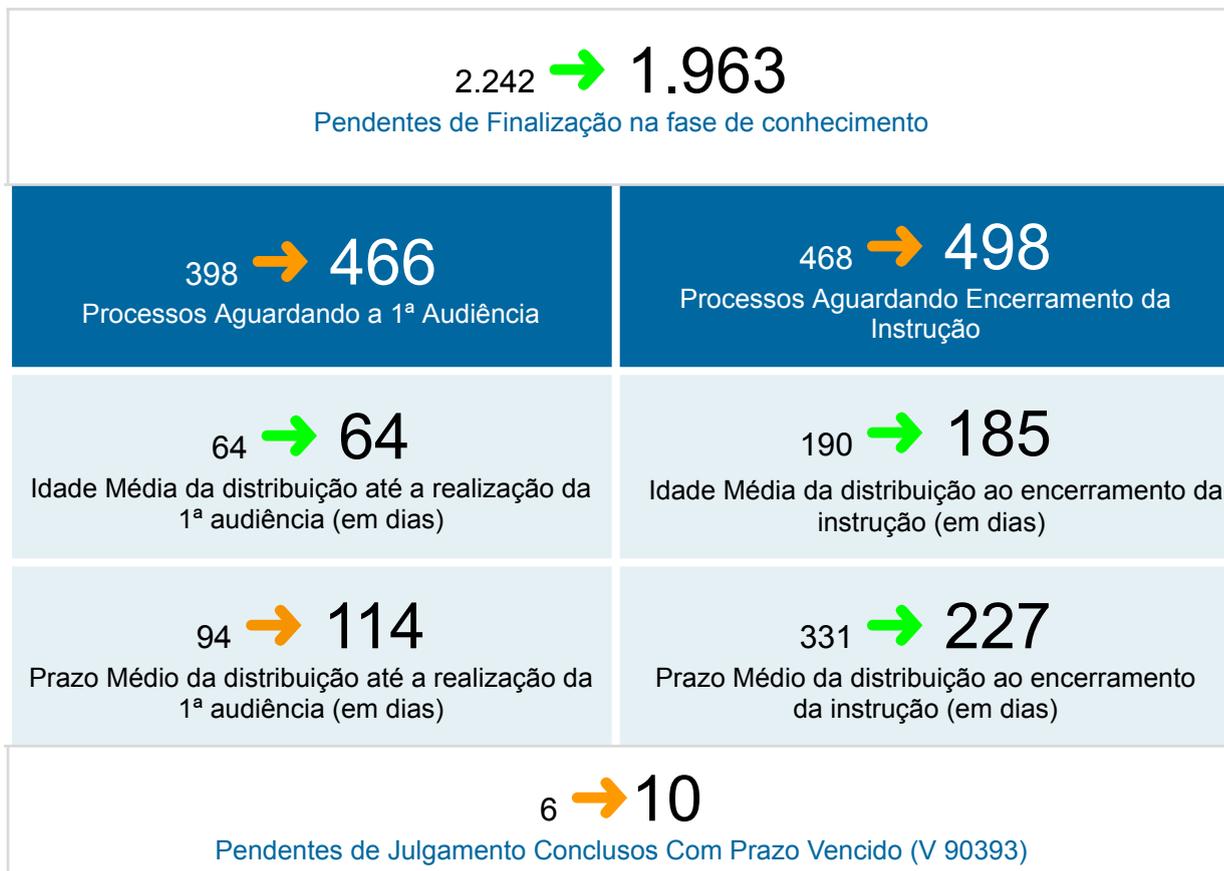
A quantidade de incidentes resolvidos na liquidação / execução ficou abaixo do número de incidentes opostos, resultando na elevação de incidentes pendentes de solução em relação ao período correicional anterior.

4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.



Elevação na quantidade de processos aguardando a 1ª audiência e aguardando encerramento da instrução processual.



Redução da idade média da distribuição da ação ao encerramento da instrução, evidenciando a priorização dos processos mais antigos.



Elevação do prazo médio desde a distribuição até a realização da 1ª audiência comparados ao período correicional anterior.



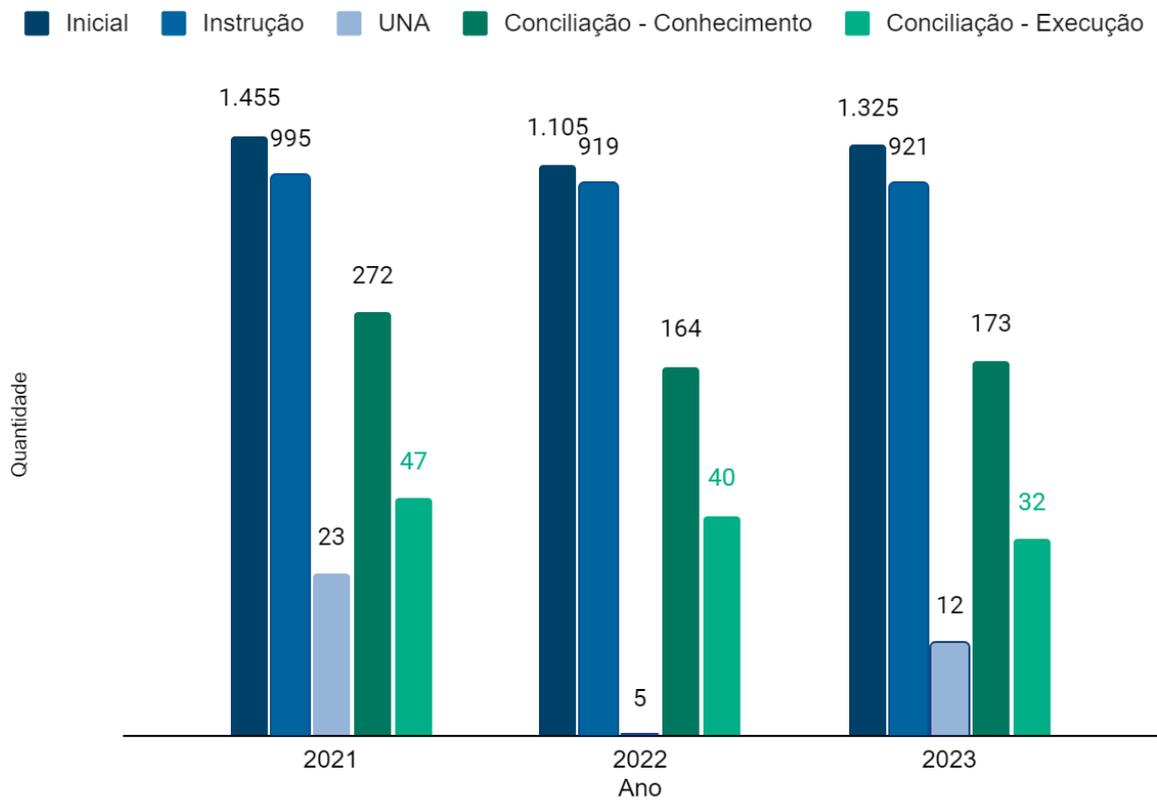
Elevação da quantidade de processos concluídos para prolação de sentenças, com prazo vencido.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos concluídos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe

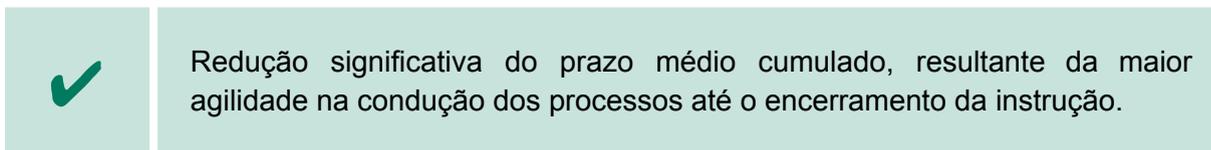


#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.



Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.

4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

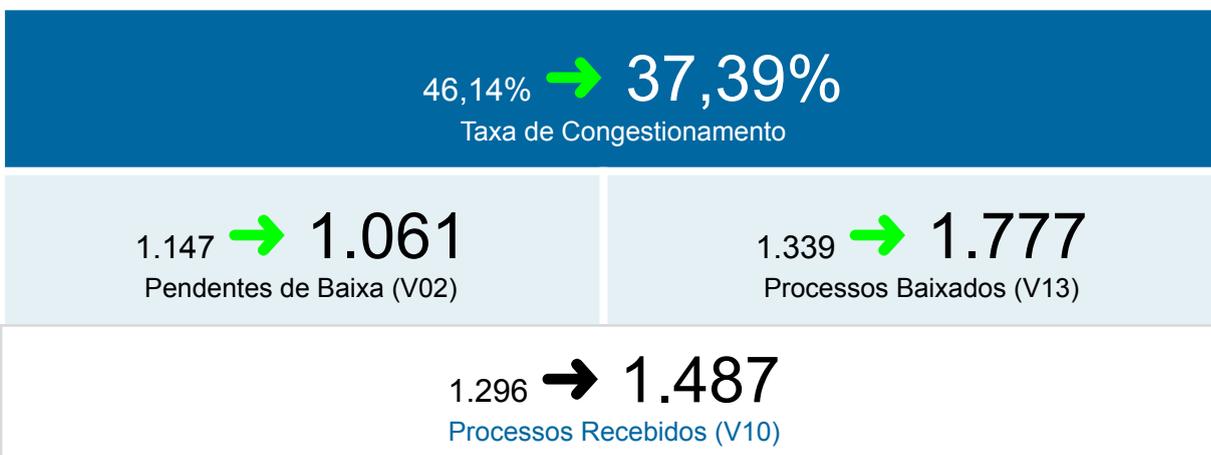


VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.

4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1 e 10.1



A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de liquidação ou da fase de execução ou arquivamento definitivo.

	Redução dos processos pendentes de baixa e aumento dos processos baixados, resultando numa relevante queda do congestionamento na fase em relação ao período anterior.
	Nota-se expressivo aumento dos processos baixados, o que mostra foco nas atividades residuais pós-sentença.

VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem.

	Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade do recurso ordinário do processo 0010580-45.2023.5.15.0033, e do agravo de petição do processo 0011206-35.2021.5.15.0033.
	A otimização de procedimentos no controle de perícias foi observada, visto que presente a delimitação de prazos subsequentes para partes e perito no processo 0011607-63.2023.5.15.0033.
	A comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, entre partes e perito ocorre exclusivamente dentro dos autos, no processo 0011295-87.2023.5.15.0033.
	No processo 0011554-82.2023.5.15.0033, foi observada a indicação exata do local da perícia.

	Constata-se a ausência do CPF do reclamado no cadastro do sistema PJe no processo 0011300-12.2023.5.15.0033, o qual compareceu pessoalmente à audiência realizada.
	Verifica-se o cadastramento de nova atividade de GIGS obrigatório no processo 0011133-92.2023.5.15.0033, o qual aguarda razões finais desde 17/4/2024.
	Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS “ACORDO - CONHECIMENTO” no processo 0010409-54.2024.5.15.0033, que se encontra na tarefa “Aguardando cumprimento de acordo” desde 18/4/2024.

VALE LEMBRAR:

- O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.
- No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes. Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.

5. FASE DE EXECUÇÃO

5.1. Acervo e Prazo Médio na Liquidação

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.2 e 5.2

790 → 1.295
Pendentes de finalização

398,7 → 332,6
Prazo Médio na Liquidação (em dias)

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de execução. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização



Notável redução do prazo médio da fase de liquidação em comparação ao ano anterior.



Não há processos arquivados provisoriamente na liquidação.



Elevação acentuada dos processos pendentes de finalização, comparado ao período anterior.

5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Execução

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: relatório correicional, itens 4.3, 5.3 e 6.3



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de execução, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.



Elevação do número de execuções encerradas e processos baixados, comparados ao período correicional anterior.



Elevação da idade média e do prazo médio dos processos da execução. A conjugação dos resultados indica que, aparentemente, o encerramento da execução não está necessariamente direcionado aos processos com maiores tempos de tramitação.



Elevação do número de execuções pendentes de extinção da execução e de finalização na fase de execução comparado ao ano anterior.



Os quatro processos mais antigos da fase são os mesmos da correição anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede sua tramitação imediata.

VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempo de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório Correicional, item 4.4

275 → 210

Processos da execução no Arquivo Provisório



Houve redução significativa de processos arquivados provisoriamente, no entanto subsiste a necessidade de que a suspensão de execução ocorra por sobrestamento.

VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.

5.3. Congestionamento - Fase de Execução

Fonte: Relatório Correicional, item 4.3



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de execução, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.



Aumento na quantidade de processos baixados, reduzindo o congestionamento na fase, em relação ao período anterior.



Elevação dos processos pendentes de baixa frente ao processos baixados que também se elevaram.

VALE LEMBRAR

- Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo;

5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

- Processos localizados por amostragem.



Houve transmissão das ordens de liberação de valores dos processos 0011731-90.2016.5.15.0033 e 0011031-75.2020.5.15.0033, por meio dos sistemas SIF e SISCONDJ, respectivamente.

✓	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar do processo 0010107-30.2021.5.15.0033 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
✓	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0010387-69.2019.5.15.0033 e 0011109-69.2020.5.15.0033 (piloto) para otimização dos procedimentos executórios.
✓	Determinação de sobrestamento, com encaminhamento dos autos para “Aguardando Final do Sobrestamento”, no processo 0010358-48.2021.5.15.0033, pois foi reconhecida a execução frustrada.
✓	Suspensão da execução do processo 0010781-76.2019.5.15.0033, com encaminhamento para “Aguardando Final do Sobrestamento”, após a expedição das certidões de habilitação de crédito.
✓	Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0010601-21.2023.5.15.0033 foi arquivado com certidão de contas zeradas em conformidade com o normativo.
⚠	Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS “EXE - sobrestamento - reunião de execução” no processo 0010309-07.2021.5.15.0033, na tarefa “Aguardando final do sobrestamento” desde 18/3/2024.
⚠	Processos 0010128-06.2021.5.15.0033: utilização de GIGs “liq - recda - parcelamento - art 916”; 0011264-38.2021.5.15.0033, “liq - cumprimento de acordo”; 0010248-88.2017.5.15.0033, “exe - sobrestamento - solução processo falimentar” e 0010288-31.2021.5.15.0033, “exe - sobrestamento - reunida a execução proc...”. Todavia, faltou-lhes a denominação correta, como estabelecida no normativo vigente.
✓	No processo 0010086-54.2021.5.15.0033 foi observada a utilização do GIGs “exe - sobrestamento - solução do processo principal”, como estabelece o normativo vigente.
✓	Na certidão de arquivamento do processo 0011054-84.2021.5.15.0033 foi encontrada informação acerca da consulta de valores disponíveis nas contas judiciais.

5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

Dados de 4/2023 a 3/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
37	7/12/2023	1.800	0	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.

	Necessidade de saneamento. A ferramenta eletrônica já foi utilizada, por exemplo, nos processos 0011494-51.2019.5.15.0033 e 0010750-56.2019.5.15.033, mas ainda pendem com o chip "SISBAJUD-protocolar". Existem outros em idêntica situação.
	Necessidade de melhor gerir o intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio, considerando a natureza alimentar do crédito, a exemplo do processo 0010311-74.2021.5.15.033, pendente desde 7/2/2024.

VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.

5.4.2. Mandados Expedidos e Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe da Unidade e da Central de Mandados Unificada de Bauru (consulta em 25/4/2024)

Mandados expedidos pendentes de distribuição		Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo	Quantidade	Mais antigo
2	4/3/2024	53	25/10/2023

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados expedidos pendentes de distribuição e devolvidos pendentes de apreciação.

	A Unidade tem a área de zoneamento devidamente parametrizada para a distribuição automática dos mandados.
	Nota-se a necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos mandados devolvidos, o mais antigo refere-se ao processo 0010783-07.2023.5.15.0033.
	Foram utilizadas as seguintes ferramentas eletrônicas de execução no processo 0010522-13.2021.5.15.0033, localizado por amostragem: SISBAJUD, RENAJUD, ARISP, INFOJUD (incluindo IRPF, DIMOB, DOI, DECRED).

VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de execução.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.

5.5. Oficiais de Justiça

5.5.1. Mandados pendentes de cumprimento por Oficial de Justiça

Fonte: Painel do sistema PJe da Central Unificada de Bauru (consulta em 24/04/2024)

Oficial de Justiça	Mandados pendentes de cumprimento	
	No prazo	Prazo excedido
Adriana Chiaramonte de Souza	13	-
Eder Aparecido de Lazari Galdiano	24	2
Henry Serra	3	16
José Raful Filho	28	36
Mara Silvana Galdiano Lopes	18	1
TOTAL	86	55

#ParaTodosVerem: tabela com os nomes dos oficiais de justiça, quantidades de mandados.



O prazo para cumprimento das diligências está definido nos artigos 4º, 31 e 36 da Ordem de Serviço nº 01/2022 (parametrização local da Central de Mandados Unificada de Bauru) nos seguintes termos: 90 dias para mandados de pesquisa com pequena e média complexidade e 180 dias para mandados de maior complexidade, assim entendidos aqueles com mais de 10 investigados. Já os demais mandados deverão ser cumpridos no prazo de 9 dias em caso de urgência, 30 dias para diligências na zona urbana e 90 dias para diligências na zona rural. Logo abaixo, nestes termos, segue apontamento no que couber.



Há diligências pendentes de cumprimento, com prazo vencido, o mais antigo datado de 10/6/2023.

5.5.2. Diligências realizadas no período correicional por Oficial de Justiça

Fonte: Sistema SAOPJe - Expedientes Distribuídos - Zona/área

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Adriana Chiaramonte de Souza	294
Eder Aparecido de Lazari Galdiano	344
Henry Serra	166
José Raful Filho	530
Mara Silvana Galdiano Lopes	157

#ParaTodosVerem: tabela com os nomes dos oficiais de justiça e as quantidades de diligências realizadas.



O acompanhamento é feito diariamente, sendo que em relação aos mandados eventualmente com prazo vencido é enviada comunicação ao oficial de justiça, para que proceda à devolução ou justifique eventual motivo da demora.

Frisa-se que a gestão dos Oficiais de Justiça, na maior parte do período em referência, estava subordinada à Central de Mandados de Bauru. As diligências são distribuídas de forma qualitativa, levando em consideração a complexidade das ordens constantes dos mandados, tanto no tocante às diligências internas como externas. Quanto ao Sr. Oficial de Justiça José Raful, diante do consenso dos Oficiais, são atribuídas diligências que, em sua maior parte, não envolvem atos de pesquisa patrimonial e constrição de bens, tais como, intimações pessoais, as quais resultam em um maior número de diligências, todavia não demandam muito tempo em seu cumprimento. Quanto aos Oficiais Mara, Eder e Adriana, os mandados são distribuídos automaticamente de forma setorizada (divisão por bairros de sede e demais cidades que pertencem a jurisdição da VT de Marília), seguido de uma “redistribuição” manual, considerando os critérios de complexidade e quantitativos, de forma igualitária. Quanto ao Sr. Oficial de Justiça Henry são direcionadas prioritariamente as diligências internas que implicam em uma análise mais aprofundada, principalmente nas execuções de maior complexidade e nas execuções coletivas, além de diligências externas, estas em menor número, sem prejuízo de contribuir com os demais oficiais, quando solicitado, no levantamento de informações para consecução das diligências internas.



A diferença em quantidades dos mandados decorre da informação apresentada pela unidade, a distribuição é feita de forma qualitativa, em comum acordo entre os Oficiais.

5.5. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



Desde a última correição não foi realizada a venda direta por meio de corretor particular. A Unidade realiza a venda direta por meio de corretor particular, em caráter excepcional (até o presente momento foram 3 casos), quando infrutífero a hasta realizada na divisão de execução e havendo requerimento do exequente nestes termos.

Não há cadastro de corretores particulares.

Quando houve a realização de alienação foi por indicação do exequente e constatou-se que o profissional já havia atuado em outras varas da Jurisdição de nosso TRT.

5.6. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREG

GPREG

O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREG foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.



Existem doze processos aguardando a expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe, o mais antigo datado de 5/10/2023 (0001093-37.2012.5.15.0033).



Foram encontrados três expedientes de Requisições de Pequeno Valor - RPV com início de cadastramento, faltando finalização, o mais antigo datado de 19/3/2024 (0010046-77.2018.5.15.0033).

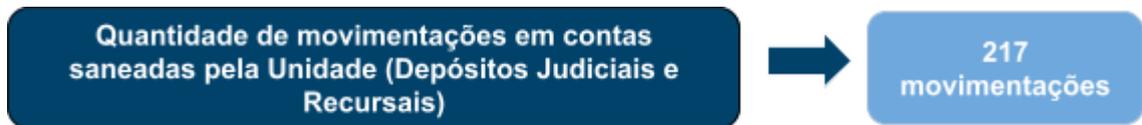


Foram constatadas três diligências pendentes de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREG, a mais antiga datada de 4/12/2023 (0011048-19.2017.5.15.0033).

	<p>No sistema GPREC há RPV pendente de baixa, mesmo após a liberação do crédito, como no processo 0011149-56.2017.5.15.0033, 0010413-67.2019.5.15.0033 e 0011225-12.2019.5.15.0033. Ressalta-se que o primeiro processo mencionado já se encontra no arquivo definitivo.</p>
	<p>Nota-se a necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos processos com comprovantes de pagamentos juntados, como no processo 0010624-69.2020.5.15.0033, pendente desde 26/3/2024.</p>

5.7. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 5/4/2024



#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de movimentações em contas saneadas pela Unidade.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

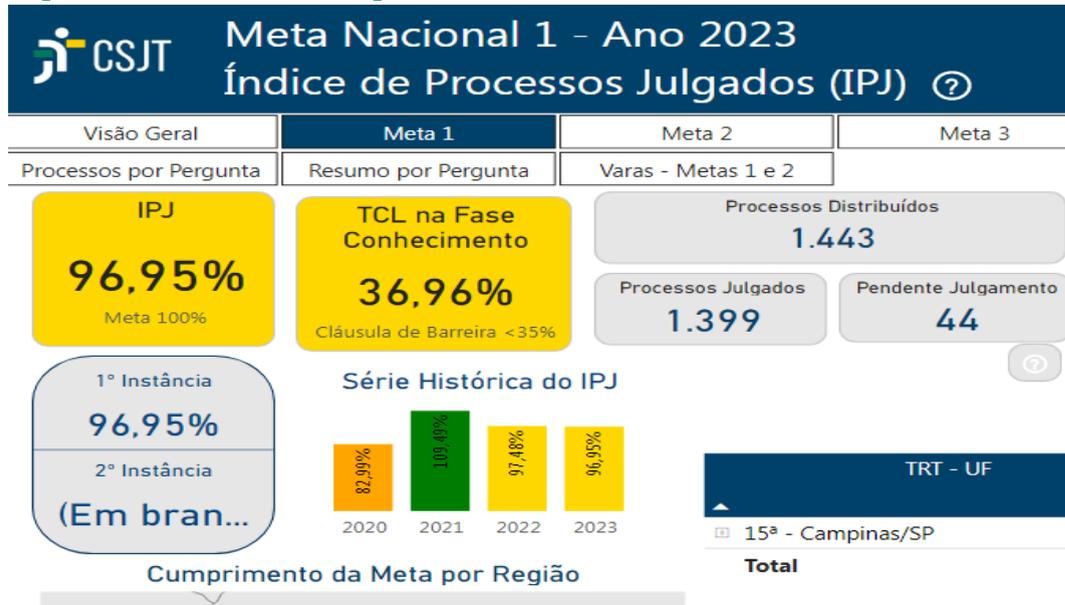
VALE LEMBRAR

- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.

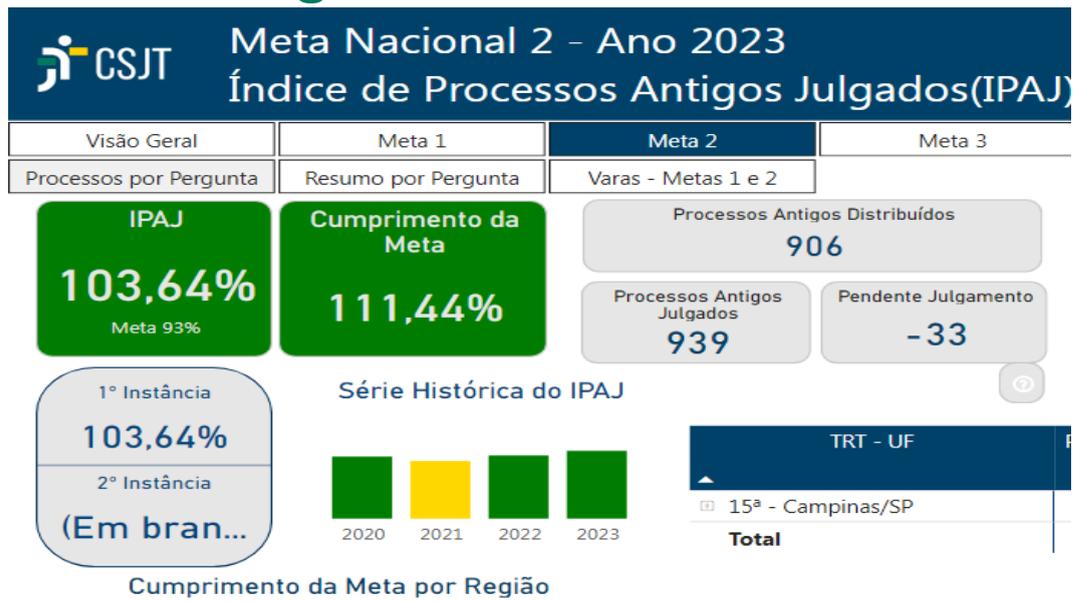
6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 6/4/2024

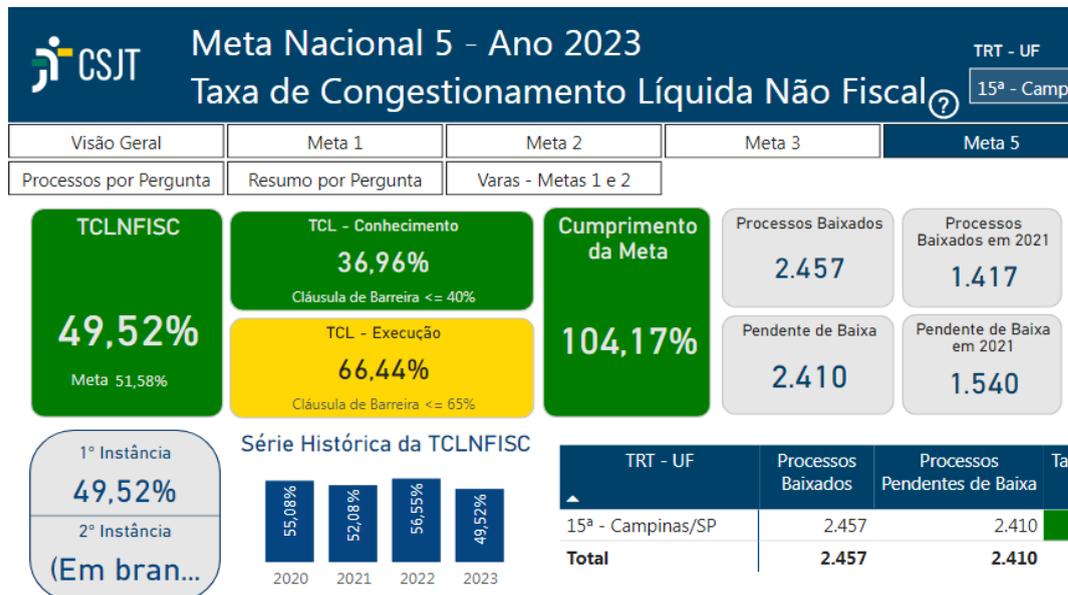
6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

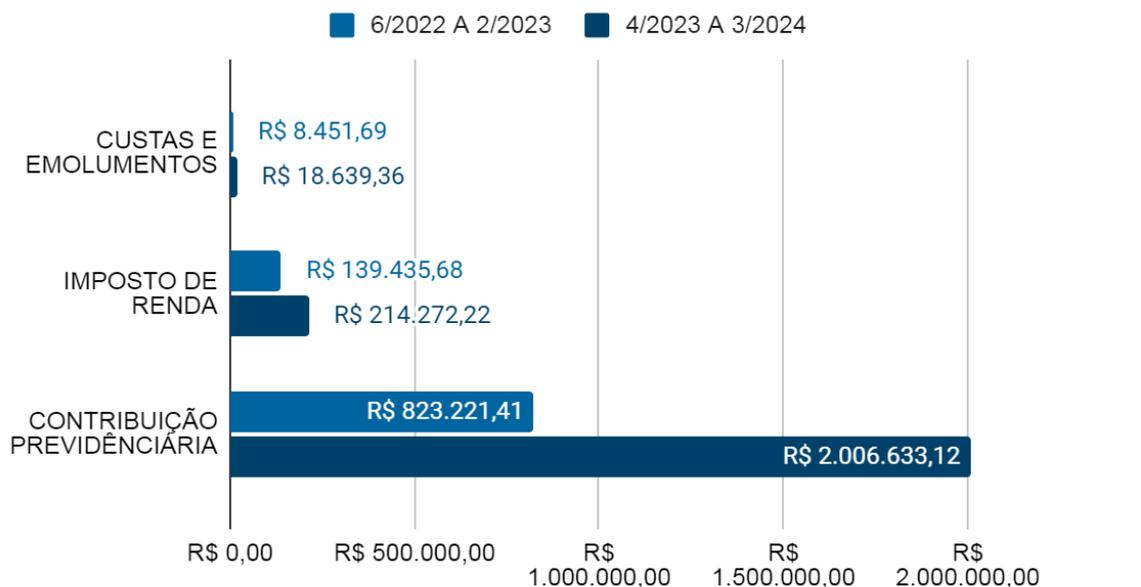


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida



7. ARRECAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.

8. DELIBERAÇÕES FINAIS

	Não cumprimento da Meta 1 do CNJ.
	Cumprimento da Meta 2 e Meta 5 do CNJ.
	Varição favorável das pendências de baixa na fase de conhecimento.
	Varição não favorável das pendências de baixa na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
	Varição favorável do prazo médio na fase de conhecimento.
	Varição favorável da idade média do acervo de processos da distribuição, aguardando o encerramento da Instrução.
	Varição não favorável da idade média do acervo de processos com execução iniciada, aguardando o encerramento.



As comparações acima foram realizadas entre os relatórios correicionais do ano 2023 e 2024. E, com base nisso, a Unidade fica autorizada a utilizar o modelo simplificado de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.

MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.	

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.

Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:

Acessibilidade e Inclusão

Combatendo a Violência contra as mulheres



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema “Acessibilidade e Inclusão”

#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema “Combatendo a Violência contra as mulheres”

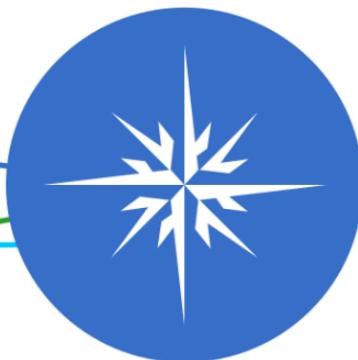


Missão

Fiscalizar e orientar a atuação da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento, ética, respeito e transparência.

Ocorrências

	<p>Participaram, presencialmente, o Juiz Titular Alexandre Garcia Muller e a Juíza Substituta em auxílio fixo Daniele Comin Martins.</p>
---	--

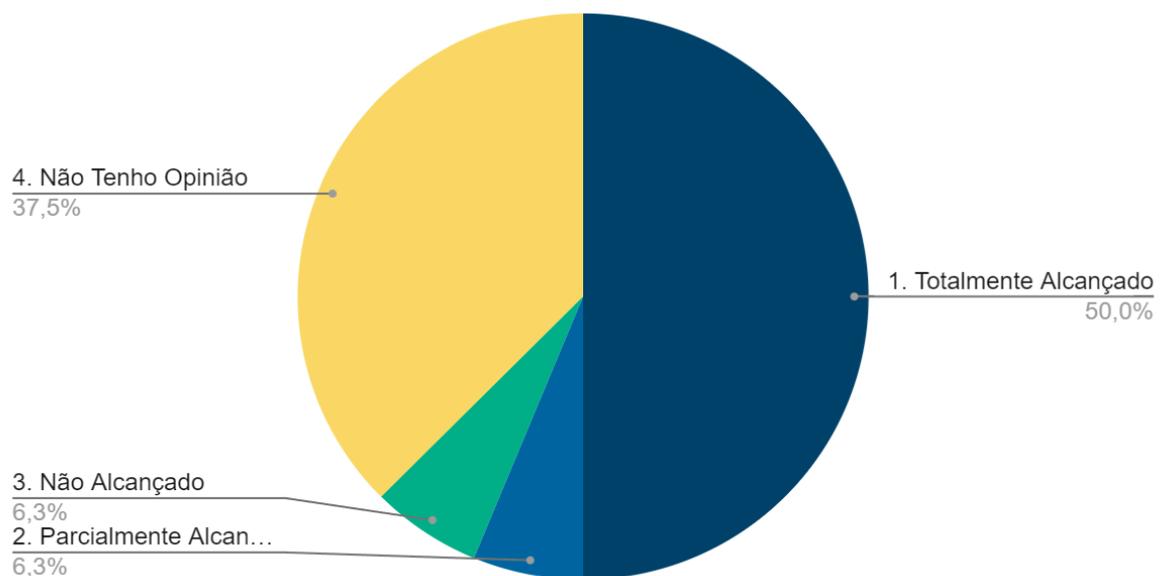
VALE LEMBRAR

- A distribuição de mandados deve se dar de forma automática, dada pela parametrização do zoneamento no sistema, porquanto afasta mandados pendentes de distribuição.

Após distribuição automática, a distribuição manual de mandados, conforme suas complexidades e quantitativos, deve observância, ainda, à distribuição uniforme de mandados de pesquisa eletrônica e diligência externa entre Oficiais de Justiça. É relevante a reavaliação do procedimento, na medida em que haja comprometimento da quantidade e antiguidade dos mandados devolvidos pendentes de apreciação.

Percepção/demandas de gestoras e gestores da unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.

Demandas de servidoras e servidores

Não houve.

Atendimentos



Advogado Tércio Spigolon Giella Palmieri Spigolon
OAB/SP nº 168.778

Advogado Thiago Bonatto Longo
OAB/SP nº 220.148

Providências multidisciplinares

Não há.

Encerramento

Em 7 de maio de 2024, às 16h30min, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sergio Bertoldo Junior e Suely Suzuki, Assessores da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência a Desembargadora RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA, Corregedora Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.



RELATÓRIO CORREICIONAL

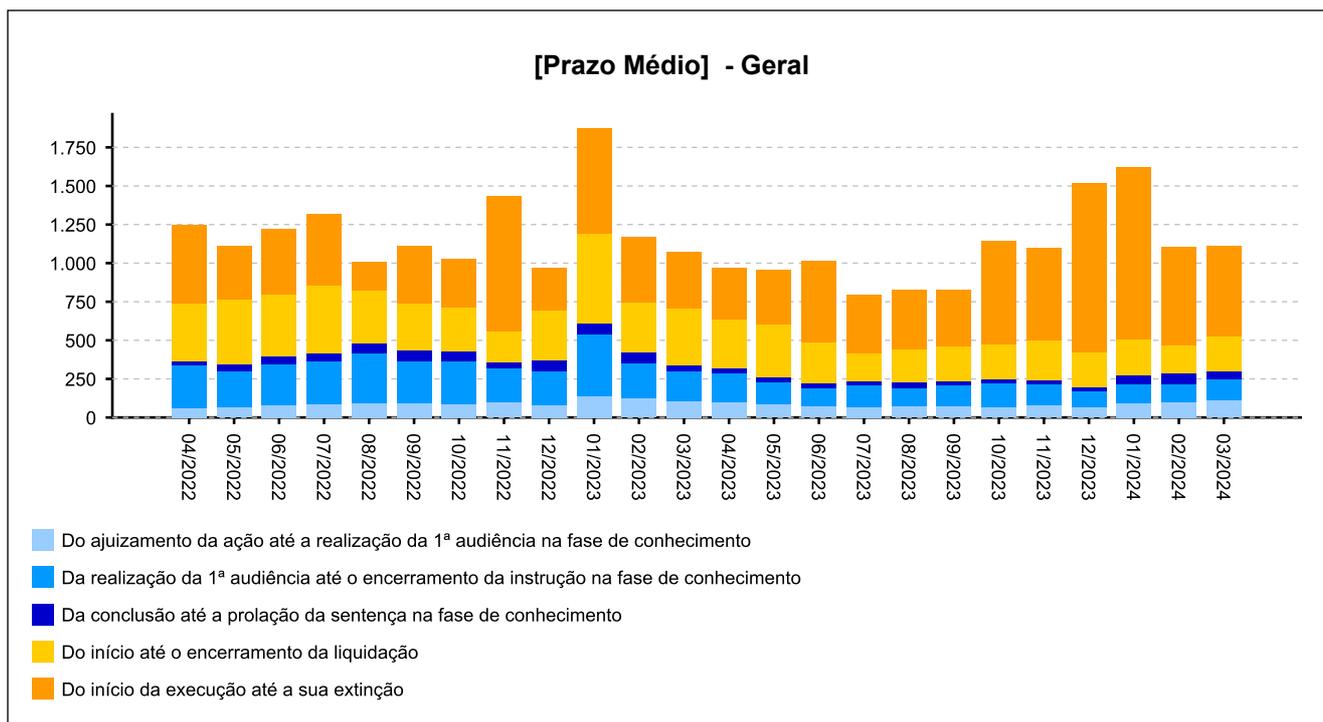
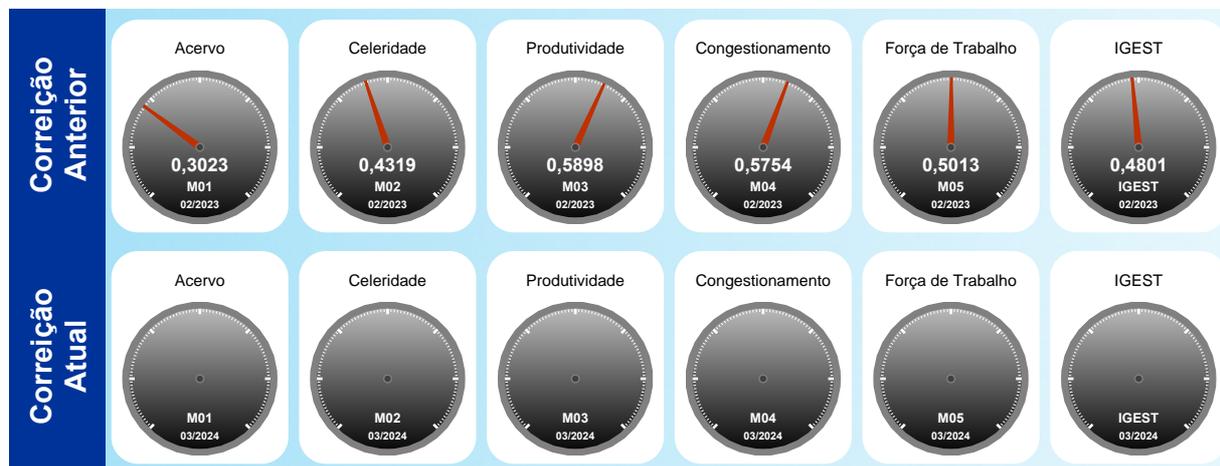
1ª VARA DO TRABALHO DE MARÍLIA - 0033
 [1001 a 1500 processos]



Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 6.563/78
 Data de Instalação: 01/04/1981
 Data de Instalação do PJE: 28/08/2013
 Data da Última Correição: 19/04/2023





Índice

- [1 - TITULARIDADE](#)
- [2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)
- [3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)
- [3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)
- [3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)
- [3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)
- [4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)
- [5 - PRAZOS MÉDIOS](#)
- [6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)
- [7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)
- [8 - RECURSOS](#)
- [9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)
- [10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)
- [11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)
- [12 - ARRECADAÇÃO](#)
- [13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)
- [14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

[Voltar](#)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ALEXANDRE GARCIA MULLER	21/05/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
16/11/2023 a 05/12/2023	FÉRIAS
22/01/2024 a 10/02/2024	FÉRIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/04/2023 a 21/04/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
DANIELE COMIN MARTINS	18/10/2023 a 22/04/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
01/04/2024 a 03/04/2024	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
10/04/2024 a 22/04/2024	FÉRIAS

NOME	PERÍODO
ERIKA RODRIGUES PEDREUS MORETE	31/07/2023 a 18/10/2023

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RENATO CLEMENTE PEREIRA	14/09/2022 a 31/07/2023

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
08/07/2023 a 27/07/2023	FÉRIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [31/03/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANGELICA ANELLI AFONSO VIEIRA DA SILVA	AJA	FC-02 ASSISTENTE	20/09/1994
CLAUDINEI MORAES DOS SANTOS	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	29/10/1993
DIVANIA DA COSTA ALVARES	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	31/08/2016
ESPERANCA LOPES ZAPAROLLI	TJA	-	13/05/1994
GISLAYNE CRISTHINA SOARES	TJA	-	26/06/2023
LUIS ANTONIO FELIPE	TJA	FC-02 ASSISTENTE	15/07/2019
MARCOS ANTONIO RODRIGUES	TJA	FC-04 CALCULISTA	17/03/2014
RENATA DE PAIVA BADIZ	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	03/11/2022
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			7
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [04/2023 a 03/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR RPPS - ATÉ 24 MESES	61
LICENÇA TRÂNSITO SERVIDOR - ATÉ 30 DIAS	10
TOTAL	71



[Voltar](#)

3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/03/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANA JULIA CARDOSO DE ANDRADE	MUNICÍPIO DE MARÍLIA	01/03/2023
MARIA EDUARDA DE SA MAGALHAES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/09/2023



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [04/2023 a 03/2024]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ALEXANDRE GARCIA MULLER	124
DANIELE COMIN MARTINS	12
ERIKA RODRIGUES PEDREUS MORETE	10
RENATO CLEMENTE PEREIRA	4

SERVIDORES	HORAS
ANGELICA ANELLI AFONSO VIEIRA DA SILVA	3
CLAUDINEI MORAES DOS SANTOS	9
GISLAYNE CRISTHINA SOARES	6
LUIS ANTONIO FELIPE	2
MARCOS ANTONIO RODRIGUES	29
RENATA DE PAIVA BADIZ	102



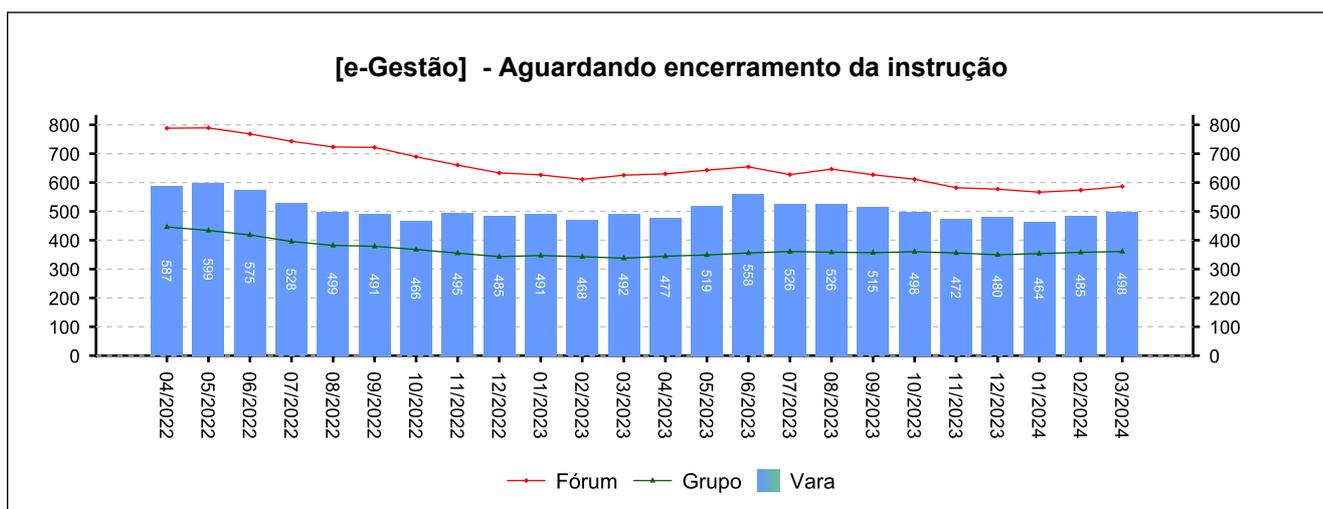
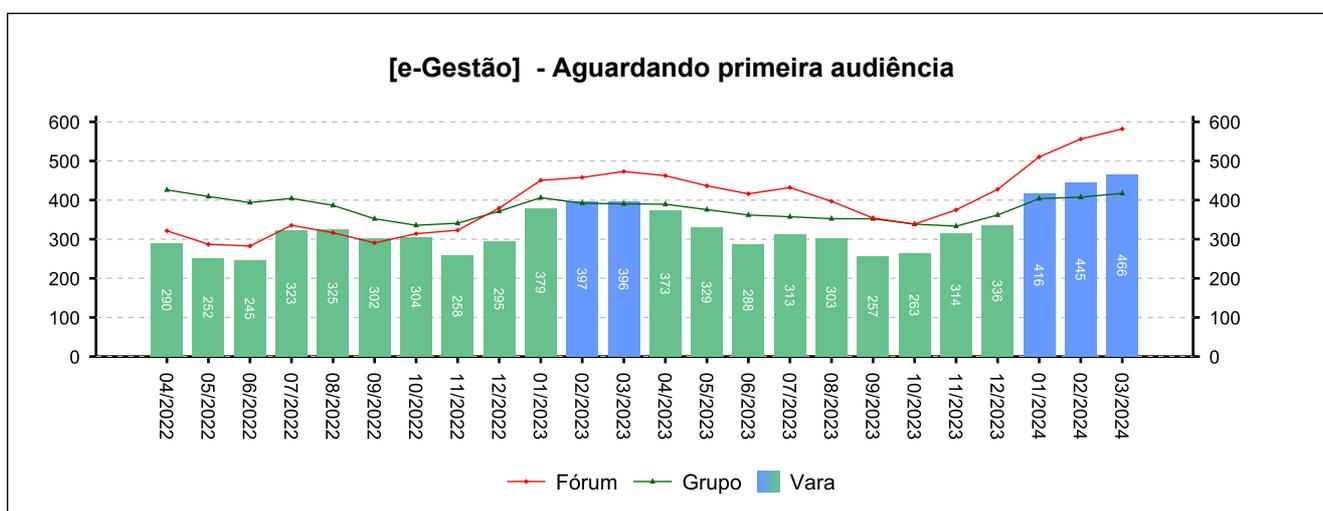
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	466	417	582
Aguardando encerramento da instrução	498	361	586
Aguardando prolação de sentença	23	50	36
Aguardando cumprimento de acordo	45	44	46
Solucionados pendentes de finalização na fase	931	885	912
Pendentes de finalização	1.963	1.757	2.162

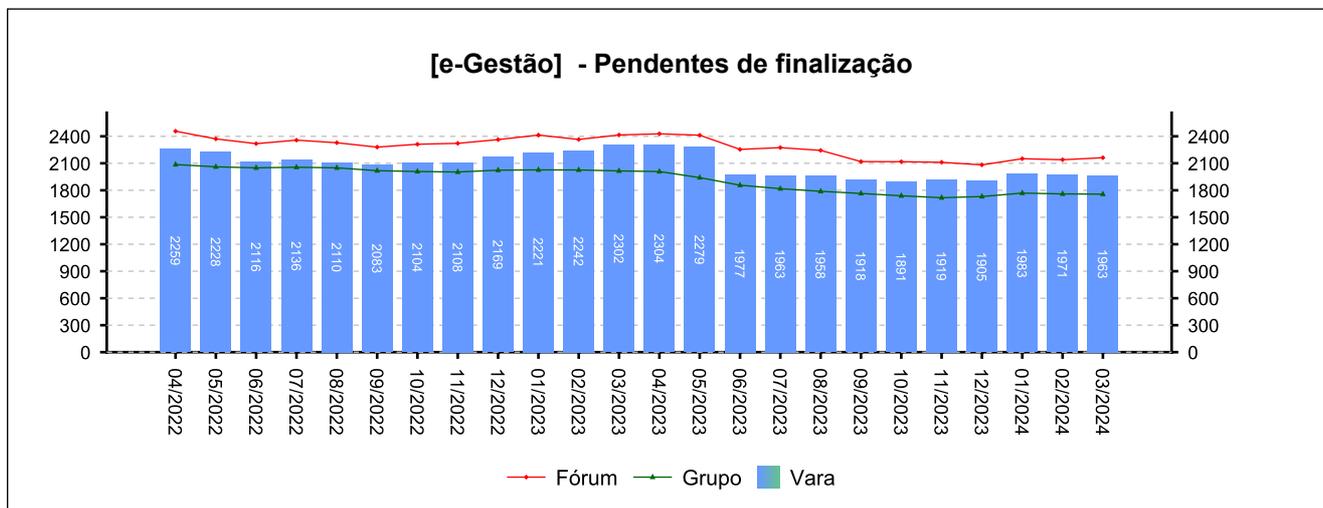
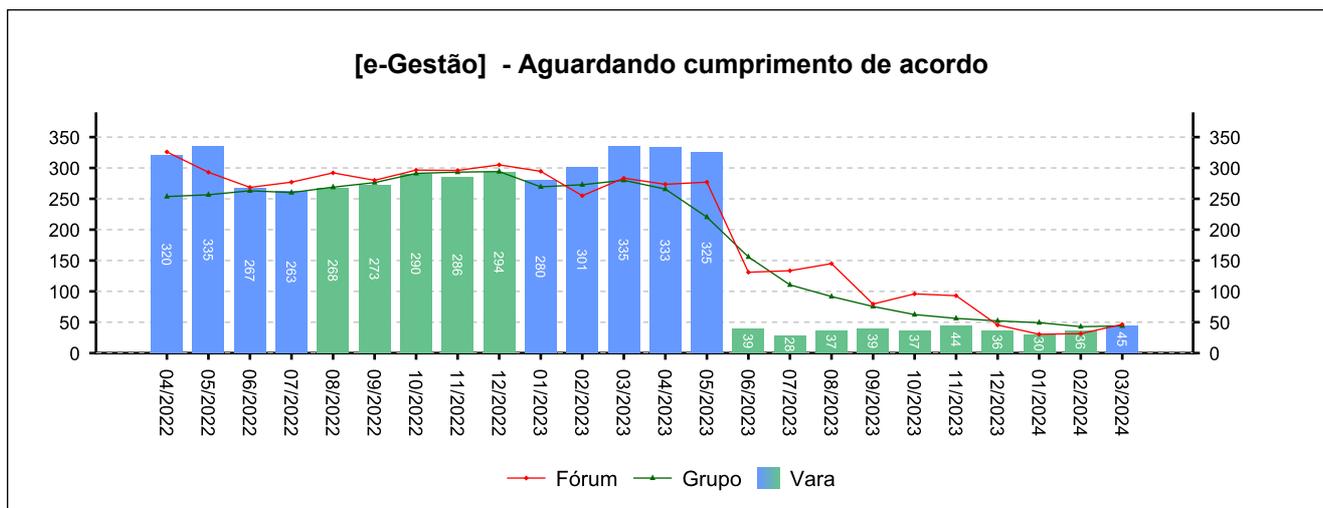
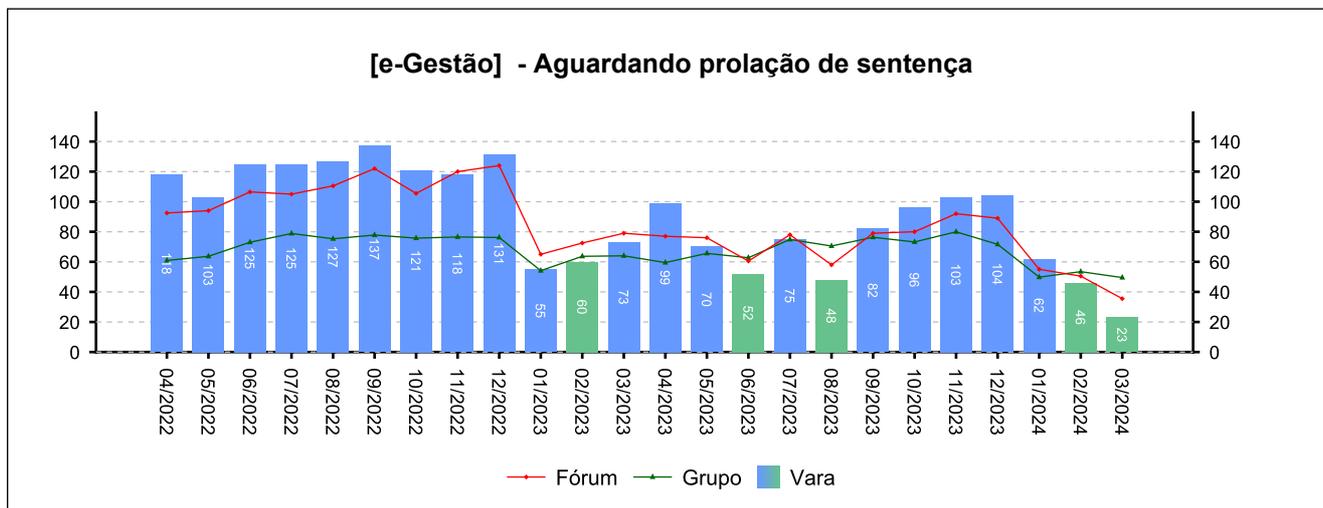
Período: 04/2023 a 03/2024



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

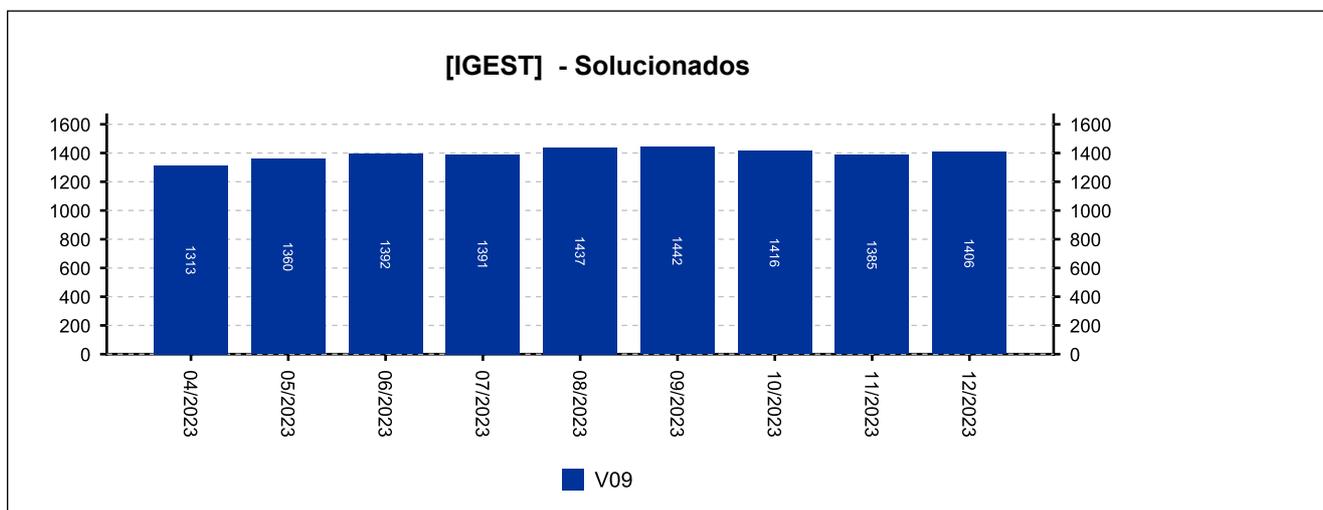
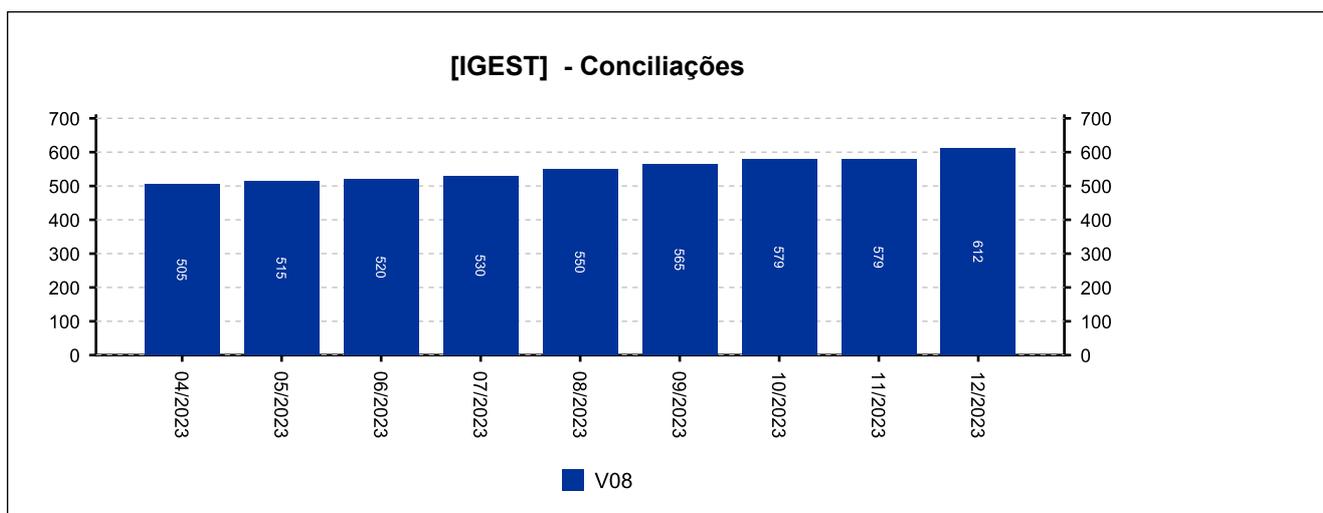
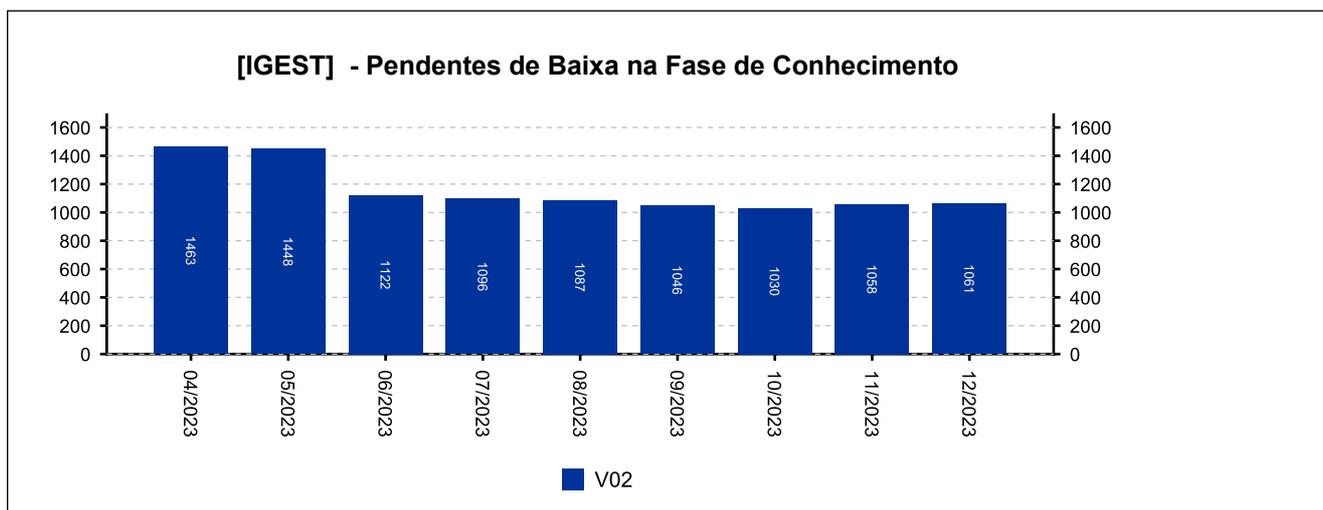
4.1 - Fase de Conhecimento



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

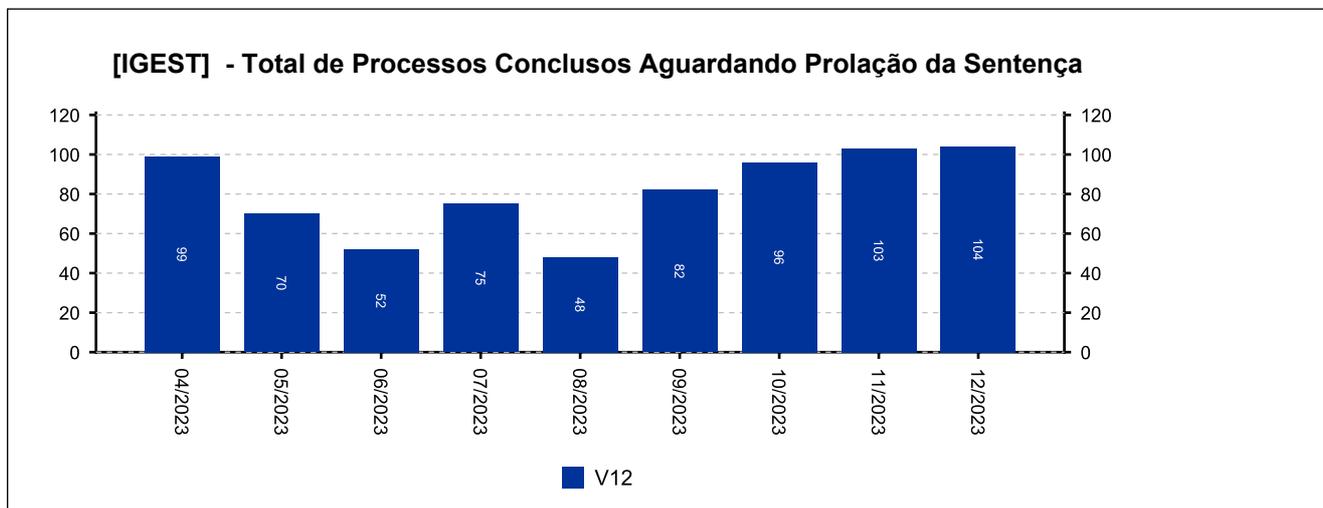
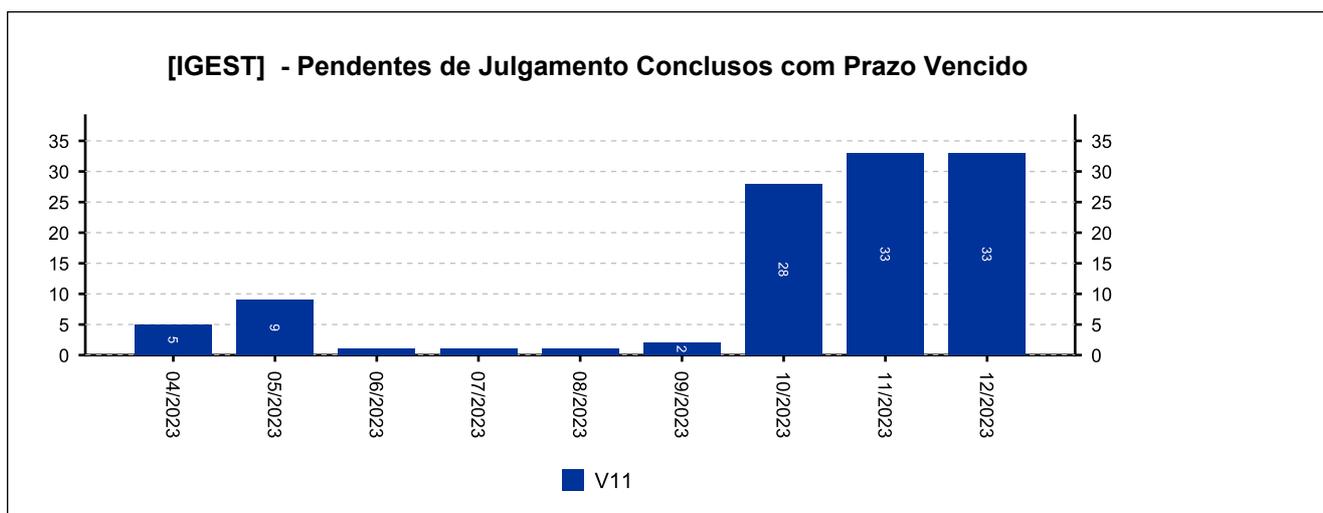
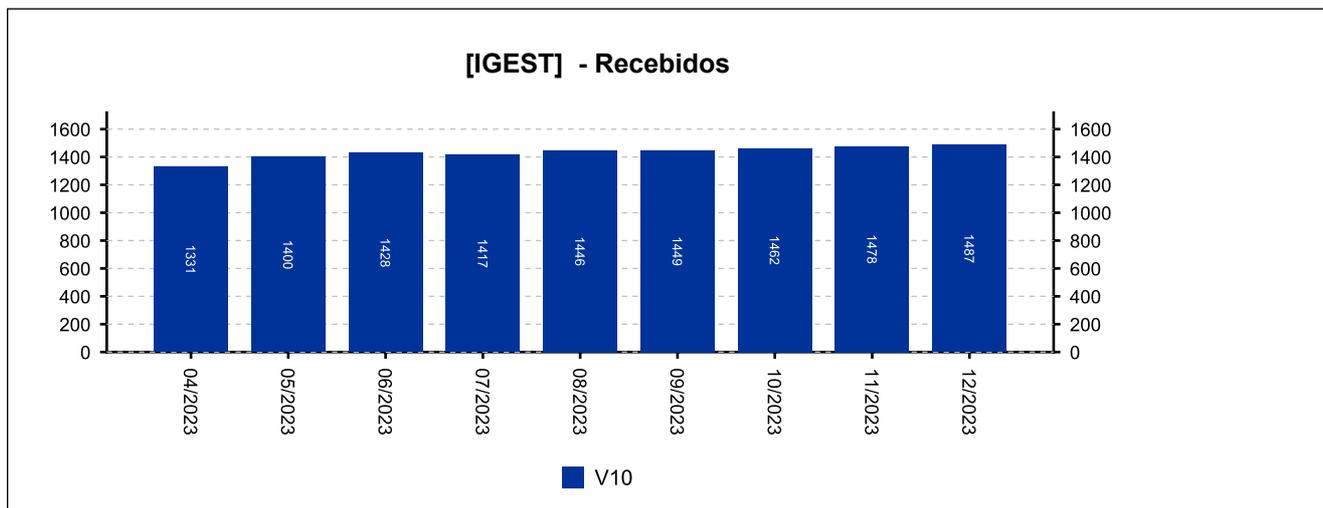
4.1 - Fase de Conhecimento



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

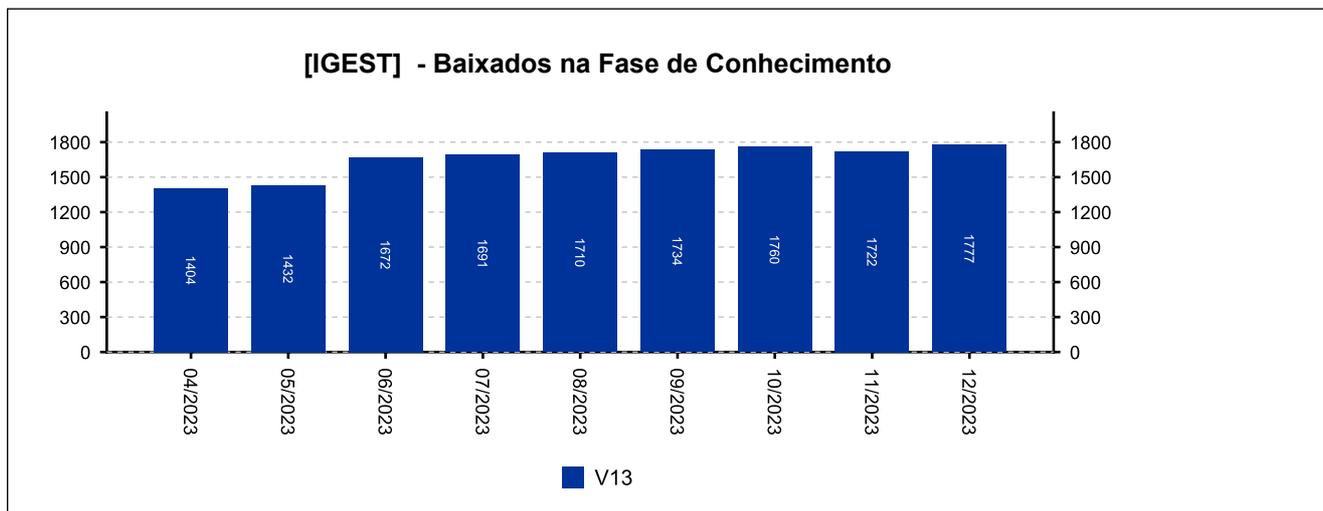




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





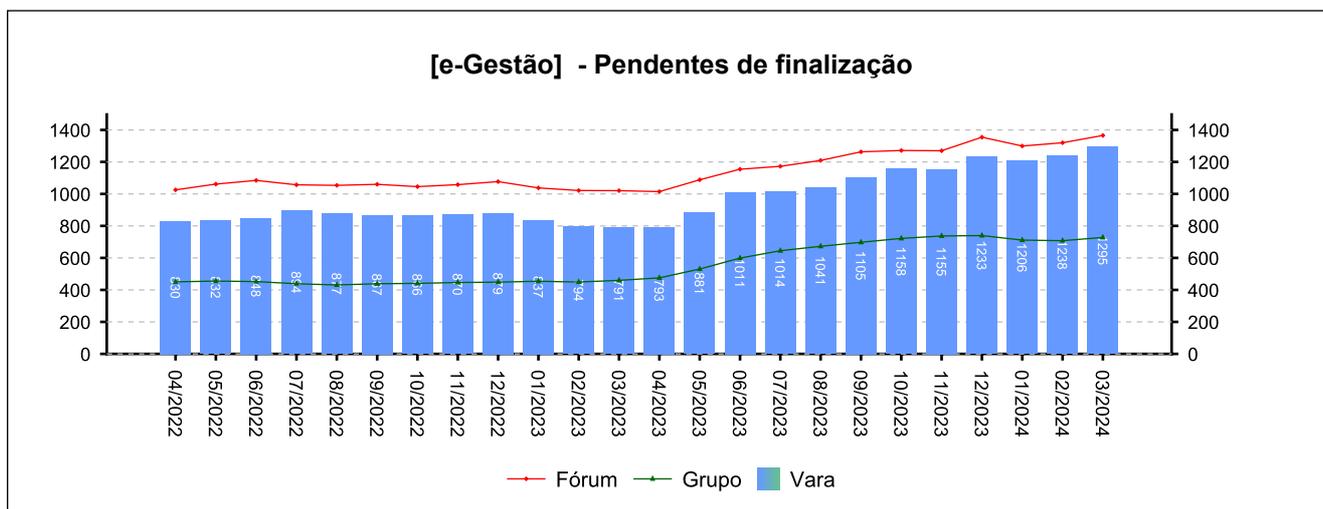
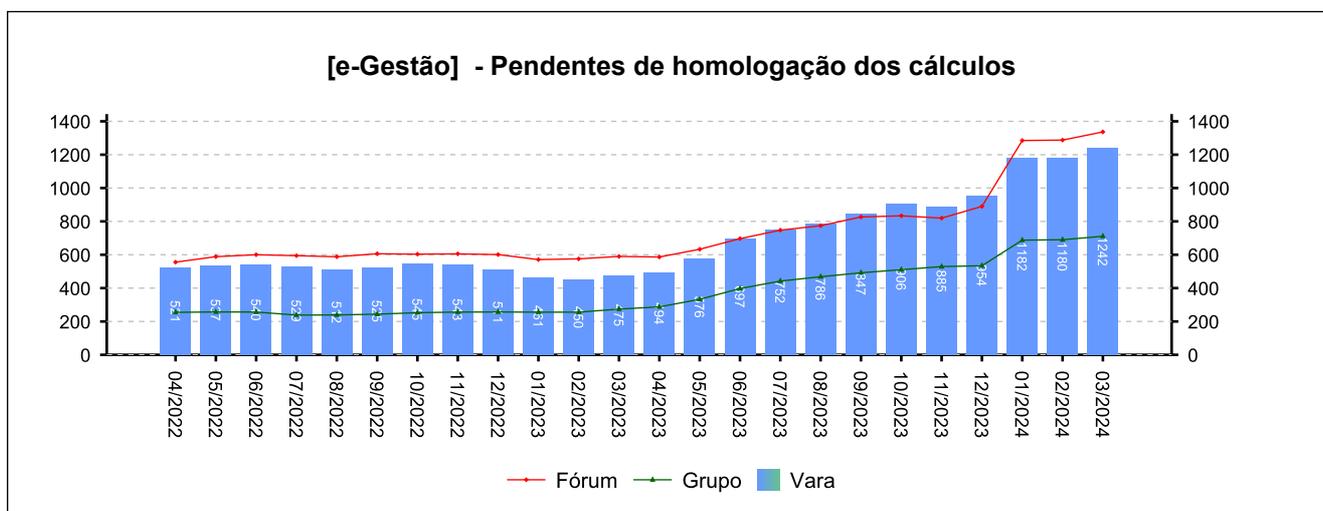
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	1.242	711	1.336
Liquidados pendentes de finalização na fase	53	17	29
Pendentes de finalização	1.295	728	1.366

Período: 04/2023 a 03/2024

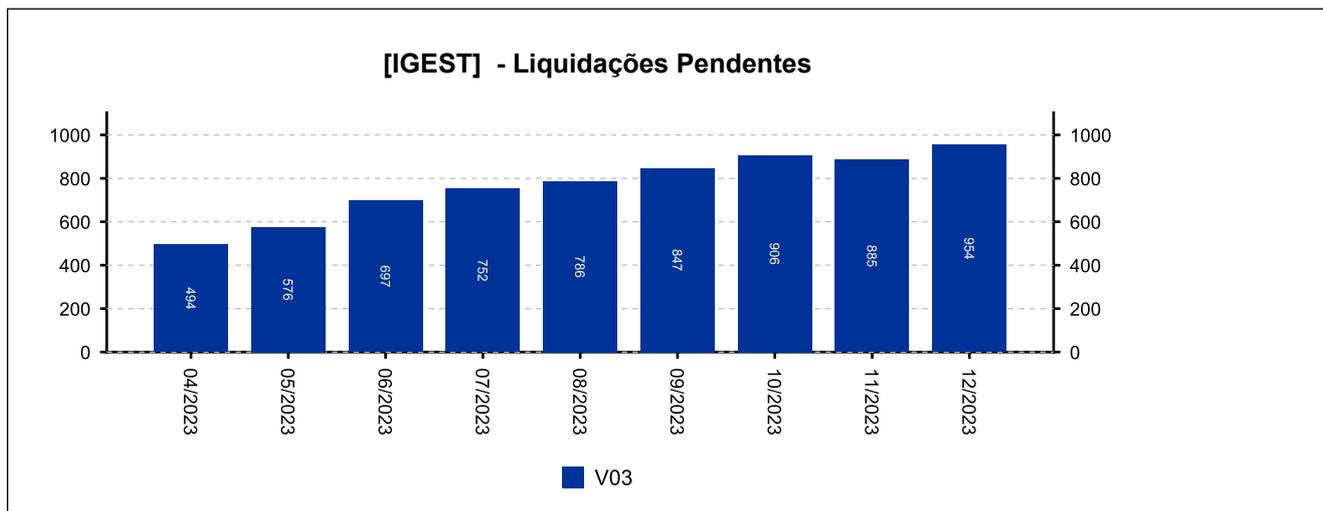




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação





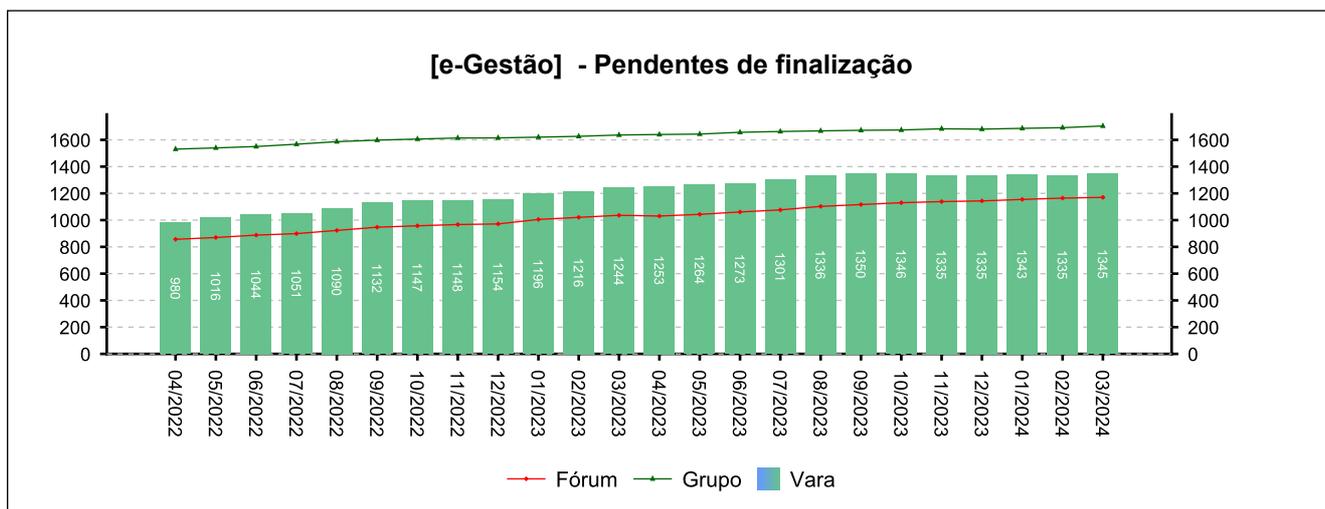
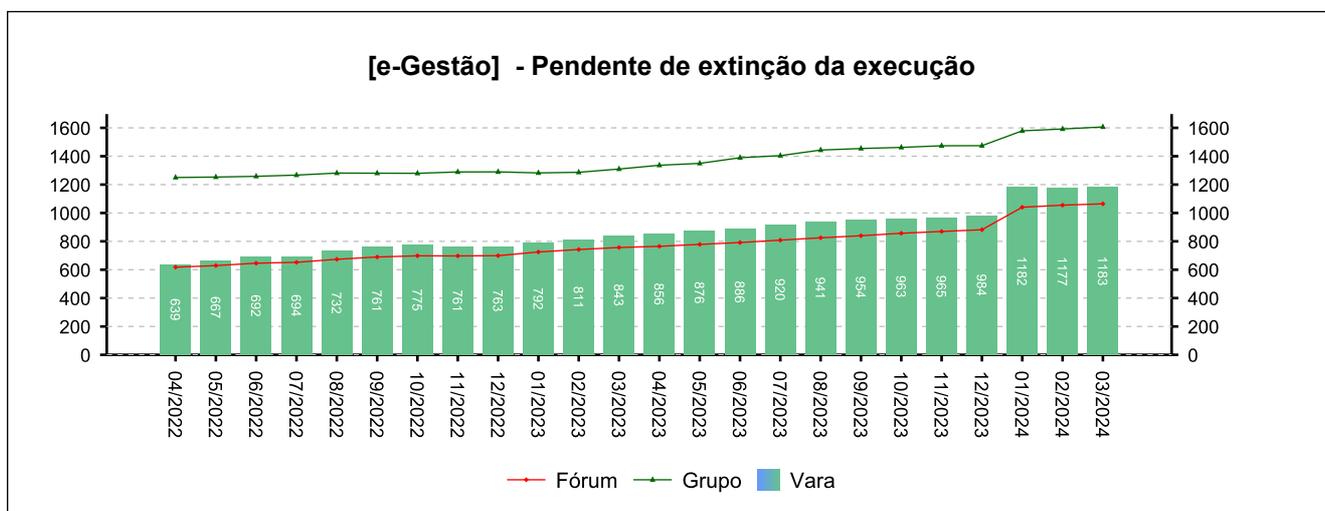
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	1.183	1.606	1.064
Encerrados pendentes de finalização na fase	162	98	106
Pendentes de finalização	1.345	1.704	1.170

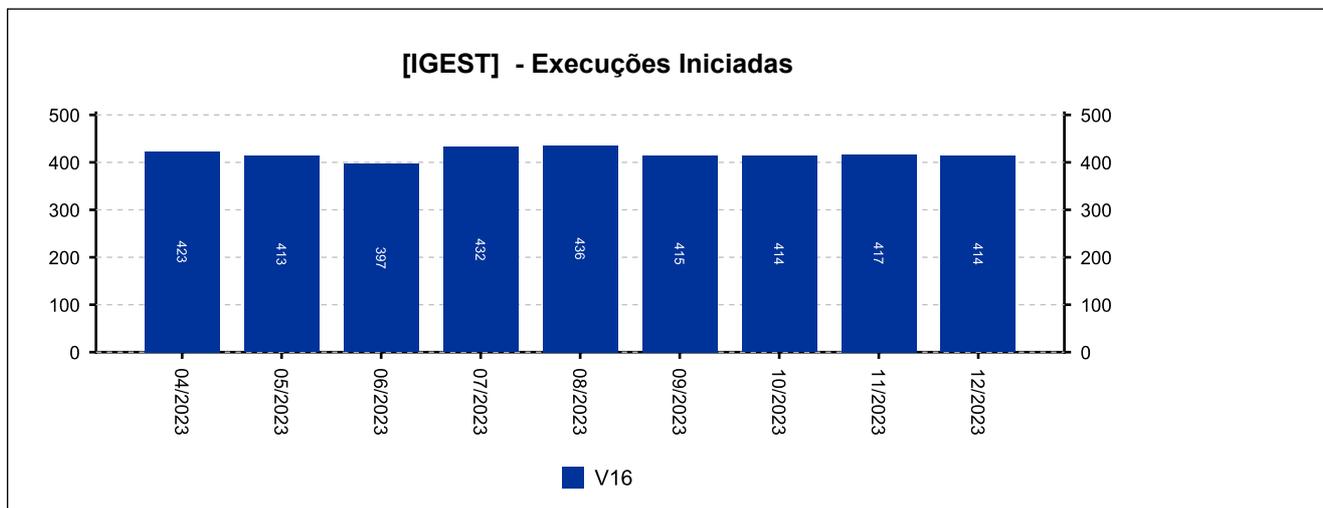
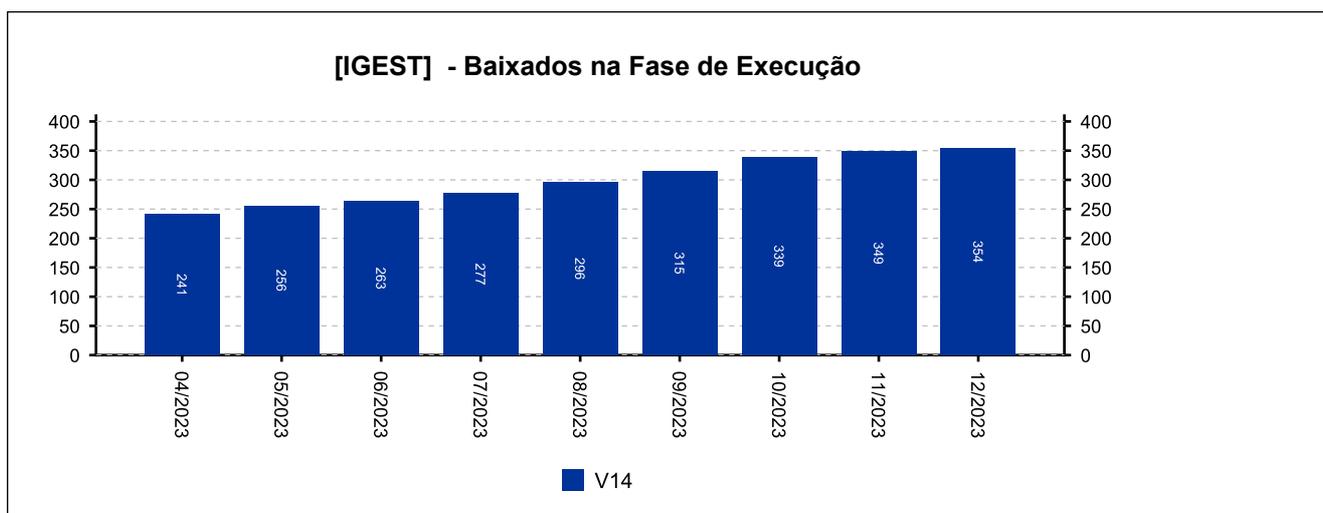
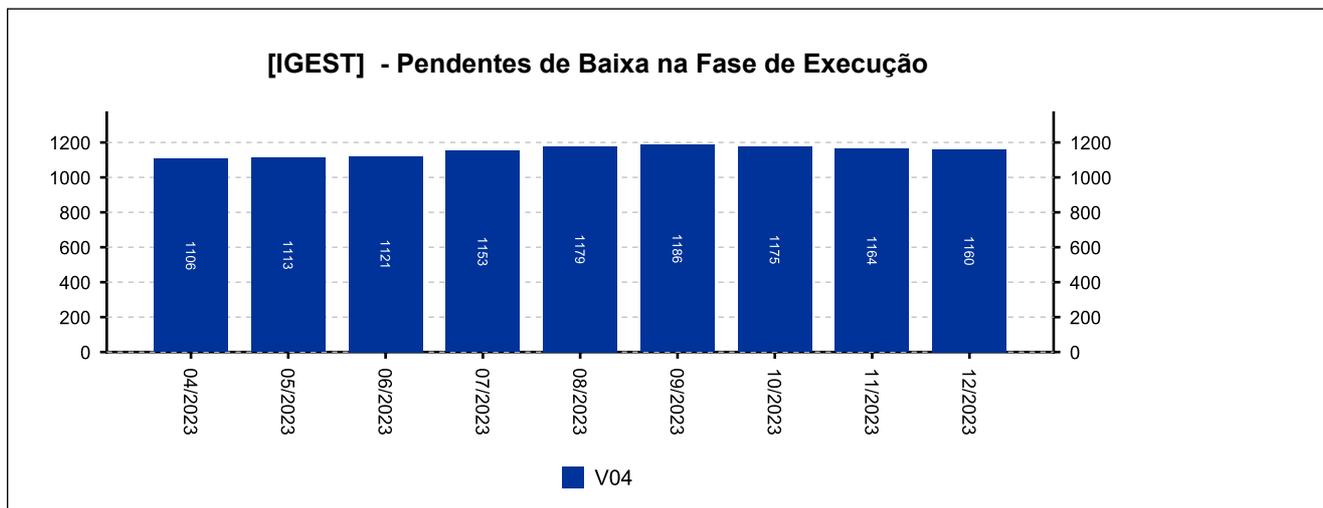
Período: 04/2023 a 03/2024



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

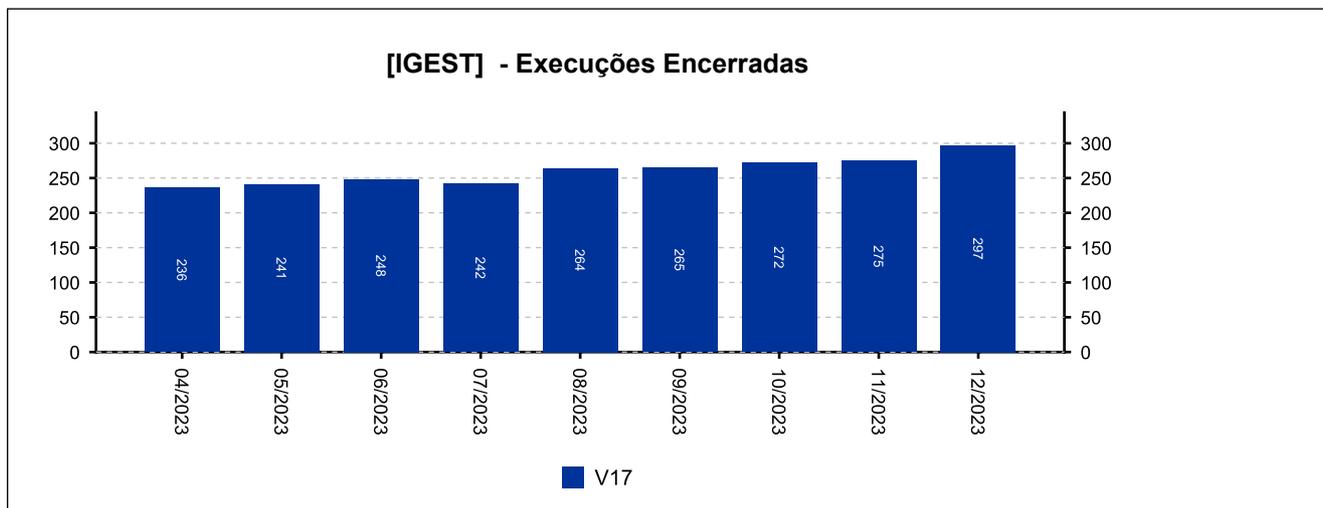




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

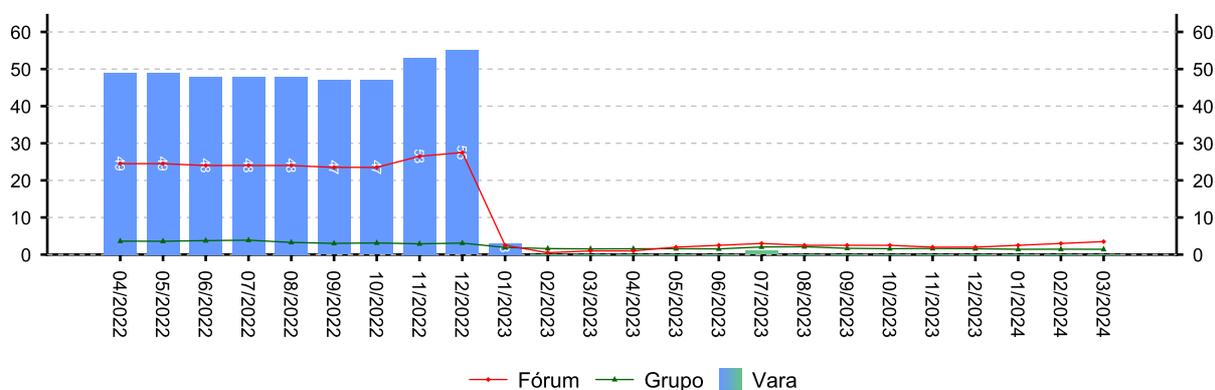
(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

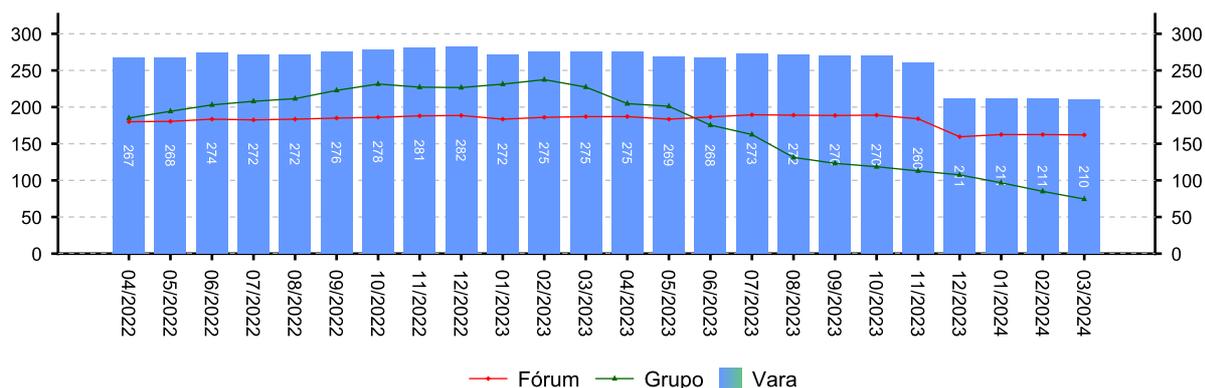
SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	4
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	210	74	162

Período: 04/2023 a 03/2024

[e-Gestão] - Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação



[e-Gestão] - Saldo de processos no arquivo provisório - Execução





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	1.963	1.757	2.162
Pendentes de finalização - Liquidação	1.295	728	1.366
Pendentes de finalização - Execução	1.345	1.704	1.170
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	4
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	210	74	162
TOTAL:	4.813	4.265	4.863

Período: 04/2023 a 03/2024



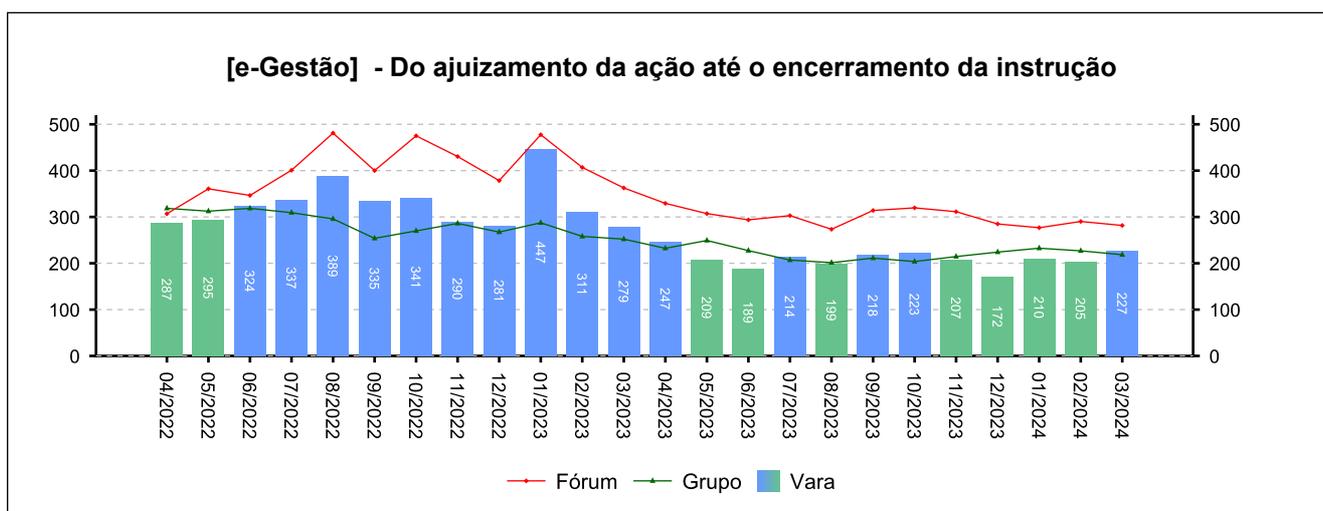
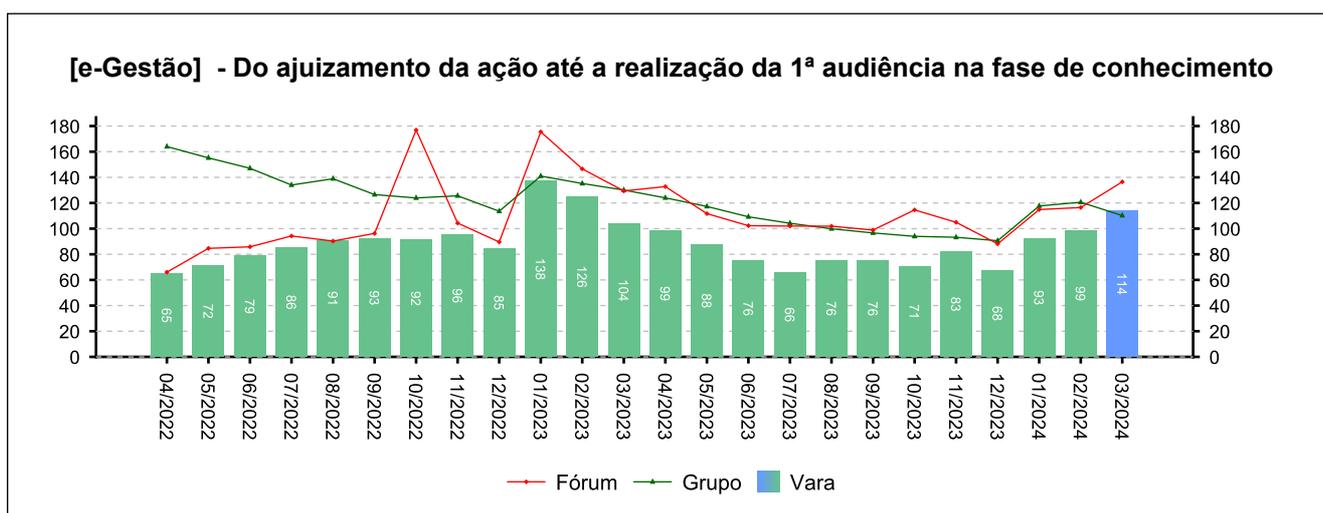
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	1.272	83	107	110
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.374	211	220	301
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.407	238	239	326
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	806	38	26	35

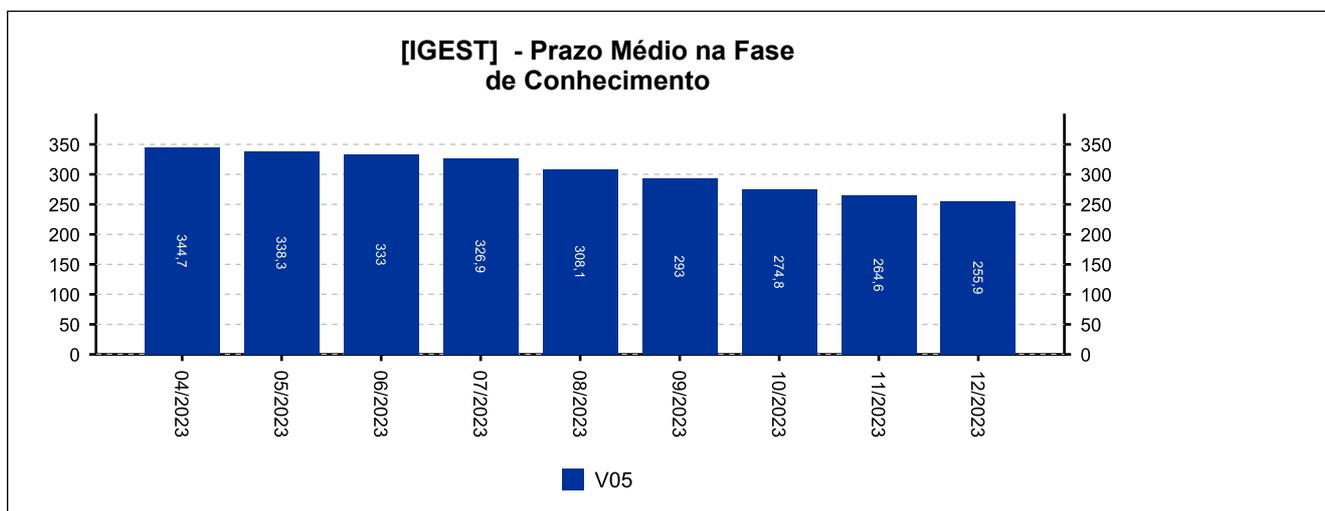
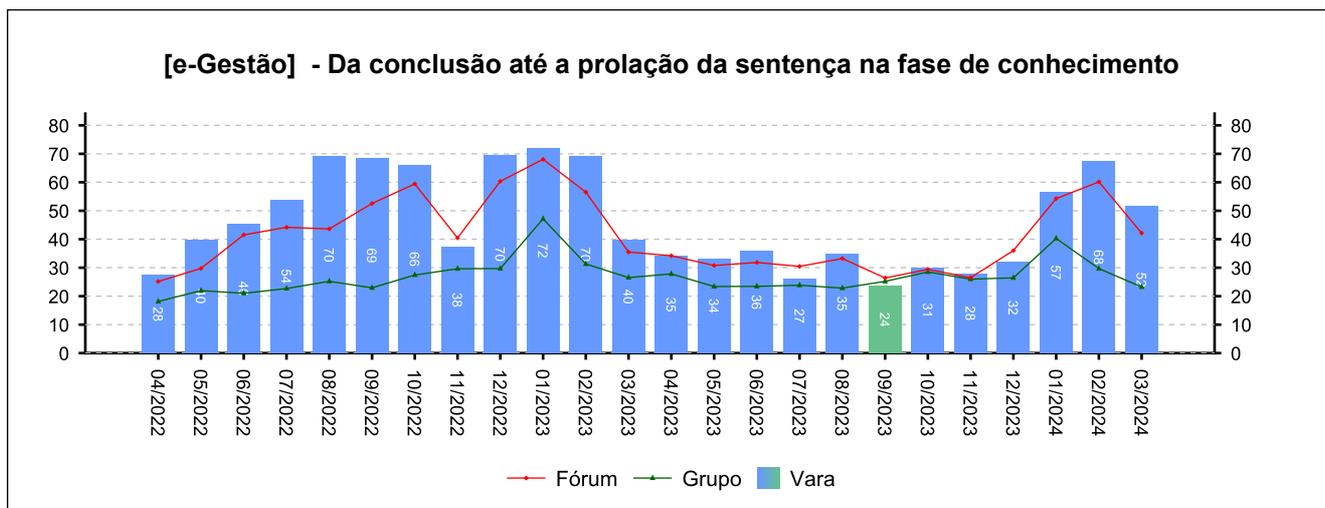
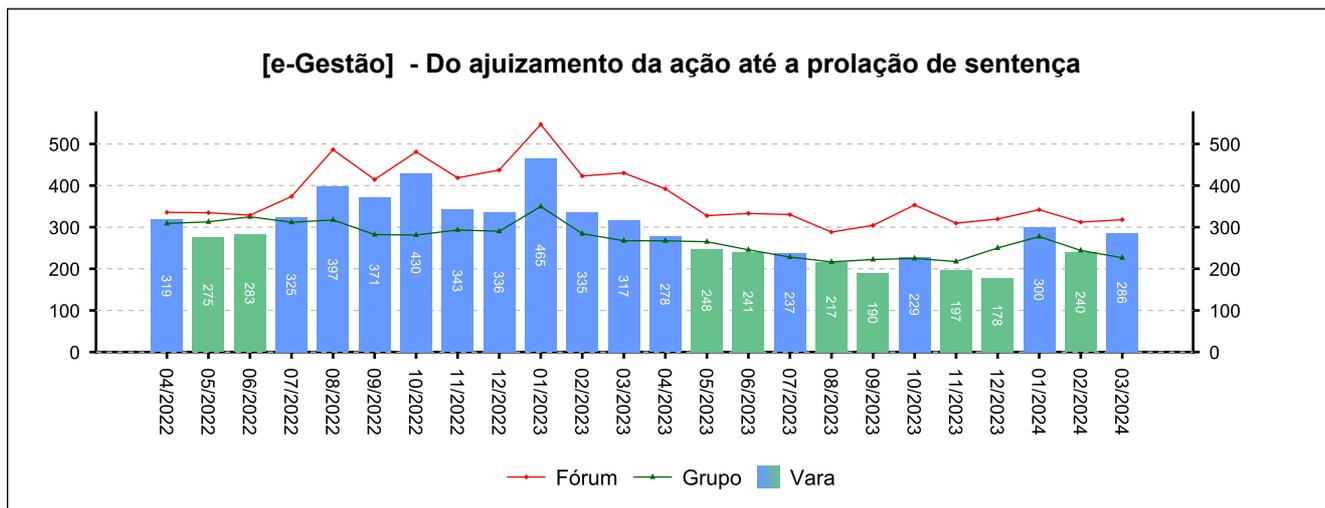
Período: 04/2023 a 03/2024



5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento



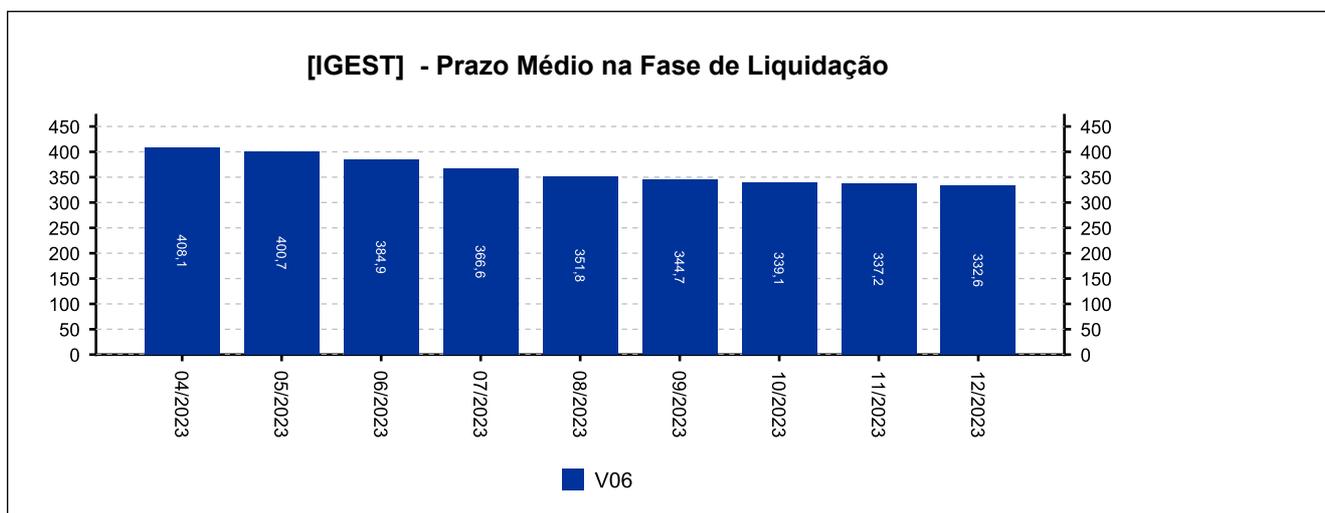
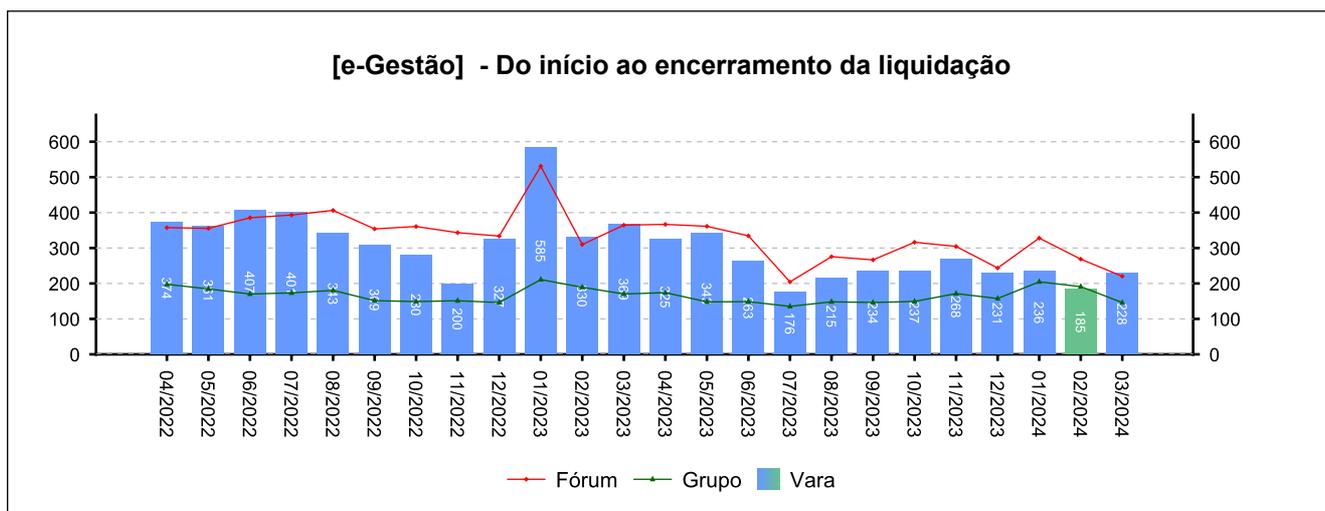
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	509	247	159	295

Período: 04/2023 a 03/2024





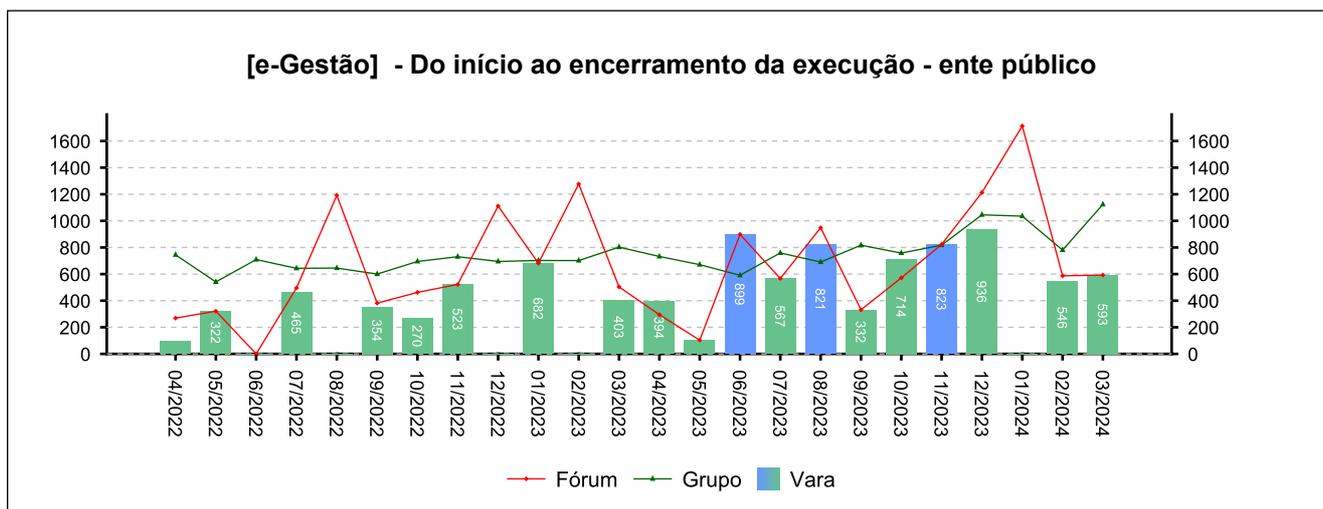
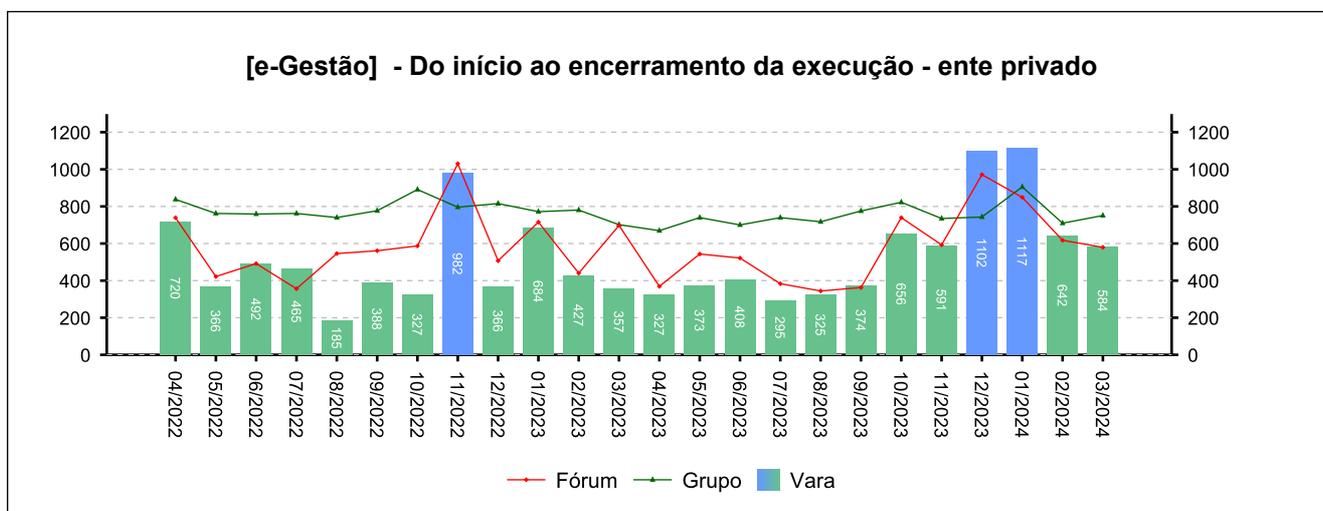
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	261	597	749	601
Do início ao encerramento da execução - ente público	30	620	825	737
Total / Média	291	599	769	614

Período: 04/2023 a 03/2024

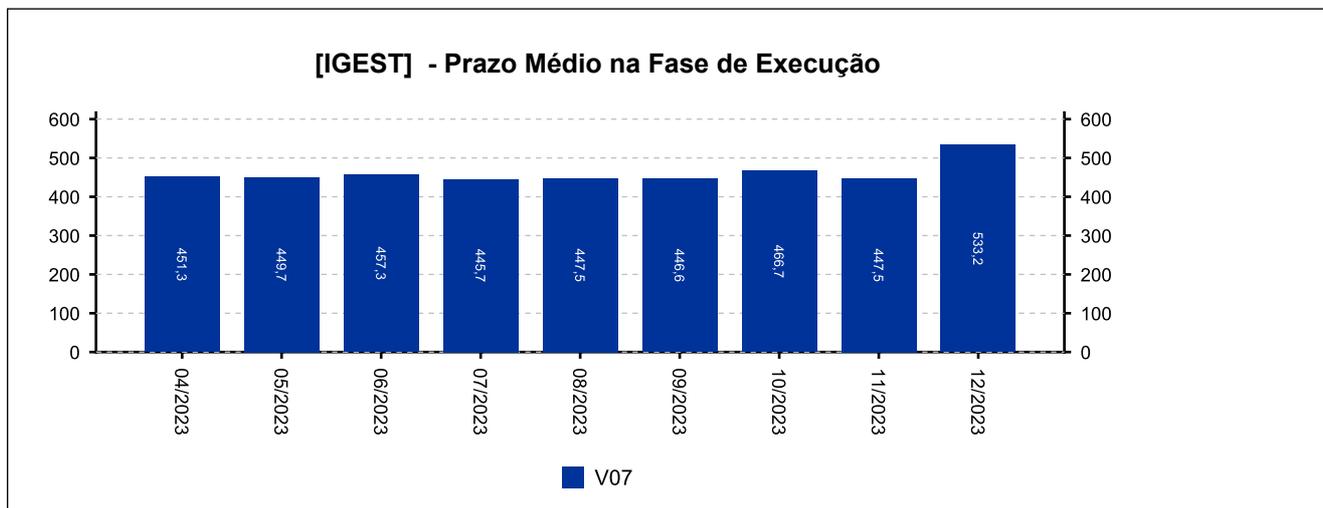




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução





[Voltar](#)

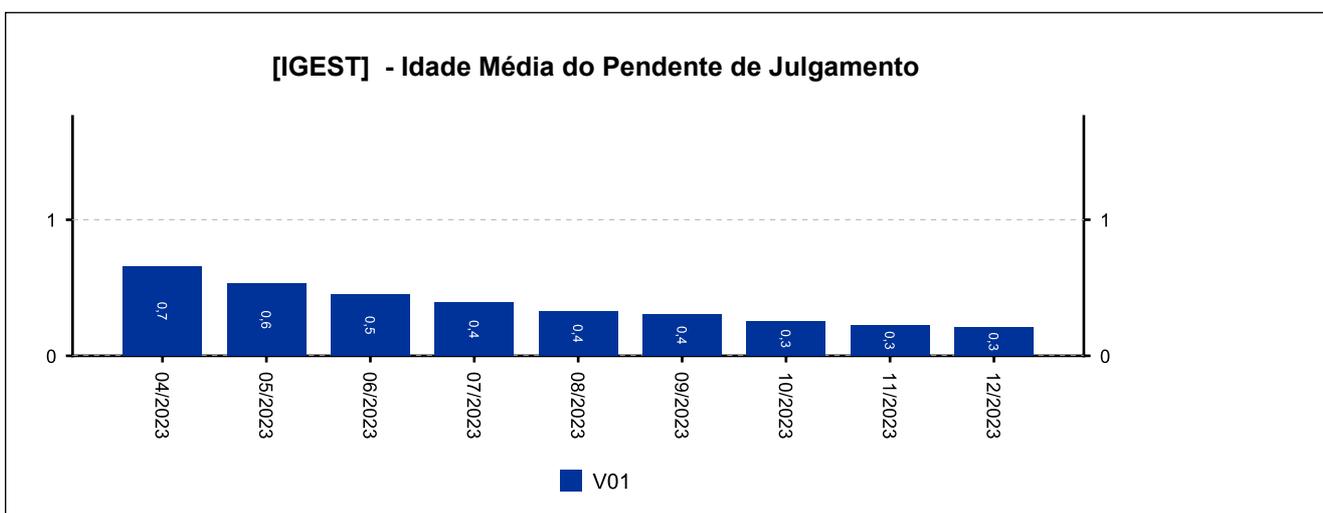
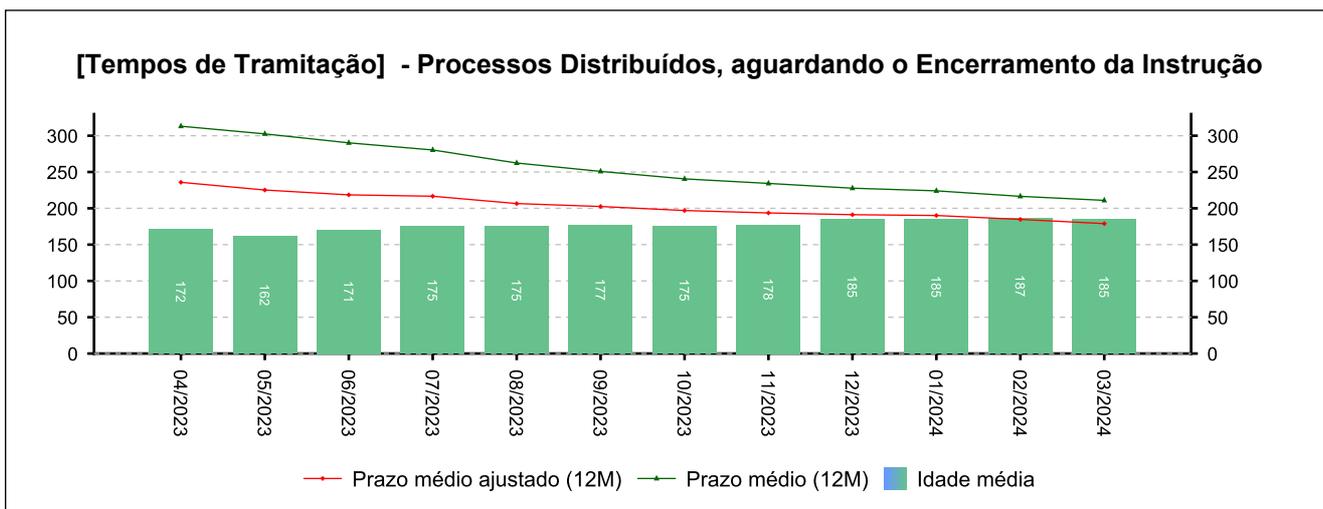
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010581-74.2016.5.15.0033	18/12/2023	18/04/2016	2.904
0010557-07.2020.5.15.0033	06/03/2023	17/06/2020	1.383
0010583-05.2020.5.15.0033	22/06/2020	22/06/2020	1.378
0010966-80.2020.5.15.0033	08/02/2021	05/10/2020	1.273
0011005-77.2020.5.15.0033	22/02/2021	19/10/2020	1.259

Período: até 03/2024





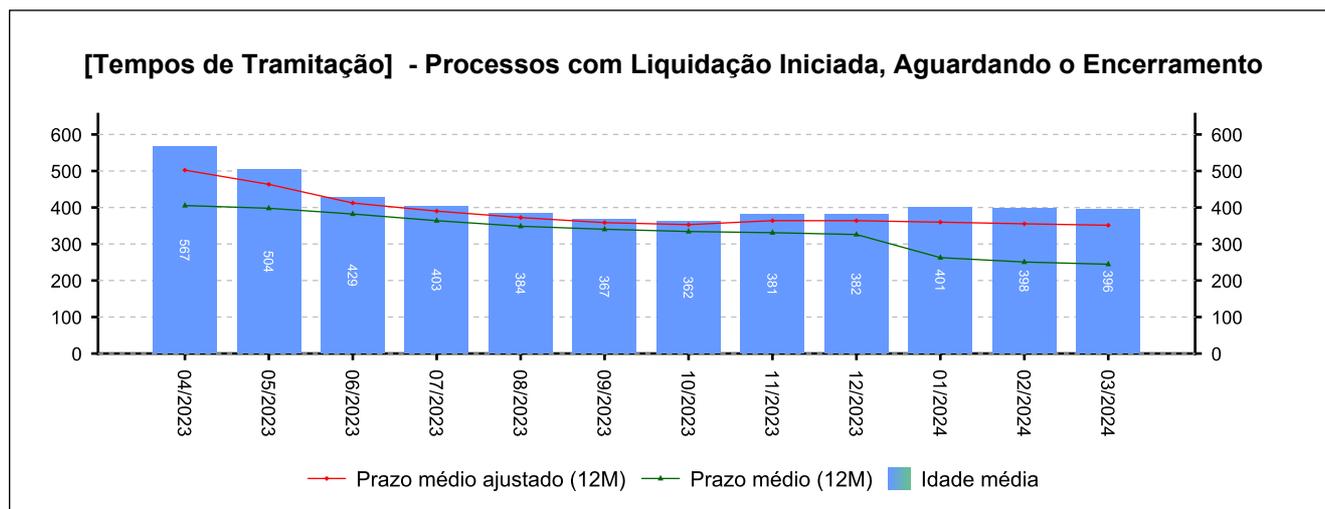
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0005800-53.2009.5.15.0033	15/03/2011	16/01/2009	4.765
0001605-88.2010.5.15.0033	25/08/2016	10/11/2010	2.775
0011385-13.2014.5.15.0033	31/07/2017	23/09/2014	2.435
0010911-71.2016.5.15.0033	04/09/2017	15/06/2016	2.400
0001423-05.2010.5.15.0033	19/06/2018	15/10/2010	2.112

Período: até 03/2024





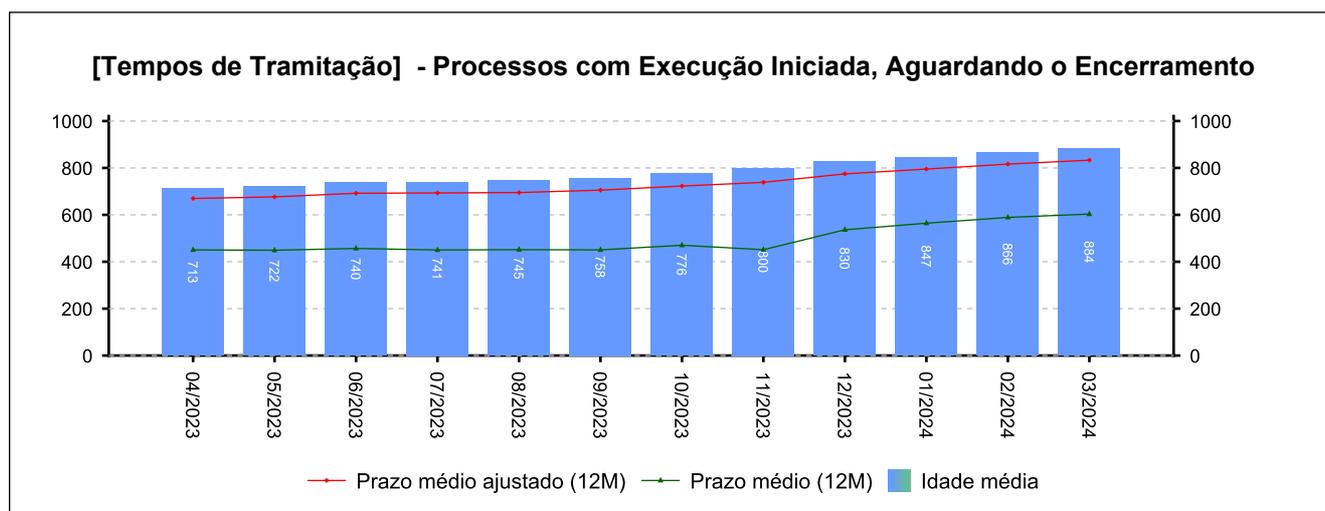
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0030000-61.2008.5.15.0033	17/06/2009	10/03/2008	5.401
0001702-88.2010.5.15.0033	16/09/2011	19/11/2010	4.580
0141600-92.2005.5.15.0033	03/02/2012	14/10/2005	4.440
0096000-09.2009.5.15.0033	03/07/2012	21/07/2009	4.289
0001238-64.2010.5.15.0033	31/08/2012	30/09/2010	4.230

Período: até 03/2024





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	2904	184	211	179
Do Início ao Encerramento da Liquidação	4765	395	245	351
Do Início ao Encerramento da Execução	5401	883	603	833

Período: até 03/2024

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.



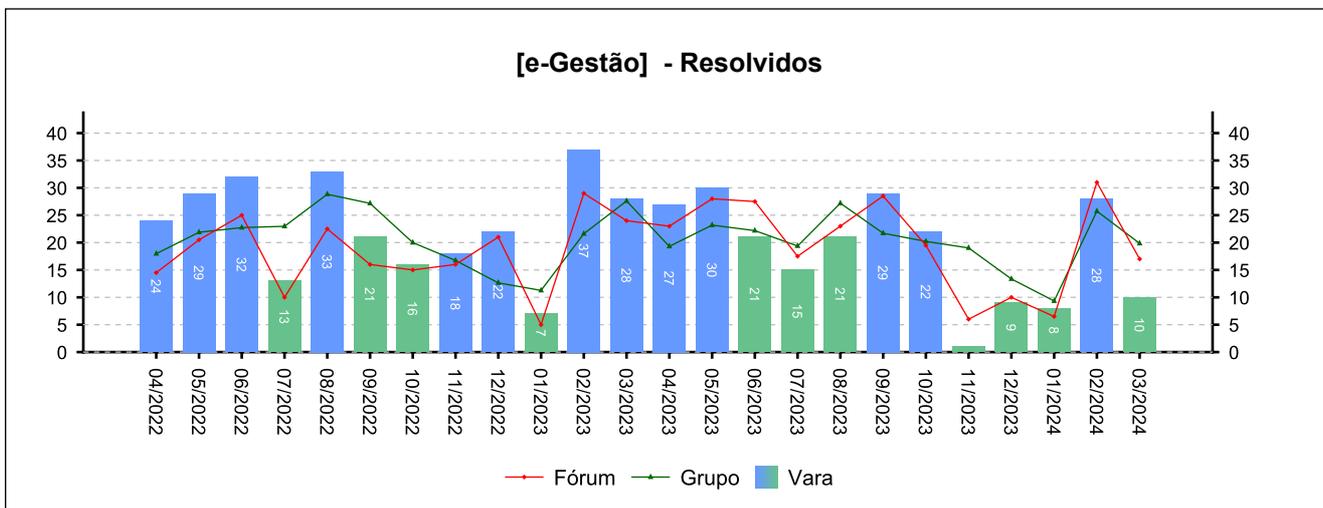
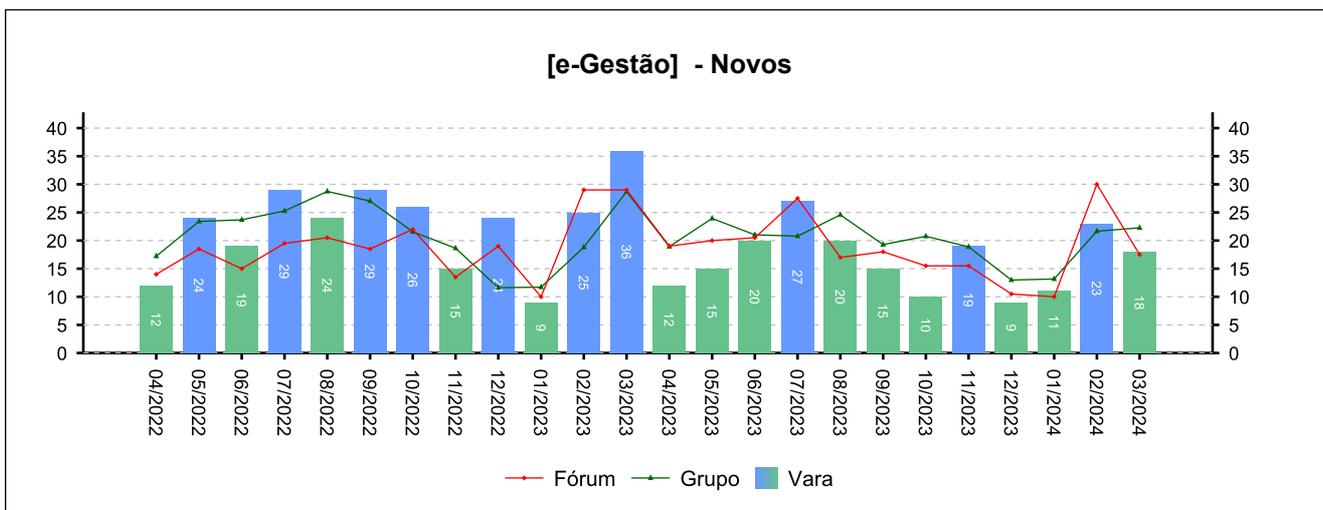
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
199	221	35

Período: 04/2023 a 03/2024

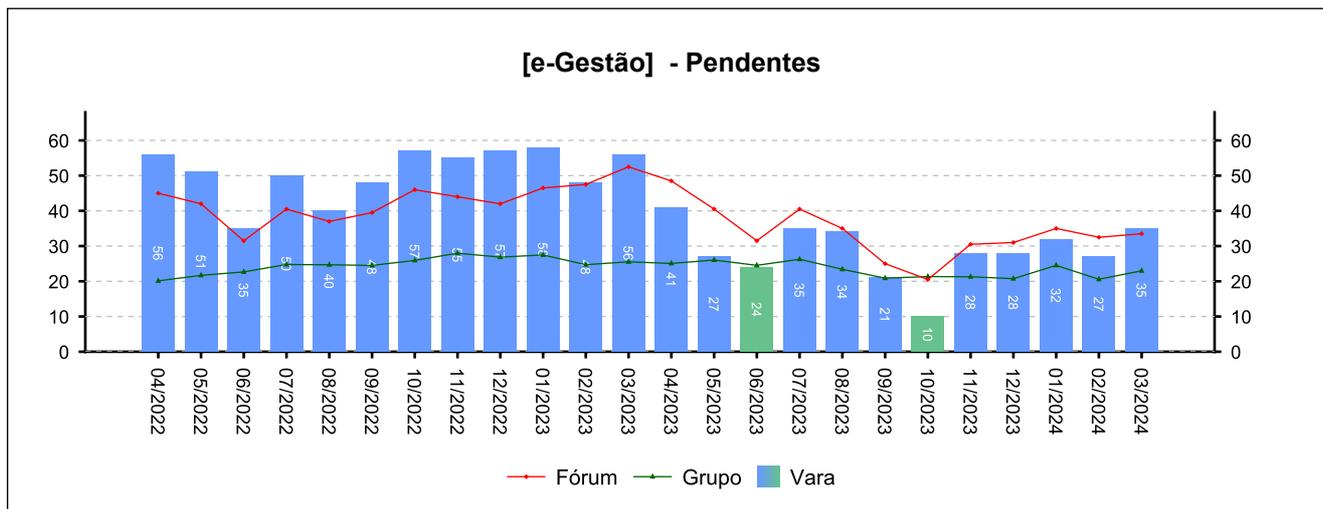




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração



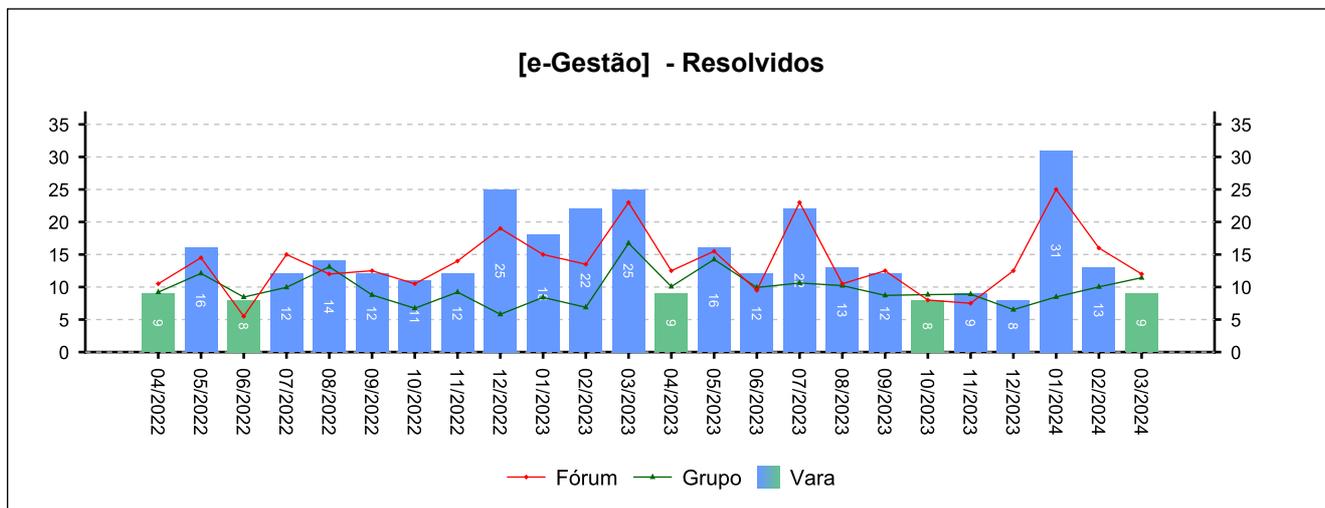
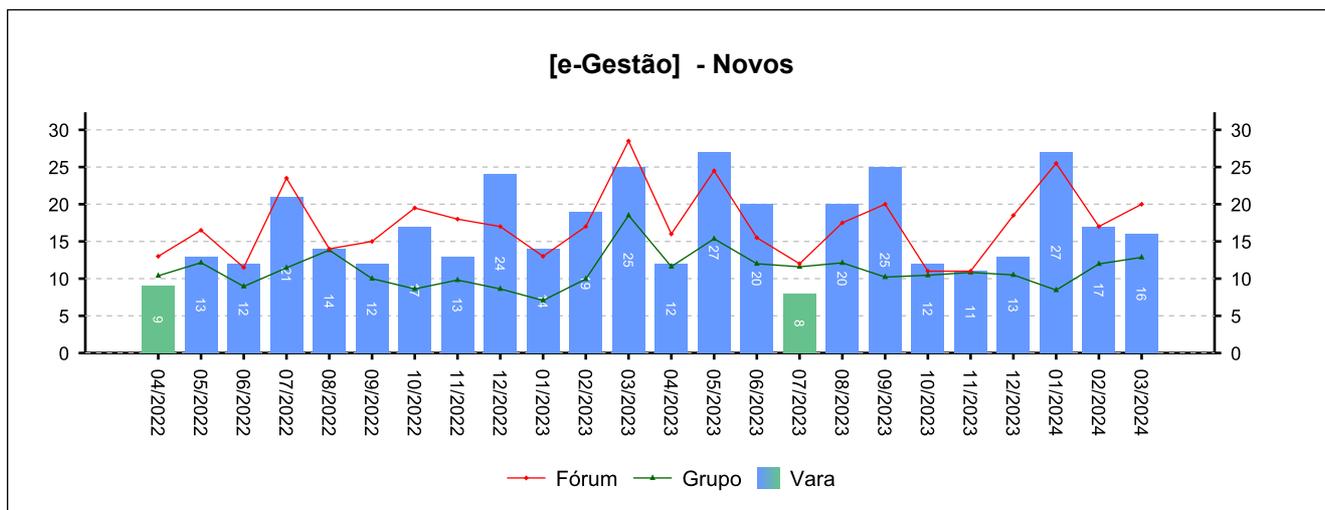


7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
208	162	29
Período: 04/2023 a 03/2024		

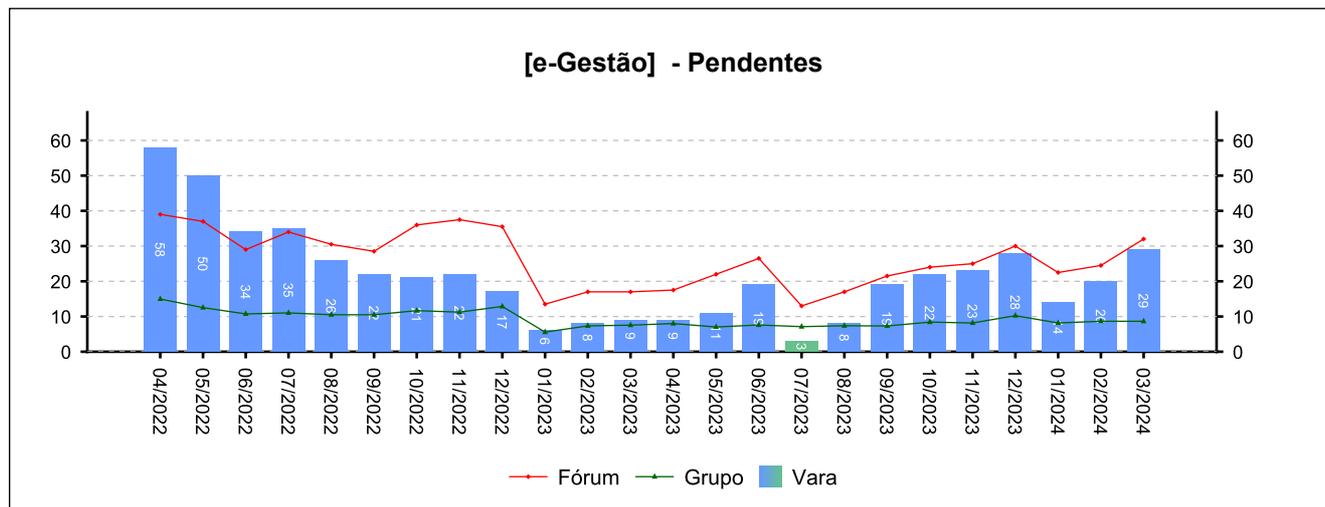




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias



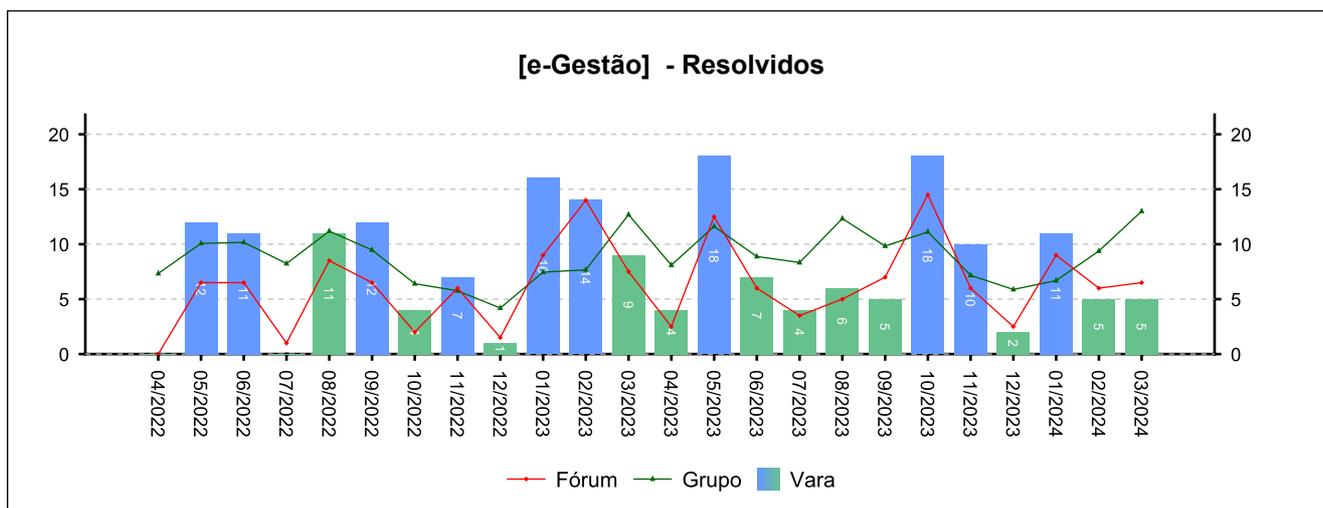
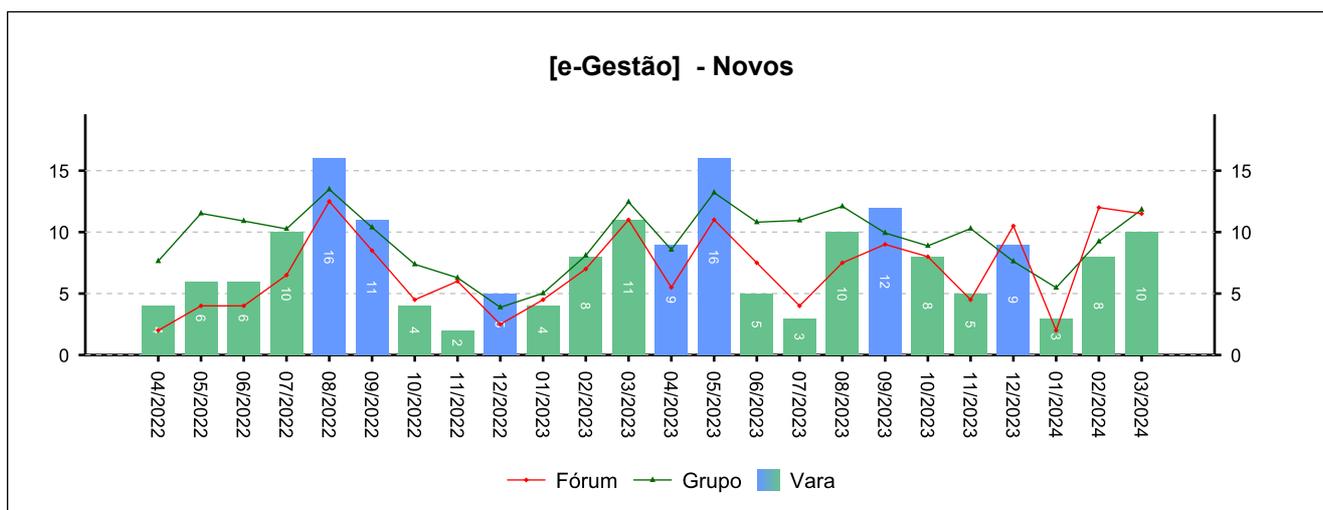


7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
98	95	64
Período: 04/2023 a 03/2024		

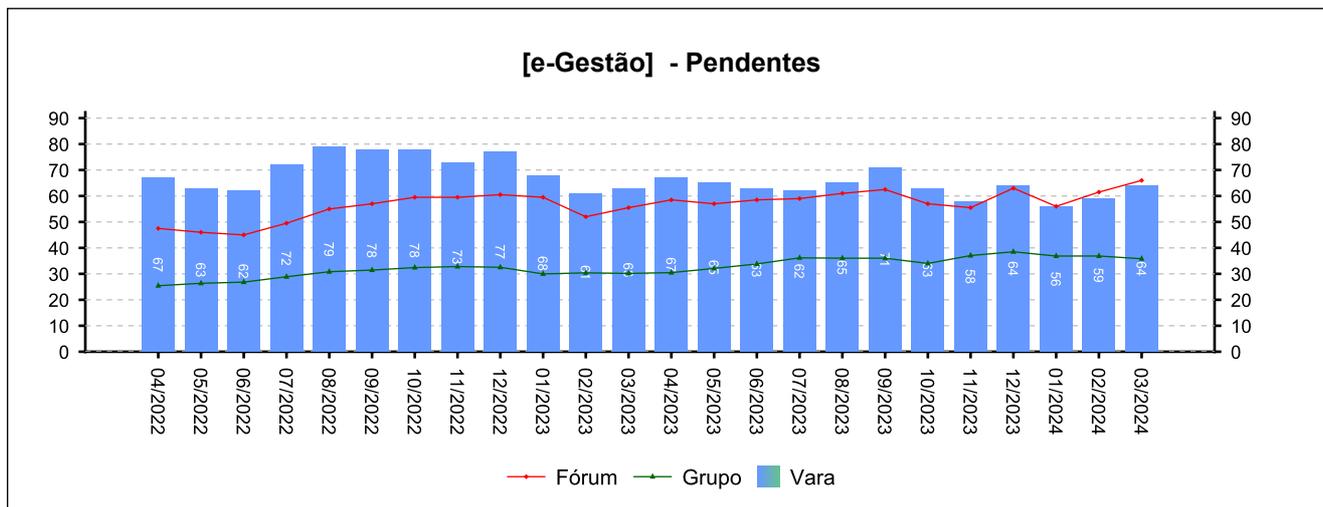




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
505	478	128
<i>Período: 04/2023 a 03/2024</i>		

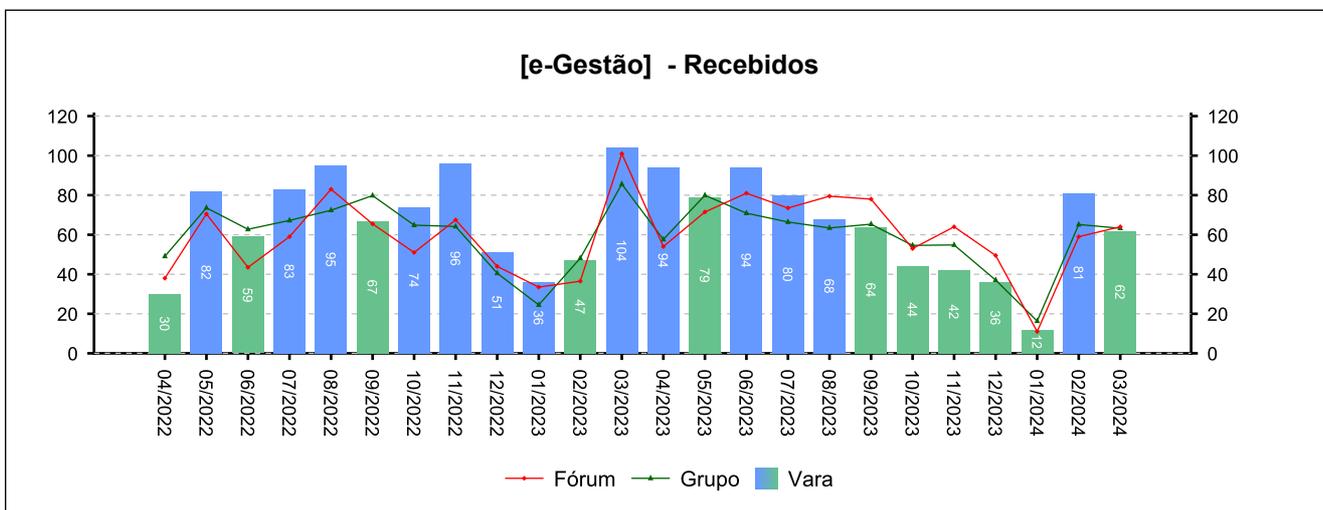
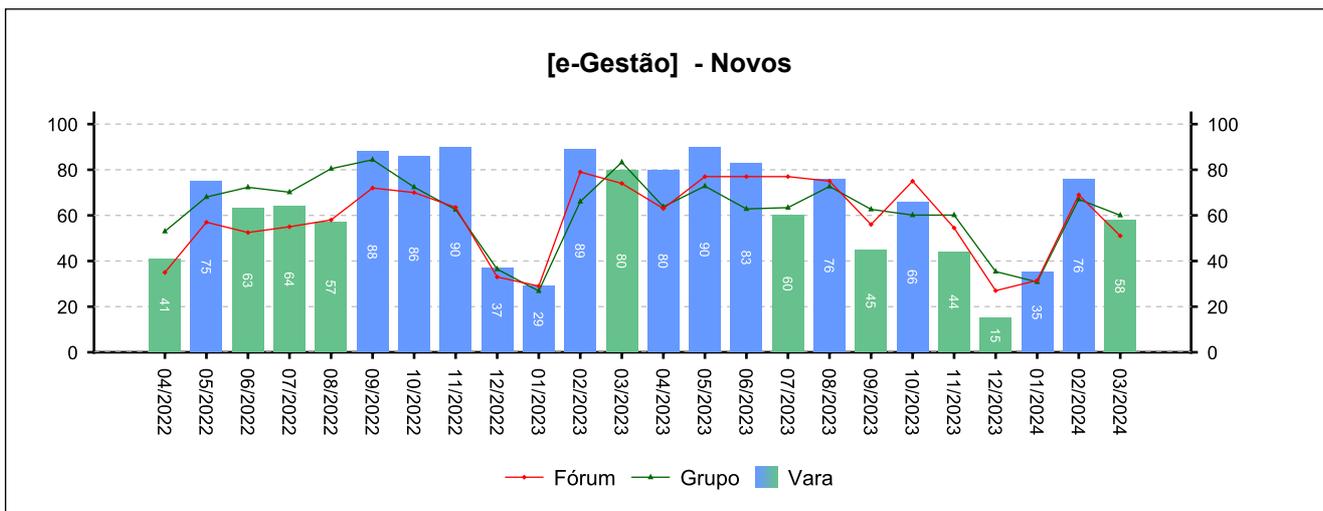


8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
728	756	58
<i>Período: 04/2023 a 03/2024</i>		

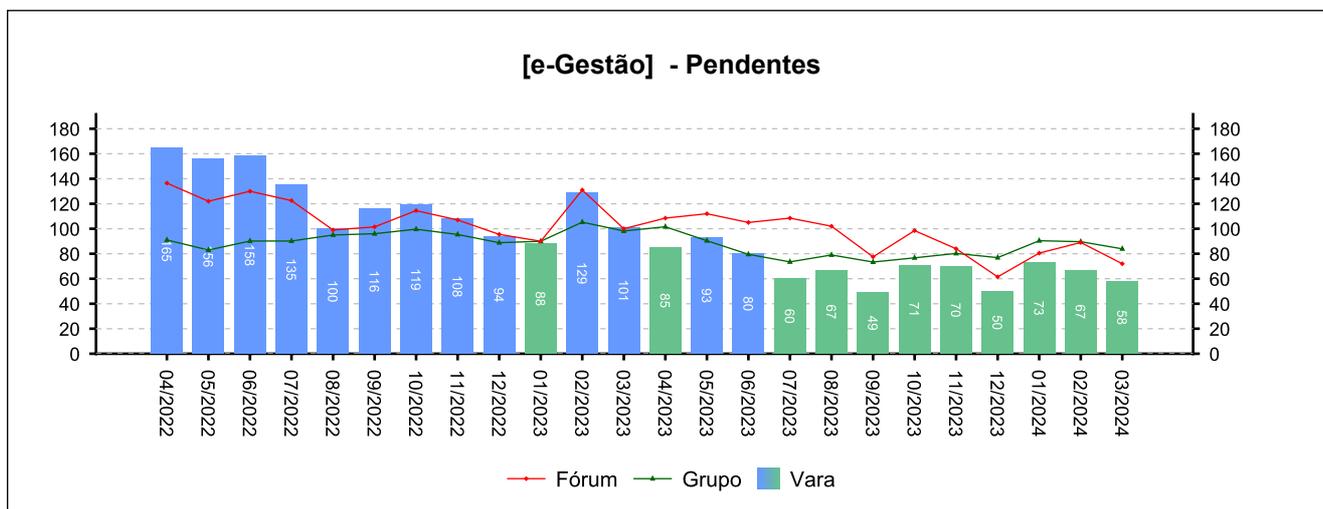




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário



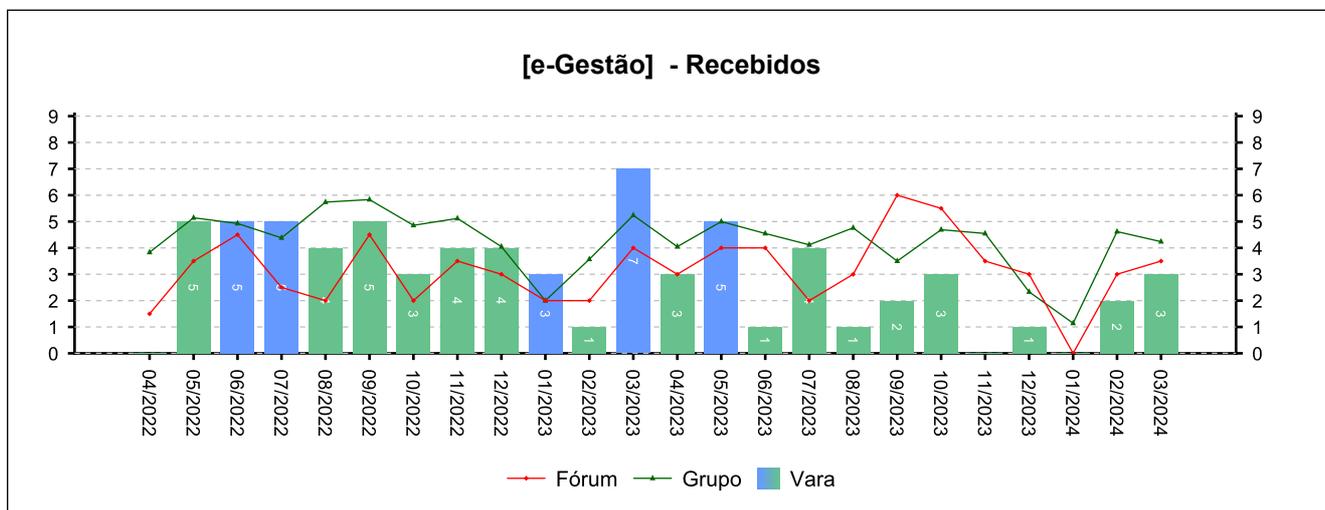
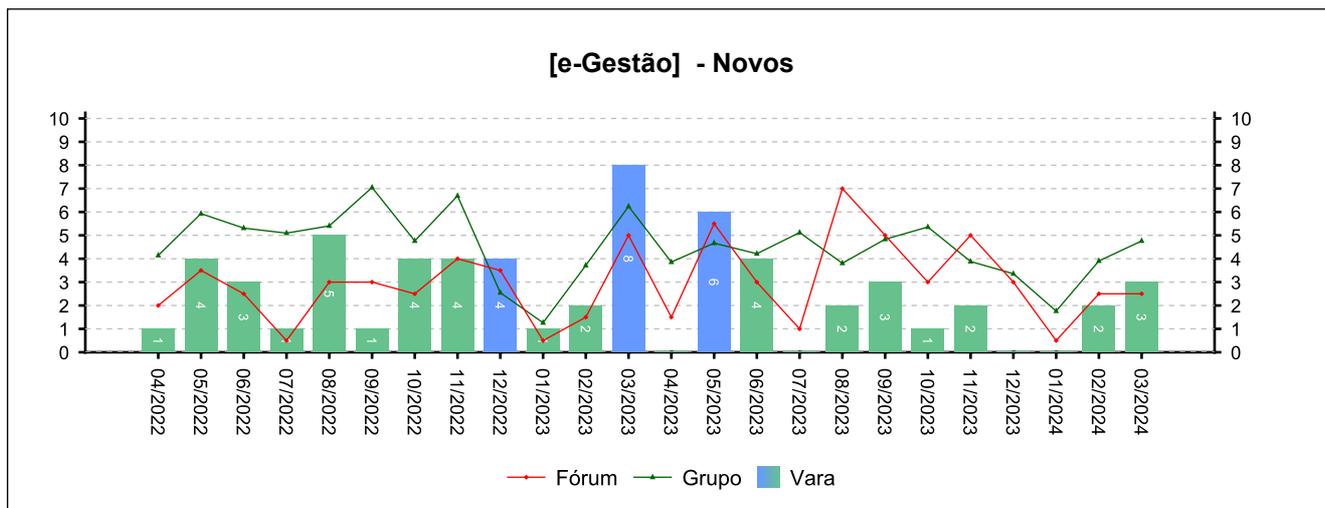


8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
23	25	1
<i>Período: 04/2023 a 03/2024</i>		

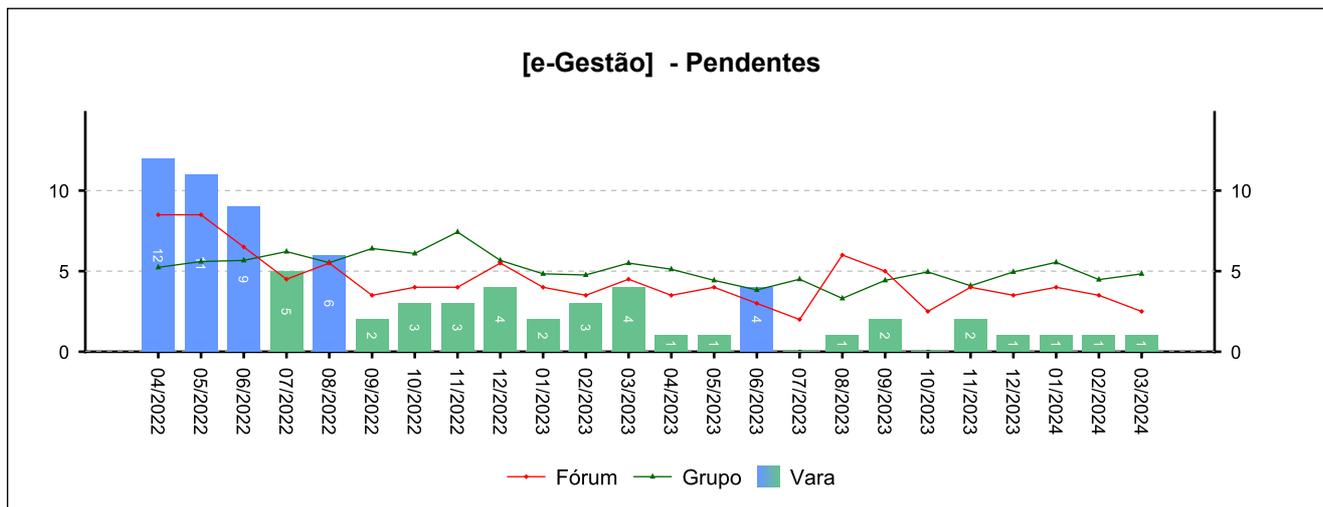




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo





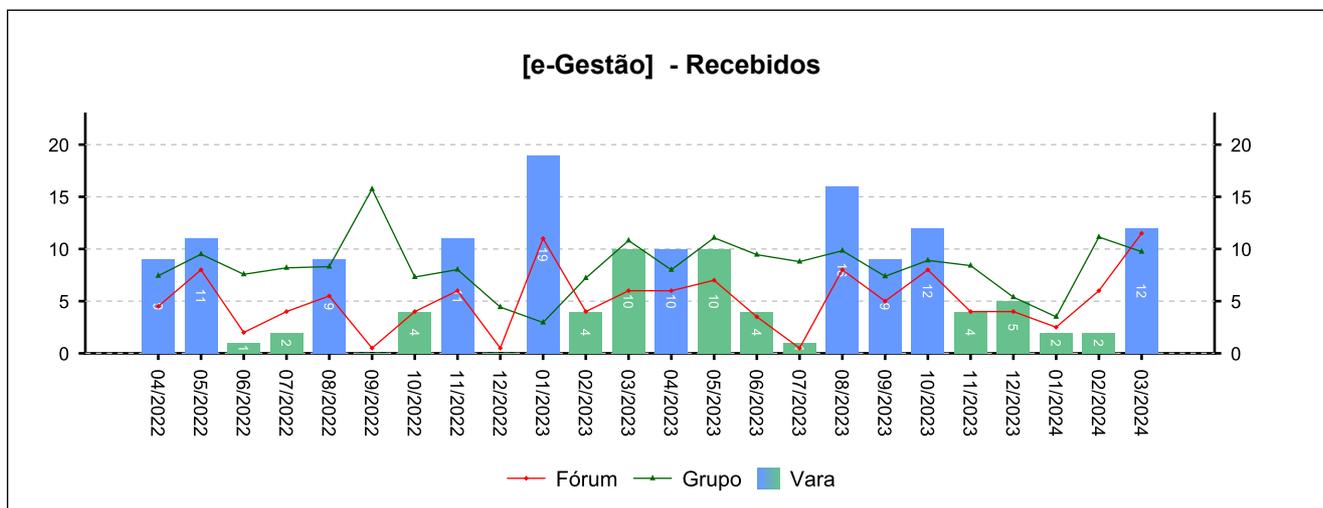
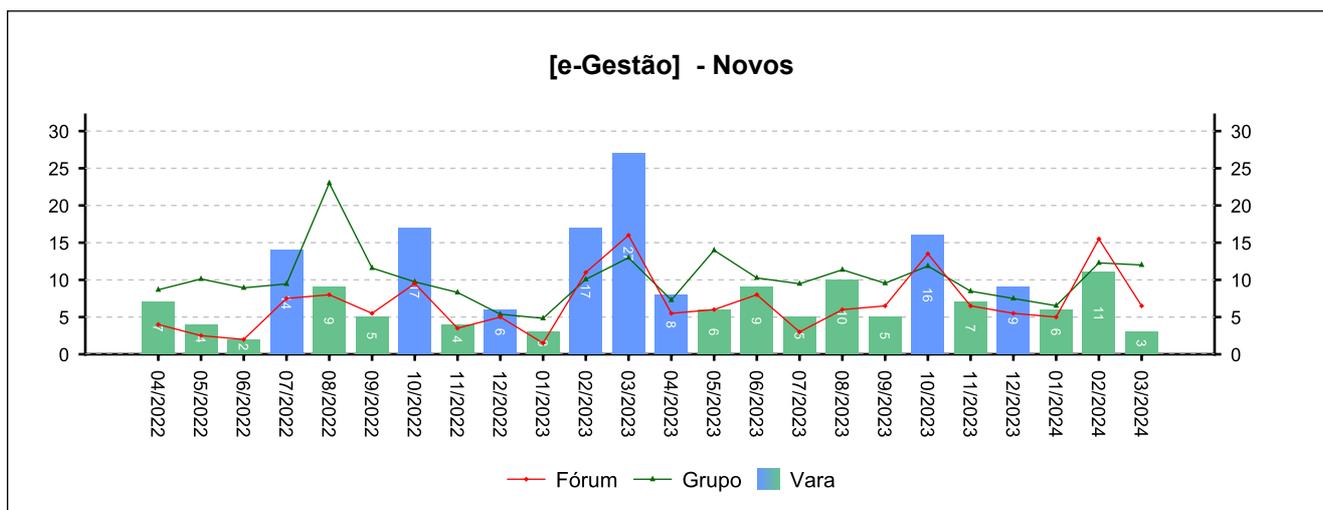
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
95	87	31

Período: 04/2023 a 03/2024

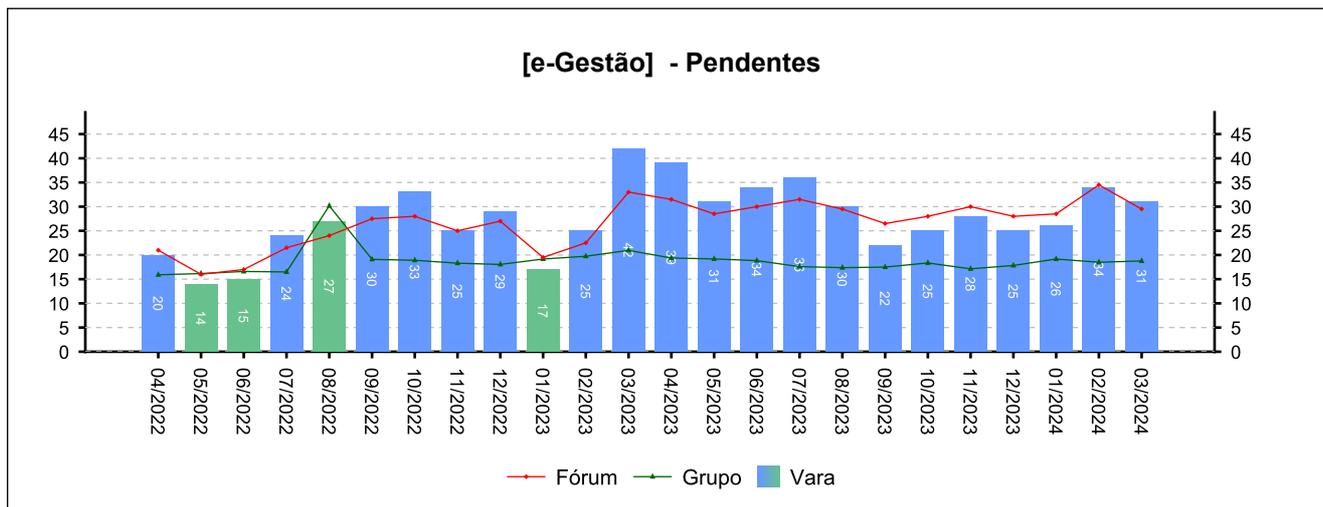




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição



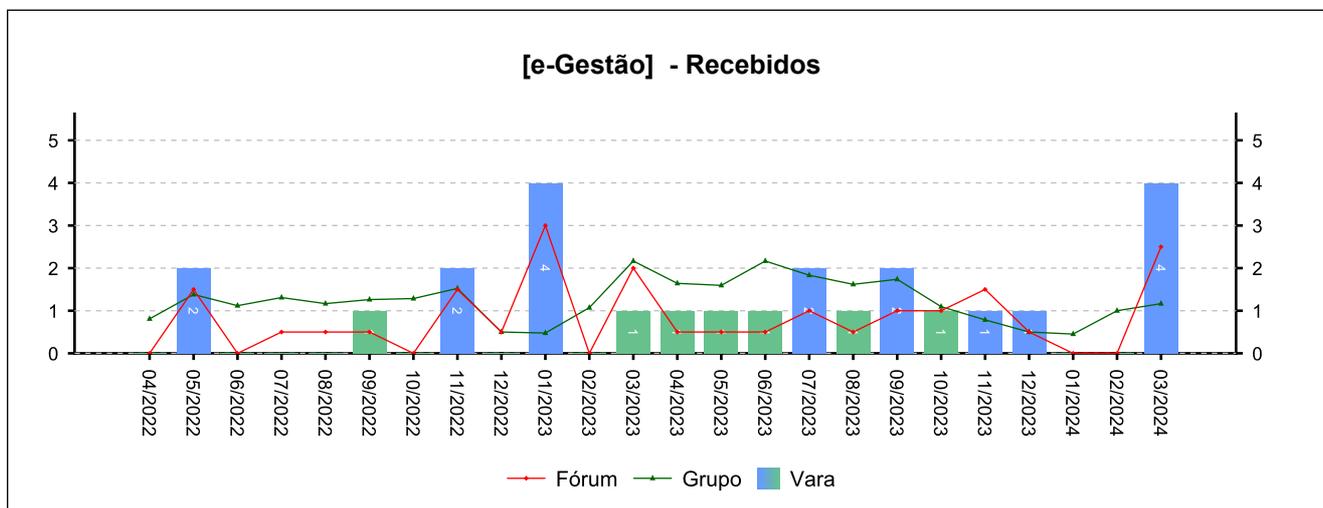
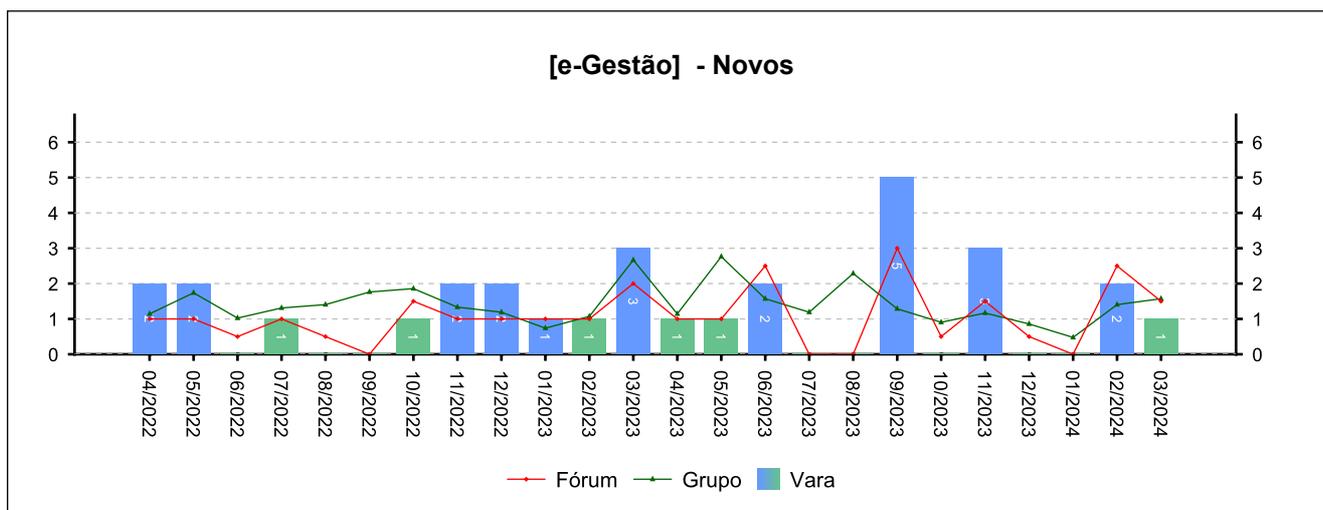


8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
15	15	2
<i>Período: 04/2023 a 03/2024</i>		

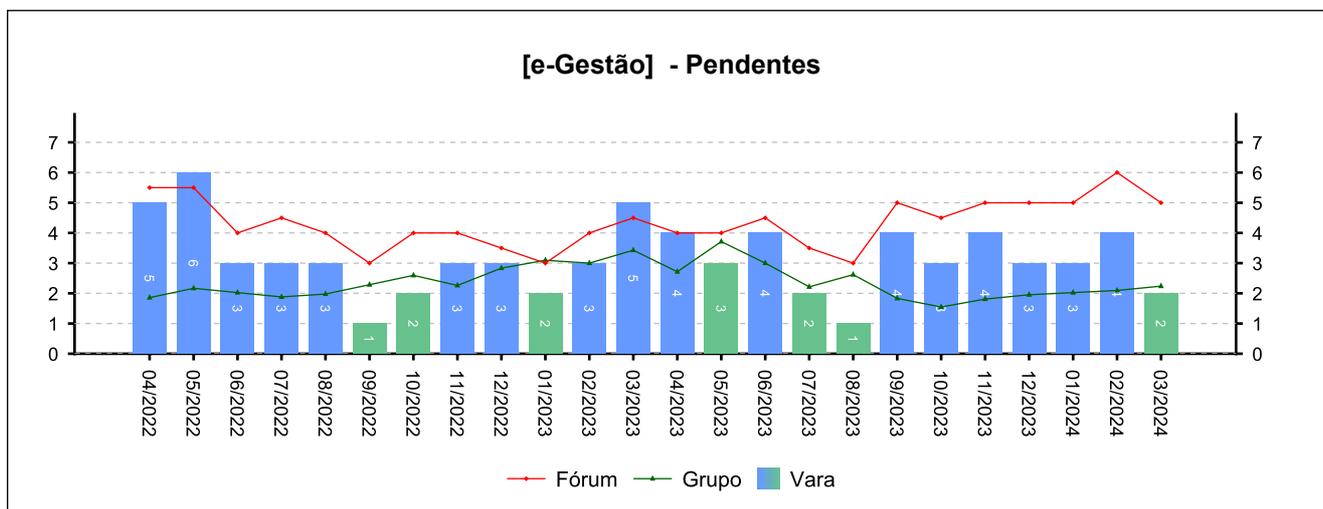




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
861	883	92
<i>Período: 04/2023 a 03/2024</i>		

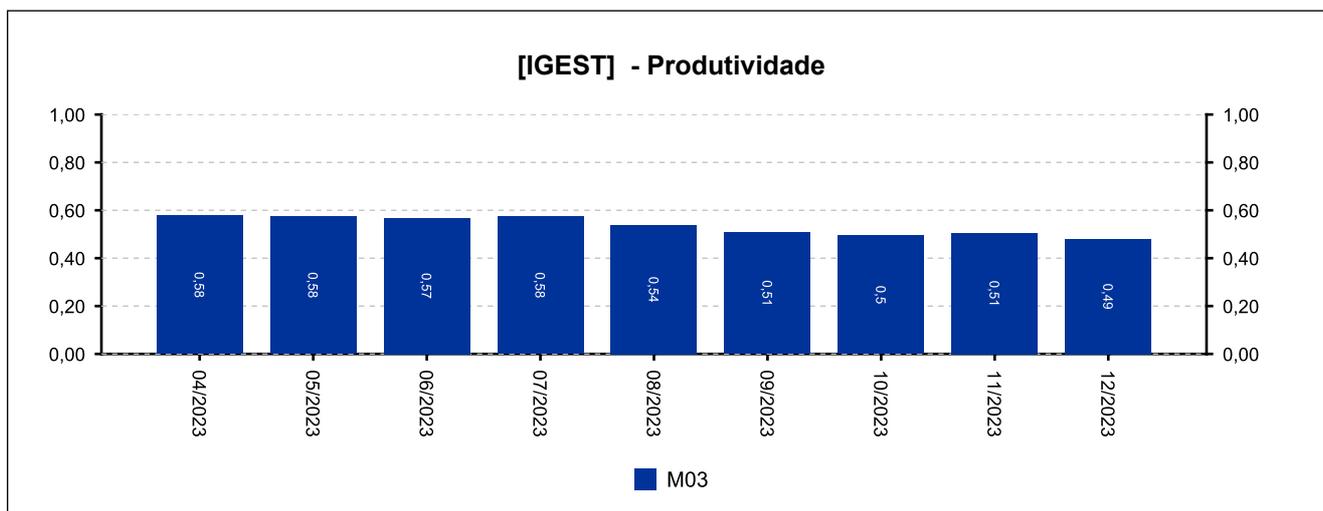
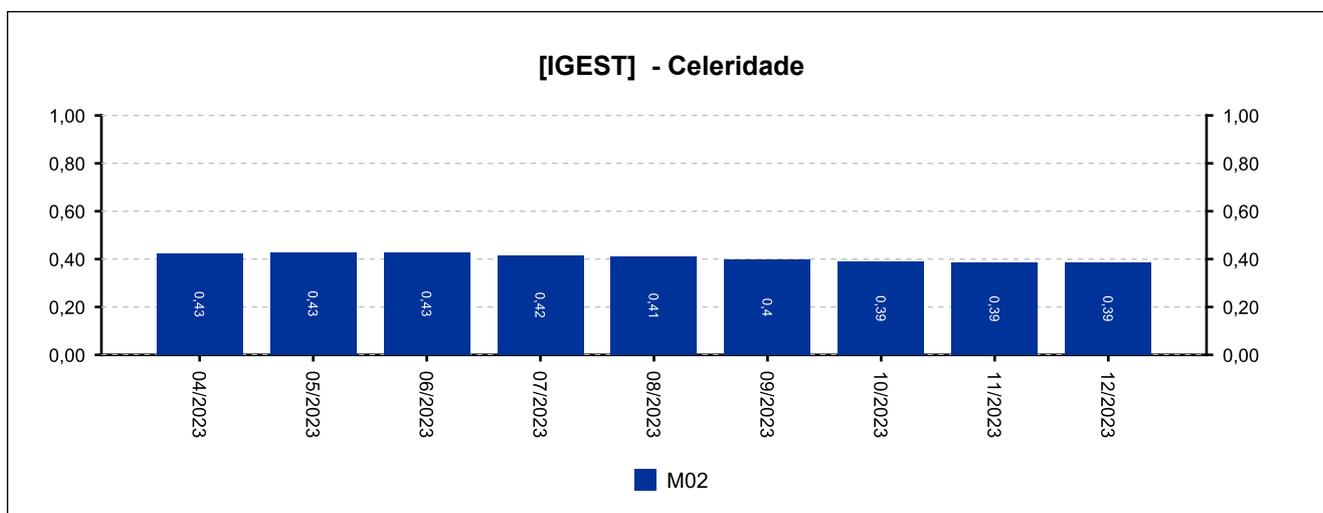
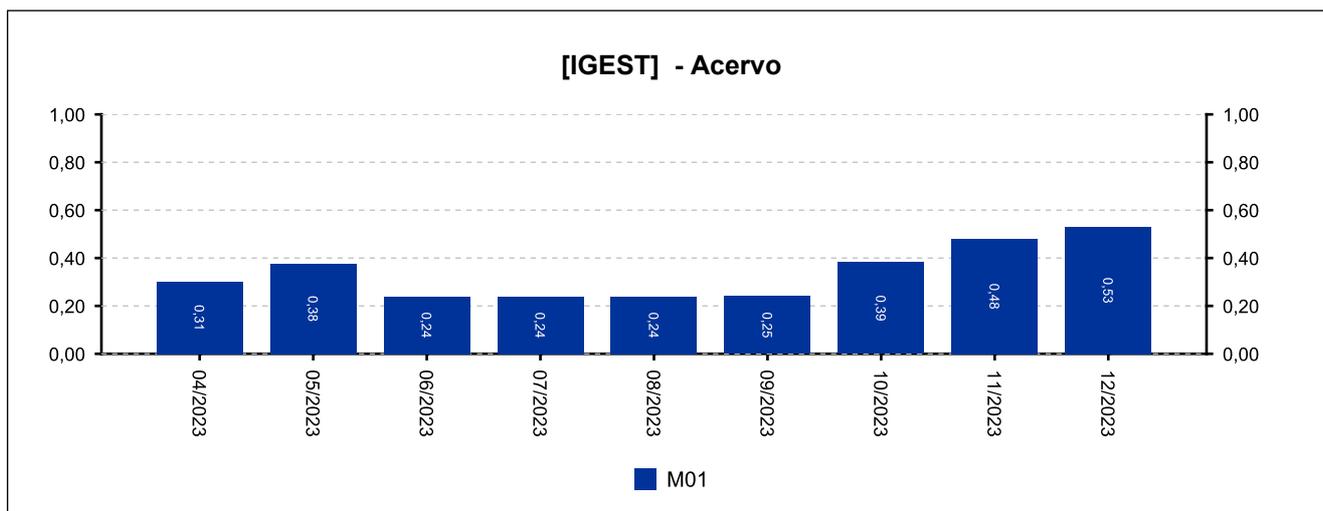


9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Voltar](#)

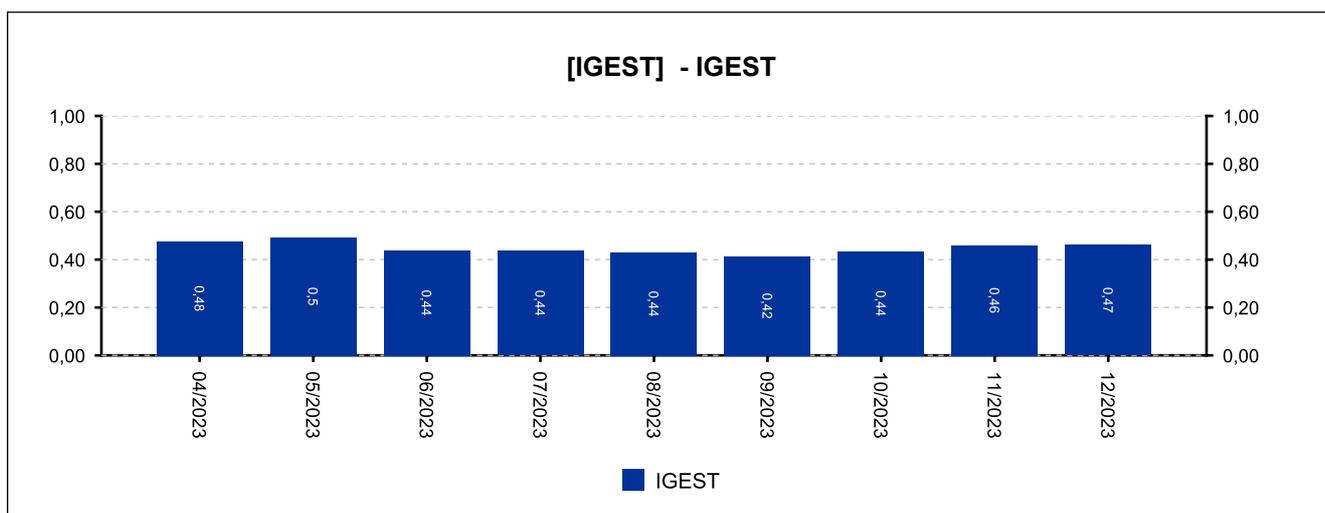
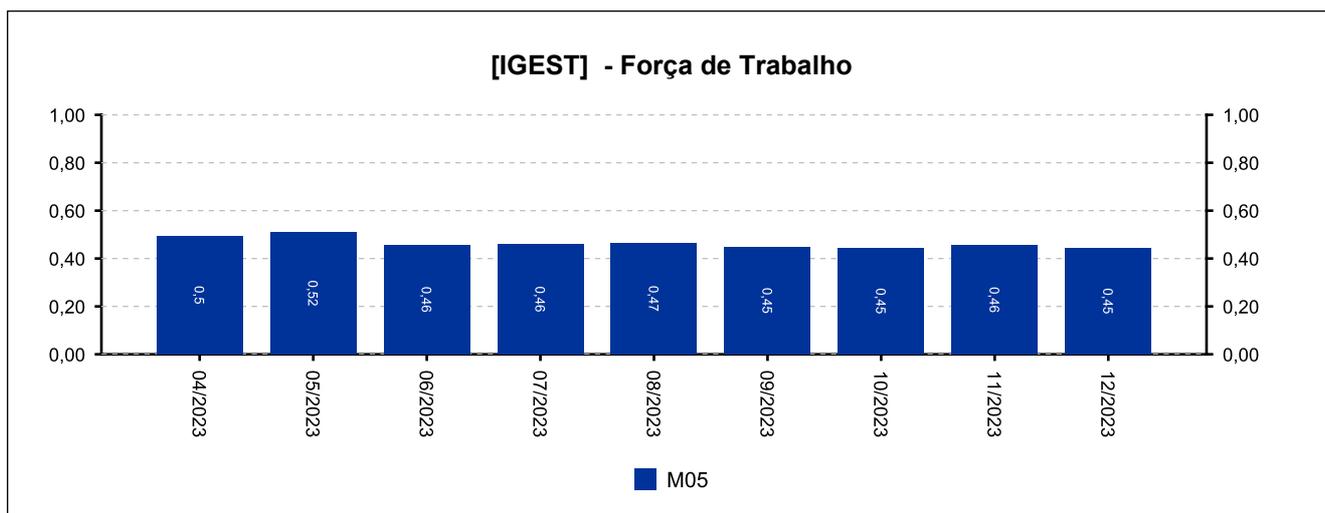
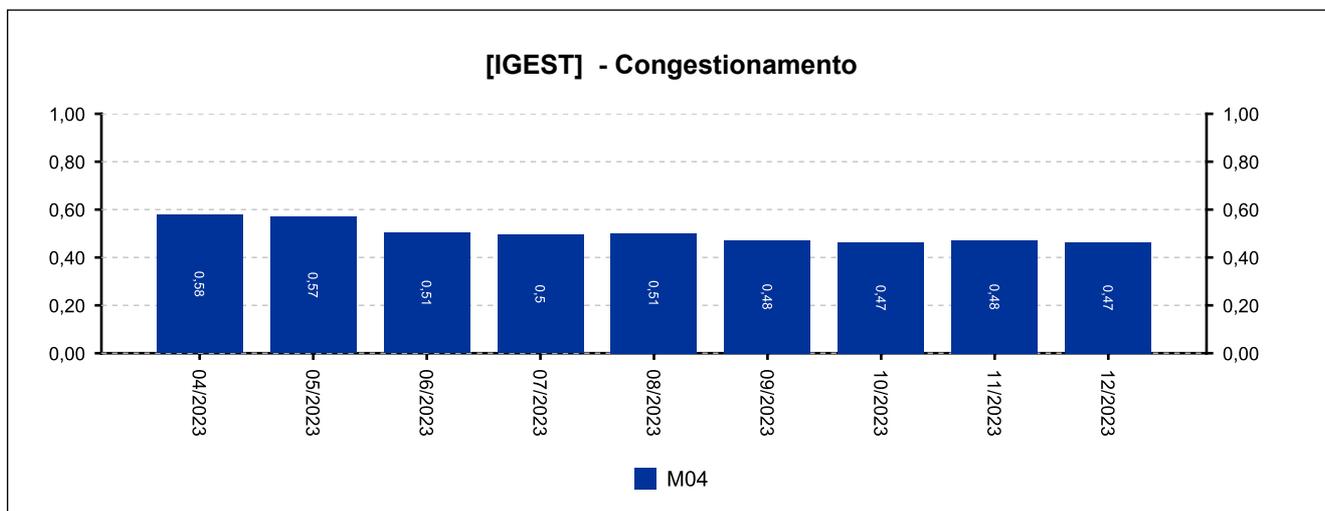
(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
10/2023	0,3816	0,3882	0,4937	0,4624	0,4448	0,4341
11/2023	0,4798	0,3856	0,5046	0,4707	0,4548	0,4591
12/2023	0,5294	0,3866	0,4804	0,4629	0,4446	0,4608



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [04/2023 a 03/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	605	50,4	27,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	697	58,1	31,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.302	108,5	58,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	119	9,9	5,3
Incidentes Processuais Resolvidos	478	39,8	21,3
Dias-Juiz	672	56,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	22.109	43,9	30,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	28.494	56,5	39,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	50.603	100,4	70,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.034	12,0	8,3
Incidentes Processuais Resolvidos	19.774	39,2	27,4
Dias-Juiz	21.680	43,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

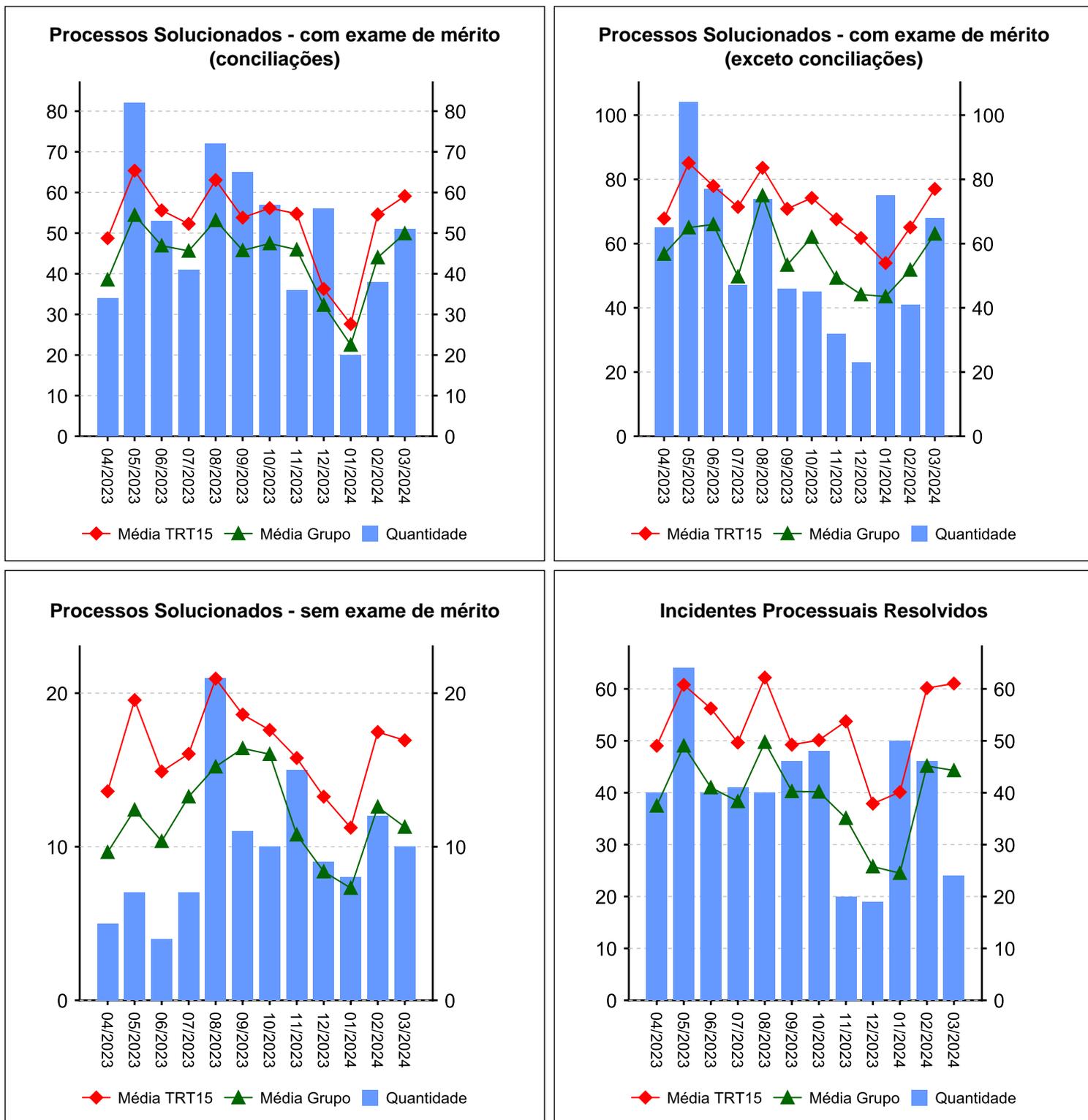
Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	95.953	52,3	31,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	130.757	71,2	42,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	226.710	123,5	73,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	29.929	16,3	9,7
Incidentes Processuais Resolvidos	96.369	52,5	31,4
Dias-Juiz	92.191	49,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [04/2023 a 03/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [04/2023 a 03/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.101	91,8	49,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	862	71,8	38,5
Sessões de audiência realizadas - una	227	18,9	10,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	153	12,8	6,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	59	4,9	2,6
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	1	0,1	0,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.089	90,8	48,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	212	17,7	9,5
Dias-Juiz	672	56,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	21.680	43,0	---

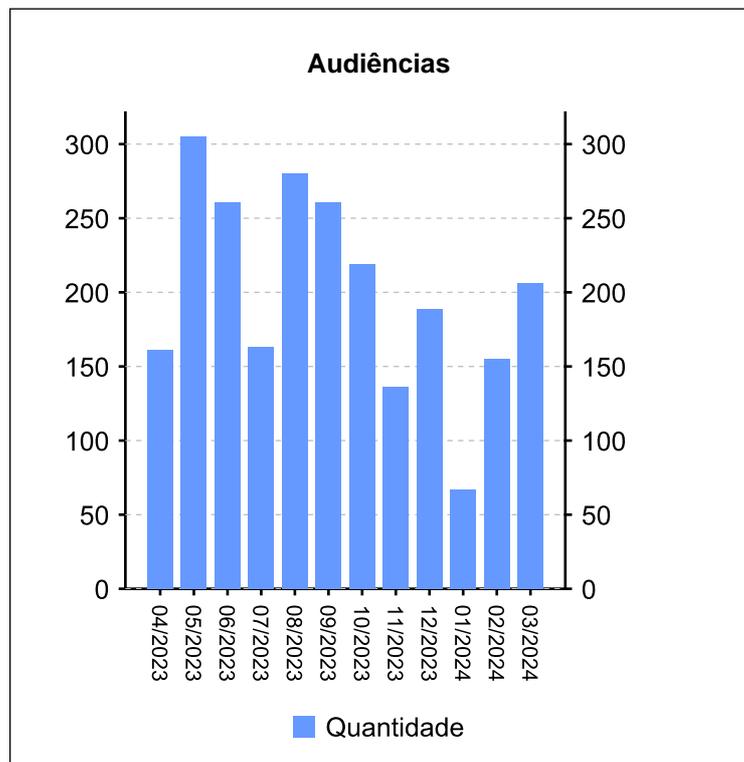
Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	92.191	49,9	---



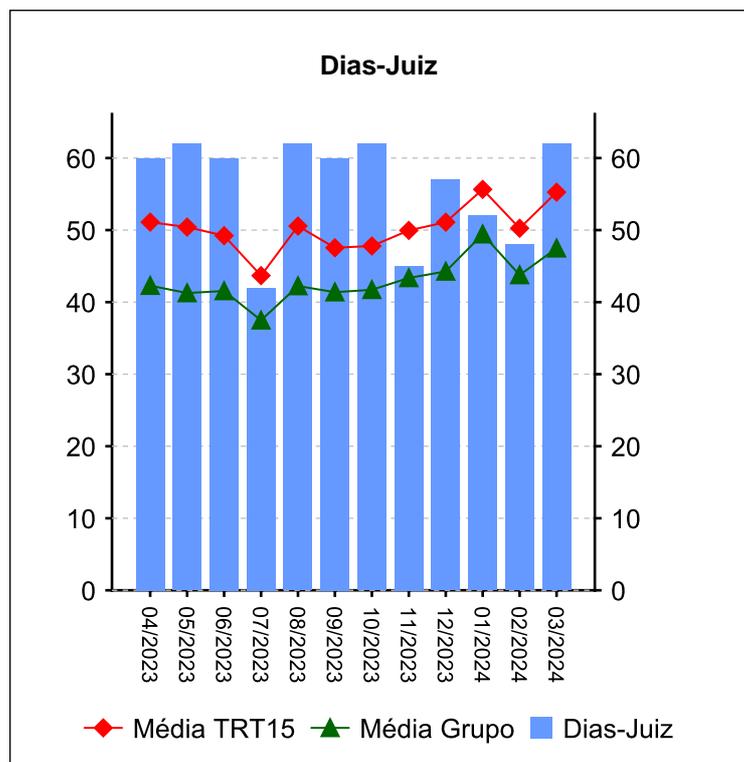
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [04/2023 a 03/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
04/2023	12	1	88	59	1	161
05/2023	7	4	193	101	0	305
06/2023	11	1	149	99	1	261
07/2023	13	15	76	59	0	163
08/2023	21	6	144	109	0	280
09/2023	16	4	141	100	0	261
10/2023	16	7	109	87	0	219
11/2023	19	6	62	49	0	136
12/2023	13	7	98	61	9	188
01/2024	4	0	10	24	29	67
02/2024	9	5	17	50	74	155
03/2024	12	3	14	64	113	206
Total	153	59	1101	862	227	2402



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
04/2023	60
05/2023	62
06/2023	60
07/2023	42
08/2023	62
09/2023	60
10/2023	62
11/2023	45
12/2023	57
01/2024	52
02/2024	48
03/2024	62
Média Mensal	56,0



[Voltar](#)

11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	1218
2022	1271
2023	1478
2024 (*)	394

(*) Período: 01/2021 a 03/2024



12 - ARRECADAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 18.639,36	R\$ 214.272,22	R\$ 2.006.633,12
<i>Período: 04/2023 a 03/2024</i>		



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

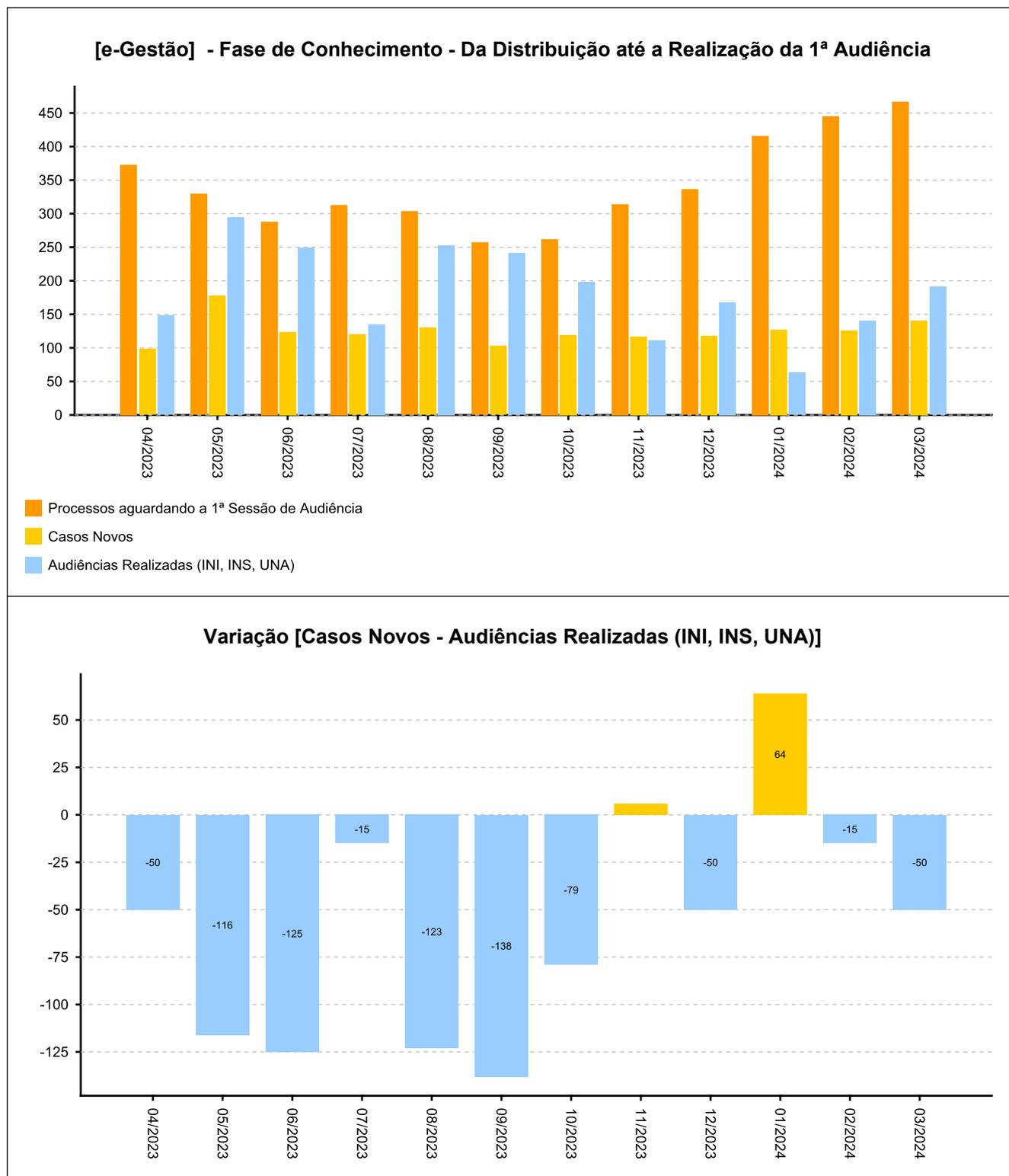
ANO	PROCESSOS
2016	1
2020	5
2021	10
2022	78
2023	516
2024	377
Período: até 03/2024	



[Voltar](#)

14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 03/2024]

(fonte: e-Gestão)





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 03/2024]

(fonte: e-Gestão)

